



MINISTÉRIO DA FAZENDA



Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE

RELATÓRIO DE GESTÃO
2009

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	5
1.1 – Identificação.....	6
1.2 – Responsabilidades Institucionais	6
2 – MODERNIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL	11
2.1 - A Reforma do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.....	13
3 - ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO A PARTIR DE ABRIL DE 2007	17
3.1 Assessoria do Gabinete e a Comissão de Ética da SEAE	18
3.1.1 – Ouvidoria e Assessoria de Comunicação do Secretário	18
3.1.1.1 - Ações na área de Comunicação Social da SEAE.....	18
3.1.1.2 - Ações na área de Ouvidoria	19
3.1.2 – Comissão de Ética	20
3.1.3 – Projetos de Cooperação Internacional e Acordos de Cooperação Técnica	21
3.1.3.1 – PACE	21
3.1.3.2 – PRO-REG – Projeto de Melhoria Regulatória e Análise de Impacto Regulatório	22
3.1.3.3 - Acordo de Cooperação Técnica com a FGV	23
3.2 – Gestão Patrimonial – Dados Situacionais.....	24
3.2.1 - Evolução Tecnológica	24
3.2.1.1 - Política de Gestão dos Recursos Tecnológicos.....	24
3.2.1.2 – Bases de Dados Estatísticas	26
3.2.1.3 - Sistema de Fluxo de Processos e Documentos - Sistema Littera.....	26
3.2.1.4 - Sistemas RH e RTI, SIGIN e Intranet SEAE (Gerenciador de Conteúdo) e Projeto DW/BI	27
3.2.1.5 - Infra-estrutura tecnológica.....	27
3.3 - Gestão de Recursos Humanos - Dados Situacionais.....	27
3.4 – Gestão Financeira – Dados Situacionais	56
3.4.1 – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP).....	57
3.4.2 – Suprimento de Fundos/Serviços.....	57
3.4.3 - Outras Informações Orçamentárias	57
3.5 – Processos de Controle – Controles da Gestão.....	60
3.5.1 - Controle interno da gestão.....	61
3.5.2 - Controle externo da gestão	63
4 – GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES.....	64
4.1. Programas	64
4.1.1 – 0780 – Programa de Gestão da Política de Regulação de Mercados	66
4.1.1.1 - Dados gerais.....	66

4.1.1.2 - Ações do Programa 0780.....	67
4.1.2 – 0695 – Programa de Defesa Econômica e da Concorrência.....	73
4.1.2.1 - Dados gerais.....	73
4.1.2.2 - Ação do Programa 0695	73
4.1.3 - Resultados.....	77
5 – DESEMPENHO OPERACIONAL.....	80
5.1. Indicadores de Gestão.....	80
5.1.1 – Indicadores de Eficiência.....	80
5.1.1.1 - Nível de Atendimento ao Cliente Via Correio Eletrônico.....	80
5.1.1.2 - Eficiência quanto à Ação “Análise Econômica sobre Atos de Concentração e Condutas Anticoncorrenciais”	80
5.2 - Indicadores de Eficácia	81
5.2.1 - Orçamento e finanças	81
5.2.2 - Arrecadação de receitas próprias	74
5.2.3 - Participação das receitas próprias sobre o total de despesas realizadas.....	82
5.2.4 - Indicadores sobre as Ações do PPA.....	82
5.2.4.1 - Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos.....	82
5.2.4.2 - Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais	82
5.2.4.3 - Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais....	82
5.2.4.4 - Sistema Informatizado da Secretaria.....	83
5.3 – Indicadores de Economicidade	83
5.3.1 - Custos dos Serviços de Informática	83
5.4 – Evolução dos Gastos.....	83
5.4.1 – Principais Gastos Ocorridos.....	83
6 – Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU 93/2008	84
7 – Informações sobre Restos a Pagar de Exercícios Anteriores, conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU 93/2008	84
8 – Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas, em especial quanto à correta aplicação dos recursos repassados, de acordo com a legislação pertinente e os objetivos a que se destinarem, conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU 93/2008.....	85
9 – Demonstrativo do Fluxo Financeiro de projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos, ocorridos no ano e acumulados até o período em exame, conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU 93/2008.....	85

10 – Informações sobre Renúncia Tributária, conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU 93/2008.....	85
11 – Declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida comprovaram, no exercício, que se encontram em situação regular com os pagamentos dos tributos juntos à SRFB, ao FGTS e à Seguridade Social, conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU 93/2008.....	85
12 – Resultados de avaliação do impacto sócio-econômico das operações de fundo, conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU 93/2008.....	85
13 – Recomendações da SFC/CGU no Relatório de Auditoria no. 208807, relativo ao exercício de 2007, conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-93/2008).....	85
14 – Determinações do TCU referentes ao Processo de Tomada de Contas nº 016.774/2006-2, relativo ao exercício de 2006, conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-93/2008)	85
15 – Demonstrativo relacionando as dispensas de instauração de Processos de Tomadas de Contas Especiais e demonstrativos relacionando os Processos de Tomadas de Contas Especiais, cujo envio ao TCU foi dispensado, com base nos incisos I a IV do parágrafo 1º do art. 5º da IN TCU nº 56/2007, conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU 93/2008.....	86
16 – Apuração de denúncias recebidas: número do processo, fato denunciado e providências dotadas..	86
17 – Impacto Sócio-Econômico da Atuação da SEAE.	86
ANEXO I - PLANEJAMENTO 2009 - ÁREA DE GESTÃO.....	88
1.1 - Diretrizes Estratégicas.....	89
1.2 – Metas por área de Gestão.....	89
ANEXO II - PLANEJAMENTO 2009 – ÁREA FINALÍSTICA	96
ANEXO III – DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO.	115
ANEXO IV – DECLARAÇÃO DO CONTADOR.....	119



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE**

1 - INTRODUÇÃO

Tendo em vista o disposto na Instrução Normativa TCU n.º 57, de 27 de agosto de 2008, na Decisão Normativa TCU n.º 100, de 7 de outubro de 2009, na Decisão Normativa TCU n.º 102, de 2 de dezembro de 2009, na Portaria CGU n.º 2270, de 4 de novembro de 2009 e na Portaria TCU n.º 389, de 21 de dezembro de 2009, além da Portaria TCU n.º 16, de 26 de janeiro de 2010, que estabelecem as diretrizes, os princípios e os conceitos para a atuação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo e as instruções sobre a formalização dos processos de tomada e de prestação de contas, esta Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE) apresenta seu Relatório de Gestão referente ao exercício de 2009.

Este Relatório de Gestão visa relatar o andamento e a execução dos Programas e Ações pelos quais a Secretaria de Acompanhamento Econômico é responsável, de acordo com os critérios definidos no Plano Plurianual (PPA 2008-2011) e outras ações de gestão que a Secretaria julga importantes. A compatibilidade entre as Ações preconizadas no PPA e as informações detalhadas na Instrução Normativa n.º 57 TCU permite a comparação entre a atuação da Secretaria e o Programa de Governo ora em curso, além de possibilitar o uso de indicadores de desempenho, a fim de medir a economicidade, a eficiência e a eficácia das ações a cargo desta unidade administrativa.

Partindo-se dessa premissa, este Relatório de Gestão detalhará, inicialmente, as responsabilidades institucionais desta Secretaria de Acompanhamento Econômico, a estratégia de atuação conjuminada às ações de gestão mais importantes e relevantes para a Secretaria, em seguida os Programas e Ações de Governo executadas pela SEAE, os indicadores de gestão que permitem a aferição da eficiência, da eficácia e da economicidade da ação administrativa, as medidas para sanear as disfunções estruturais, os projetos de modernização institucionais de longo prazo e os dados situacionais e processos de controle. Por fim, este relatório informará o impacto sócio-econômico da atuação da SEAE.

1.1 – Identificação

Tabela 1 – Dados identificadores da SEAE

Nome completo da unidade e sigla	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE	
Poder	Executivo	
Tipo do Órgão	Específico singular	
Natureza jurídica	Administração Direta	
Vinculação ministerial	Subordinado ao Ministério da Fazenda	
Código SIORG do Ministério da Fazenda	1929	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	A SEAE foi criada em 1/1/1995, pela MP 813. Para o ano de 2009, as competências e a estrutura organizacional estão definidas no Decreto 6661, de 25.11.2008, revogado pelo Decreto 6764, de 10.2.2009. Este foi revogado pelo Decreto 7050, de 23.12.2009, que passou a vigorar a partir de 5.1.2010.	
CNPJ	00.394.460/0407-98	
Nome e código no SIAFI	Secretaria de Acompanhamento Econômico – Unidade Gestora 170004, Gestão 00001	
Código da UJ titular do relatório	idem	
Código SIORG da SEAE	008837	
Código LOA da SEAE	Não se aplica à SEAE	
Códigos das UJ abrangidas	Não se aplica à SEAE	
Endereço completo da sede	Esplanada dos Ministérios - Bloco P - Sala 309 – CEP 70048-900 - Brasília - DF Telefone: +55 61 3412-2360 - Fax: +55 61 3412-1798 e-mail: seae@fazenda.gov.br	
Endereço da página institucional na Internet	http://www.seae.fazenda.gov.br/	
Regimento Interno	Portaria GMF nº 386, de 14.7.2009 (DOU de 17.7.2009)	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	125 – Normatização e fiscalização	
Tipo de atividade	422 – Direitos Individuais, Direito Coletivo e Direitos Difusos	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Secretaria de Acompanhamento Econômico	170004

1.2 – Responsabilidades Institucionais

A missão institucional da SEAE é delinear, coordenar e executar as ações do Ministério da Fazenda, no tocante à elaboração e gestão das políticas de regulação de mercados, de concorrência e de defesa da ordem econômica, de forma a promover a eficiência econômica dos mercados produtores e consumidores, a melhoria do bem-estar do consumidor e o desenvolvimento econômico.

Nos moldes do Decreto 6.661, de 25 de novembro de 2008, revogado pelo Decreto 6764, de 10 de fevereiro de 2009 e posteriormente revogado pelo Decreto 7.050, de 23 de dezembro de 2009, a vigorar a partir de 5 de janeiro de 2010, que estabelece a estrutura regimental do Ministério da Fazenda, a Secretaria de Acompanhamento Econômico, CNPJ 00.394.460/0407-98, Unidade Gestora 170004, Gestão 0001, é um órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministro da Fazenda, foi criada por meio da Medida Provisória 813, de 1º de janeiro de 1995, funciona em Brasília e conta com duas Unidades Descentralizadas nos

Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. O endereço da página institucional na Internet é <http://www.seae.fazenda.gov.br/>

Brasília: Esplanada dos Ministérios - Bloco P - Sala 309 – CEP 70048-900 - Brasília - DF
Telefone: +55 61 3412-2360 - Fax: +55 61 3412-1798

Rio de Janeiro: Av. Presidente Antônio Carlos, 375 - 10º Andar - Sala 1029 – Centro
Rio de Janeiro – RJ CEP 20020-010
Telefones: +55 21 3805-2077 / 3805-2075 - Fax: +55 21 3805-2079

São Paulo: Av. Prestes Maia, 733 - Sala 1501
Edifício do Ministério da Fazenda - São Paulo SP – CEP 01031-001
Telefone: +55 11 2113-2032 - Fax: +55 11 2113-2034

A SEAE foi criada em 1º de janeiro de 1995, por meio da Medida Provisória nº 813, como resultado do desmembramento da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Tendo em vista seu papel em questões relativas ao acompanhamento de preços e ao reajuste de tarifas públicas, herdou parte de estrutura de unidades do Executivo responsáveis, no passado, pelo controle de preços da economia, a exemplo do extinto Conselho Interministerial de Preços - CIP.

A questão do acompanhamento econômico, no entanto, é bastante anterior à criação da SEAE, remetendo-se à Comissão Nacional de Estímulo à Estabilização de Preços - CONEP - criada, em 23 de fevereiro de 1965, no âmbito da Superintendência Nacional de Abastecimento - SUNAB. A CONEP estava autorizada a conceder estímulos de caráter fiscal e crédito a empresas que se comprometessem a manter estáveis, ou só aumentar com autorização prévia, os preços de seus produtos. Em 29 de agosto de 1968, foi instituído o Conselho Interministerial de Preços - CIP -, com a atribuição de fixar e fazer executar as medidas destinadas à implementação da sistemática reguladora de preços.

Em 24 de setembro de 1979, foi criada, no âmbito da Presidência da República, a Secretaria Especial de Abastecimento e Preços - SEAP, sendo sucedida, em 10 de maio de 1990, pelo Departamento de Abastecimento e Preços (DAP), subordinado à Secretaria Nacional de Economia do extinto Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.

Mais recentemente, em 19 de novembro de 1992, era instituída, no âmbito do Ministério da Fazenda, a Secretaria de Política Econômica, que, desmembrada dois anos depois, deu origem à Secretaria de Acompanhamento Econômico.

A SEAE é o principal Órgão do Poder Executivo encarregado de acompanhar os preços da economia, subsidiar decisões em matéria de reajustes e revisões de tarifas públicas, bem como apreciar atos de concentração entre empresas e atuar na repressão a condutas anticoncorrenciais e anticompetitivas, tendo atribuições em três esferas distintas, a saber: defesa e promoção da concorrência, regulação econômica e acompanhamento de mercados não-regulados.

Na área de defesa e promoção da concorrência, a SEAE integra, junto com a Secretaria de Direito Econômico (SDE), do Ministério da Justiça, e com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), o chamado Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC). O objetivo principal desse Sistema é a promoção de uma economia competitiva por meio da prevenção e da repressão de ações que possam limitar ou prejudicar a concorrência. A atuação desses órgãos é pautada pela Lei de Defesa da Concorrência – Lei n.º 8.884, de 11 de junho de 1994, e subdivide-se em três vertentes: o controle de concentrações (ou controle de estruturas de mercado), via apreciação de fusões, aquisições e incorporações de empresas; a repressão a condutas anticoncorrenciais e a promoção ou “advocacia” da concorrência.

No que se refere ao acompanhamento e controle de concentrações de atividades de mercado, o SBDC atua analisando preventivamente se a concentração entre empresas (fusões, aquisições, incorporações etc.) pode causar efeitos prejudiciais à concorrência. Os atos de concentração têm, potencialmente, efeitos negativos e positivos sobre o bem-estar econômico. Os efeitos negativos decorrem de um eventual exercício de poder de mercado pela empresa concentrada – aumento de preços, fundamentalmente - enquanto os efeitos positivos derivam de economias de escala, de escopo, de redução de custos de transação, entre outros, que podem proporcionar vantagens competitivas para as empresas participantes.

A SEAE procede, então, a uma análise dos custos e dos benefícios dos atos de concentração, sugerindo a aprovação daqueles que gerarem efeitos líquidos não-negativos para o bem-estar econômico e a reprovação ou a adoção de medidas corretivas em relação àqueles que gerarem efeitos líquidos negativos. Para ponderar custos e benefícios dos atos de concentração, a SEAE e a SDE utilizam o Guia para Análise Econômica de Atos de Concentração Horizontal, adotado em agosto de 2001, disponível em <http://www.fazenda.gov.br/SEAE/>, no link de Guias para Análise Econômica.

A repressão a condutas anticoncorrenciais consiste na apuração de condutas de empresas que podem configurar infração à ordem econômica. São exemplos as vendas casadas, os acordos de exclusividade e a prática de cartel - adoção de conduta concertada entre empresas que atuam em um mesmo mercado, por meio de fixação de preços, de divisão de mercados ou de falseamento em licitações públicas. Nesses casos, a SEAE pode realizar Procedimento Administrativo e ou a SDE pode promover Averiguação Preliminar ou instaurar Processo Administrativo, conforme o caso, para apurar os fatos. O CADE aprecia, com base nas opiniões da SDE e da SEAE, se houve configuração de infração à ordem econômica, aplicando as medidas cabíveis. Na análise de condutas anticompetitivas, a manifestação da SEAE é facultativa.

A promoção ou “advocacia” da concorrência refere-se ao papel educativo e preventivo das autoridades antitruste na disseminação da “cultura da promoção da concorrência” e ao papel de, direta ou indiretamente, essas autoridades influírem na formulação das demais políticas públicas, de modo a garantir que a concorrência seja incentivada ao máximo.

No que se refere à área de regulação, a atuação da SEAE visa à elevação da eficiência dos mercados por meio da redução de barreiras à concorrência e à inovação. A SEAE trabalha

permanentemente na proposição de novos modelos de regulação, na reforma dos modelos existentes e na desregulamentação de setores específicos, na elaboração de arcabouços regulatórios de setores e agências governamentais, no acompanhamento da variação de preços (inflação) com enfoques específicos e visão de comportamento de mercados. O objetivo dessas ações é atualizar regulamentações econômicas, de modo a estimular a concorrência e permitir, aos mercados, a autodeterminação de suas principais variáveis. Essa atividade visa ainda ao fornecimento de subsídios para elaboração de políticas econômicas, uma vez que a SEAE possui a visão do lado real da economia, ou seja, do comportamento de preços e evolução da economia, principalmente. Sempre que possível, busca-se a eliminação parcial ou completa de normas que dificultem o acesso de novos produtores ao mercado como forma de melhorar, por meio da maior competição, o desempenho de um segmento específico.

Além disso, e em virtude das competências atribuídas ao Ministério da Fazenda pelo Art. 70 da Lei n.º 9.069, de 29 de junho de 1995 – Lei do Real, a SEAE tem a função de fixar normas e critérios para a concessão de reajustes e revisões de preços públicos e tarifas de serviços públicos, observadas as competências das Agências Reguladoras criadas após o advento da citada Lei.

Conforme mencionado, o acompanhamento de mercados representa a terceira esfera de atuação da Secretaria.

A política de defesa da concorrência possui interfaces com outras políticas governamentais cujas conseqüências econômicas afetam os mercados nacionais e, com a abertura de mercados e globalização, afeta ainda mercados internacionais concorrentes. Assim, faz-se necessário que a formulação e a implementação das demais políticas públicas levem em conta os princípios competitivos, de modo a evitar distorções no mercado e preservar a consistência do conjunto de decisões governamentais. É nesse sentido que a política antitruste deve ser vista como o quarto pilar da política econômica governamental, juntamente com as políticas monetária, fiscal e comercial.

Tal interdependência é especialmente relevante no quadro de profundas transformações que a economia brasileira vem sofrendo na última década, as quais influenciam diretamente a ação do Executivo e, conseqüentemente, redefinem as atribuições de seus órgãos. No caso específico da SEAE, o macroprocesso de acompanhamento de mercados reveste-se de importância fundamental, tendo em vista a intensificação da abertura comercial e da globalização dos mercados, a consolidação do Brasil como global trader e mercado consumidor de grande potencial, a consolidação do Mercosul, com a decorrente ampliação do mercado consumidor regional e a mudança do papel do Estado, no âmbito dos serviços públicos e infraestrutura, de interventor para regulador da economia.

É nesse contexto que a SEAE, ao exercer a atividade de acompanhamento de mercados, busca identificar qualquer conduta dos agentes econômicos que possa vir a afetar o funcionamento normal da atividade econômica. Para exercer tais atividades, a SEAE tem buscado o intercâmbio com outros órgãos governamentais – entre os quais se destaca a cooperação com a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (SAIN), bem como com as entidades privadas relacionadas aos assuntos em foco, além de marcar presença

nos fóruns internacionais e nacionais pertinentes como representante do Ministério da Fazenda nos assuntos ligados à defesa da concorrência e regulação econômica.

A principal característica das atividades de acompanhamento de mercados está na diversidade de assuntos contemplados. Os esforços da Secretaria se concentram principalmente em quatro grandes áreas: (i) negociações internacionais (fóruns negociadores de alteração tarifária e acesso a mercados, por exemplo, OMC e Mercosul); (ii) defesa comercial (análise, sob a ótica da defesa da concorrência, do impacto de medidas antidumping e salvaguardas sobre o bem-estar do consumidor); (iii) acompanhamento de preços (coleta de informações e análise de impacto sobre os principais índices nacionais); e (iv) identificação e monitoramento de mercados disfuncionais (setores sujeitos a barreiras concorrenciais, como a proteção tarifária, os direitos antidumping, as barreiras técnicas ou regulatórias, dentre outras).

A SEAE dedica-se também a atividades relativas à autorização e fiscalização de sorteios, prêmios e promoções comerciais levados a cabo por instituições financeiras e presta auxílio à Advocacia-Geral da União (AGU), por meio da elaboração de Pareceres para apoiar aquele Órgão na defesa da União em processos em que esta é ré. Essas duas atividades são desenvolvidas pela COGAP (Coordenação-Geral de Análise de Promoções Comerciais).

O assessoramento à AGU se dá no âmbito de processos que envolvem, principalmente, preços de produtos, controlados ou não, e análise de equilíbrio econômico e financeiro dos contratos de concessão e permissão.

Assim, observa-se que a SEAE expandiu suas atribuições em decorrência das necessidades que surgiram para o atendimento das missões propostas pelo Plano Real e também devido à maior complexidade que uma economia moderna e globalizada apresenta.

De acordo com o Art. 23 do Decreto n.º 6.764, de 10 de fevereiro de 2009, publicado no DOU de 11.2.2009, a SEAE teve, até 31 de dezembro de 2009, as seguintes competências¹:

I - propor, coordenar e executar as ações do Ministério, relativas à gestão das políticas de regulação de mercados, de concorrência e de defesa da ordem econômica;

II - assegurar a defesa da ordem econômica, em articulação com os demais órgãos do Governo encarregados de garantir a defesa da concorrência, e para tanto:

a) emitir pareceres econômicos relativos a atos de concentração no contexto da [Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994](#);

b) proceder a análises econômicas de práticas ou condutas limitadoras da concorrência, instruindo procedimentos no contexto da Lei nº 8.884, de 1994; e

c) realizar investigações de atos ou condutas limitadoras da concorrência no contexto da [Lei nº 9.021, de 30 de março de 1995](#) e da [Lei nº 10.149, de 21 de dezembro de 2000](#);

III - acompanhar a implantação dos modelos de regulação e gestão desenvolvidos pelas agências reguladoras, pelos ministérios setoriais e pelos demais órgãos afins, manifestando-se, dentre outros aspectos, acerca:

¹ O Decreto 6.661, de 25.11.2008, foi revogado pelo Decreto 6.764, de 10.2.2009. Este foi revogado pelo Decreto 7.050, de 23.12.2009, que passou a vigorar a partir de 5.1.2010.

a) dos reajustes e das revisões de tarifas de serviços públicos e de preços públicos;
b) dos processos licitatórios que envolvam a privatização de empresas pertencentes à União; e

c) da evolução dos mercados, especialmente no caso de serviços públicos sujeitos aos processos de desestatização e de descentralização administrativa;

IV - autorizar e fiscalizar, salvo hipótese de atribuição de competência a outro órgão ou entidade, as atividades de distribuição gratuita de prêmios, a título de propaganda, mediante sorteio, vale-brinde, concurso ou operação assemelhada, e de captação de poupança popular, nos termos da [Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971](#);

V - autorizar, acompanhar, monitorar e fiscalizar as atividades de que tratam os [Decretos-Leis nº 6.259, de 10 de fevereiro de 1944](#), e [nº 204, de 27 de fevereiro de 1967](#);

VI - autorizar e fiscalizar as atividades de que trata o [art. 14 da Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984](#);

VII - promover o funcionamento adequado do mercado, e para tanto:

a) acompanhar e analisar a evolução de variáveis de mercado relativas a setores e produtos ou a grupo de produtos;

b) acompanhar e analisar a execução da política nacional de tarifas de importação e exportação, interagindo com órgãos envolvidos com a política de comércio exterior;

c) adotar, quando cabível, medidas normativas sobre condições de concorrência para assegurar a livre concorrência na produção, comercialização e distribuição de bens e serviços;

d) compatibilizar as práticas internas de defesa da concorrência e de defesa comercial com as práticas internacionais;

e) avaliar e manifestar-se acerca dos atos normativos e instrumentos legais que afetem as condições de concorrência e eficiência na prestação de serviços, produção e distribuição de bens; e

f) propor, avaliar e analisar a implementação das políticas de desenvolvimento setorial e regional;

VIII - formular representação perante o órgão competente, quando identificada norma ilegal e/ou inconstitucional que tenha caráter anticompetitivo;

IX - acompanhar o desenvolvimento de setores e programas estratégicos de desenvolvimento e para isso:

a) acompanhar estrategicamente os setores e atividades produtivas da economia brasileira; e

b) representar o Ministério da Fazenda em ações interministeriais, associações e nos seminários dos programas estratégicos de desenvolvimento econômico;

X - desenvolver os instrumentos necessários à execução das atribuições mencionadas nos incisos I a VIII deste artigo; e

XI - promover a articulação com órgãos públicos, setor privado e entidades não-governamentais também envolvidos nas atribuições mencionadas nos incisos I a VIII deste artigo.

2 – MODERNIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL

Desde sua criação e até o início de 2003, a principal vertente de atuação da Secretaria era a defesa da concorrência. Ocorre que a partir de então, o Governo tem priorizado

crescentemente em sua agenda temas atinentes à regulação econômica e ao acompanhamento de mercados e a SEAE tem sido bastante demandada nesse sentido.

A partir de abril de 2007, a SEAE recebeu nova gestão e diversas alterações de atribuições e cargos foram negociadas sob demanda do Senhor Ministro e em colaboração com a Secretaria Executiva.

As alterações visavam à incorporação pela SEAE de grande parte das atribuições de acompanhamento dos planos de desenvolvimento do governo (Programa de Aceleração do Crescimento - PAC), ao acompanhamento dos diversos setores da economia do mercado interno e externo, e à passagem para a Secretaria de Política Econômica (SPE) da área de análise de política agroindustrial e o relacionamento com o Conselho Monetário Nacional (CMN).

No que tange ao PAC, ficou estabelecido que a SEAE, juntamente com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), seria a representante do Ministério da Fazenda no GEPAC (Grupo Gestor do PAC - GEPAC). A SEAE passou e continua a frequentar a grande maioria das salas de situação e a emitir pareceres sobre os impactos econômicos e o posicionamento do Ministério da Fazenda nas ações do referido Plano de Desenvolvimento.

Outra alteração significativa nas atribuições regimentais da SEAE foi a incorporação do acompanhamento econômico dos diversos setores da economia, com avaliação das variações dos preços relativos, do movimento concorrencial dos mercados internos e dos mercados externos, de forma não só a promover a concorrência doméstica, mas também acompanhar as estratégias de concorrência internacional *vis-à-vis* acordos firmados internacionalmente.

Por fim, a terceira grande alteração regimental ficou por conta da transferência para a SPE das atribuições de acompanhar a implementação, para os setores agrícola e agroindustrial, dos marcos regulatórios, normativos e dos instrumentos de políticas públicas voltados ao crédito, ao abastecimento, à comercialização, à produção e ao consumo. A SEAE então deixa de ser a responsável regimental pela elaboração de políticas agrícolas e agroindustriais no MF.

Aliado a esse fato, encontram-se em tramitação no Congresso Nacional dois Projetos de Lei que poderão implementar transformações positivas para a economia brasileira. O primeiro é o Projeto de Lei 3.337/2004, que dispõe sobre a gestão e a organização das Agências Reguladoras. A SEAE receberá, no âmbito desse novo marco, novas atribuições. Pelo PL, as Agências deverão passar a solicitar ao órgão de defesa da concorrência do Ministério da Fazenda (SEAE) pareceres sobre minutas de normas e regulamentos que serão objeto de consulta pública, conforme o *caput* do art. 18 e § 4º, transcritos a seguir:

“Art. 18. No exercício de suas atribuições, incumbe às Agências Reguladoras monitorar e acompanhar as práticas de mercado dos agentes dos setores regulados, de forma a auxiliar os órgãos de defesa da concorrência na observância do cumprimento da legislação de defesa da concorrência, nos termos da Lei no 8.884, de 11 de junho de 1994.

...

§ 4º As Agências Reguladoras solicitarão parecer ao órgão de defesa da concorrência do Ministério da Fazenda sobre minutas de normas e regulamentos, quinze dias antes à sua disponibilização para consulta pública, para que possa se manifestar, no prazo de até trinta dias, sobre os eventuais impactos nas condições de concorrência dos setores regulados.”

O Projeto de Lei 3.337/2004 das Agências Reguladoras aguarda votação pelo Plenário da Câmara dos Deputados e, se aprovado, deverá seguir para análise no Senado Federal.

O segundo é o Projeto de Lei nº 5.877/05 (apensado ao PL 3.937/2004), de autoria do Poder Executivo, foi encaminhado ao Congresso Nacional, pelo Poder Executivo, que propõe mudanças na organização e funcionamento da Lei de Defesa da Concorrência e do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. O resultado líquido dessa alteração será a diminuição de atribuições obrigatórias da SEAE em relação à análise de atos de concentração e a ampliação de suas atribuições nas áreas de promoção da concorrência (principalmente em setores regulados) de acompanhamento de mercado e de avaliação de marcos regulatórios.

A proposta, que foi aprovada pela Câmara dos Deputados em 17 dezembro de 2008, hoje tramita no Senado Federal, com o número PLC 6/2009. Após passar por cinco Comissões dessa Casa, a matéria foi encaminhada ao Plenário para votação, onde recebeu algumas emendas, o que a fez retornar às Comissões para análise.

2.1 - A Reforma do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência

O Projeto de Lei que reestrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência decorre de uma avaliação que, ao longo dos últimos anos, se vem fazendo sobre o seu funcionamento. No âmbito do Governo Federal, tal processo começou ainda em 2000, por meio de um Grupo de Trabalho Interministerial que envolveu a Casa Civil e os Ministérios da Justiça, da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Esse esforço e o intenso debate com a sociedade geraram o PL nº 5.877/2005, apensado ao PL 3.937/2004.

Como forma de sanear as dificuldades enfrentadas pelo SBDC, o Projeto de Lei propôs: o redesenho institucional do Sistema; a criação de um mecanismo de provisão de mão-de-obra qualificada aos órgãos do SBDC (idealmente funcionários públicos concursados de carreiras federais de nível superior), a ênfase no combate a condutas de alto potencial ofensivo aos consumidores; e uma nova sistemática de análise de fusões e aquisições, mediante o estabelecimento da análise prévia e o aperfeiçoamento dos critérios de notificação.

O modelo proposto implicará a agilização do trâmite dos processos e a priorização de casos que representem maior probabilidade de dano aos consumidores, gerando o aumento da eficiência administrativa, a redução do custo para o administrado e uma implementação mais efetiva da defesa da concorrência.

Isso será possível graças à unificação da instrução dos processos e a seleção dos casos que serão encaminhados pela Superintendência-Geral ao Tribunal, nos casos em que haja efetivamente risco de dano ou prejuízo à concorrência.

O projeto estabelece a análise prévia de fusões e aquisições e aperfeiçoa os critérios de notificação. Foi proposto que o SBDC emita seu juízo em relação às fusões e aquisições que se enquadrem nos critérios de notificação previamente à sua consumação. Dessa forma, as partes envolvidas são incentivadas a colaborar ao máximo para a celeridade da análise, ao mesmo tempo em que são grandemente ampliadas as opções para a solução de problemas concorrenciais eventualmente surgidos.

O aperfeiçoamento do critério para a notificação de fusões e aquisições se dá mediante a inclusão de trava adicional para a necessidade de notificação de operações. Passa a ser necessário que, pelo menos, um dos grupos envolvidos tenha registrado, no ano anterior à operação, o faturamento bruto ou volume de negócios no país igual ou superior a quatrocentos milhões de reais e adicionalmente que, pelo menos outro grupo envolvido, tenha registrado faturamento ou volume de vendas igual ou superior a trinta milhões de reais.

Existe ainda um enorme potencial de ganho de bem-estar para a sociedade por intermédio do aumento da concorrência nos mais diversos setores, regulados ou não, pela racionalização das normas e regras fixadas pelo próprio Estado. Há sempre o risco de que alíquotas de importação, direitos *antidumping*, normas técnicas, requisitos ambientais, requisitos de segurança e de saúde, que procuram garantir objetivos absolutamente necessários e fundamentais de política pública, sejam desvirtuados e utilizados como barreiras para a entrada de novos concorrentes e para a livre concorrência. Como o acompanhamento e o poder de influência no desenvolvimento de normas e regras tende a ser maior por parte das grandes empresas, a promoção da concorrência tende a ser favorável aos pequenos e médios empresários, que passam a contar com um ambiente de negócios em que todos concorrem em pé de igualdade.

Atualmente, no SBDC, a tarefa de promoção da concorrência não está claramente alocada a nenhum dos seus órgãos. Essa falta de foco, combinada à hipertrofia da atividade de análise de fusões e aquisições, fez com que a promoção da concorrência ainda seja uma atividade secundária no Sistema vigente.

O modelo organizacional proposto pelo projeto de reforma procurou corrigir essa distorção fazendo uma clara distinção entre a função principal do Novo CADE, que como autarquia autônoma será o guardião e o aplicador da Lei de Defesa da Concorrência, e a função principal da SEAE, a qual retornará à promoção da concorrência.

Para poder exercer essa função de maneira efetiva, a SEAE permanece como parte do SBDC, mas continuará sendo uma secretaria diretamente ligada ao Ministério da Fazenda mantendo, dessa forma, a necessária inserção no processo de debate interno de governo para o desenvolvimento das políticas públicas que possam ter impacto sobre as condições de concorrência nos mercados e a manutenção dos incentivos à produção e ao crescimento econômico.

As medidas propostas ensejam um passo fundamental para a agenda de desenvolvimento do governo e constituem-se absolutamente necessárias para a consolidação do ambiente institucional-legal que permitirá ao País desenvolver uma política de defesa da concorrência contemporânea, que, efetivamente, tenha condições de zelar pelo livre funcionamento dos mercados e, dessa forma, garantir condições estáveis e previsíveis para a livre iniciativa dos agentes econômicos.

Apesar de a atuação da SEAE na área de regulação econômica já estar prevista no rol de competências da Secretaria, a ênfase nesse ramo de atividade vem aumentando sobremaneira nos últimos tempos.

Nesse sentido, a proposta de redesenho organizacional visa à antecipação de parte da estruturação institucional que a Secretaria deverá fazer quando da aprovação do PL, para fazer face ao aumento da ênfase de sua atuação na área de regulação econômica e acompanhamento do lado real da economia. Sendo aprovado o PL do SBDC (3.937/2004), a SEAE necessitará implementar nova estrutura uma vez que não haverá necessidade de manter o contingente de técnicos na Unidade Descentralizada do Rio de Janeiro e cuja atividade de avaliação técnica de atos de concentração deverá ser realizada pela equipe técnica em Brasília. A área de gestão da SEAE já elaborou projeto de modernização institucional adequando a Secretaria ao novo modelo de atuação, com o novo SBDC.

De acordo com o Decreto de Estrutura Regimental 6.102, a SEAE esteve estruturada até 31 de dezembro de 2007 da seguinte forma,:

- i) Coordenação-Geral de Análise de Mercados – COGAM;
- ii) Coordenação-Geral de Produtos Agrícolas e Agroindustriais – COGPA;
- iii) Coordenação-Geral de Energia - COGEN;
- iv) Coordenação-Geral de Transportes e Logística – COGTL;
- v) Coordenação-Geral de Comunicação e Mídia – COGCM;
- vi) Coordenação-Geral de Economia da Saúde – COGSA;
- vii) Coordenação-Geral de Defesa da Concorrência - COGDC e
- viii) Coordenação-Geral de Controle de Estruturas de Mercado - COGCE, esta localizada no Rio de Janeiro.

Figura 1 – Estrutura Organizacional da Secretaria de Acompanhamento Econômico até 31.12.2007.



A partir de 2008, a SEAE passou a ter a seguinte estrutura:

- i) Coordenação-Geral de Concorrência Internacional – COGCI;
- ii) Coordenação-Geral de Análise de Promoções Comerciais – COGAP;
- iii) Coordenação-Geral de Energia - COGEN;
- iv) Coordenação-Geral de Transportes e Logística – COGTL;
- v) Coordenação-Geral de Comunicação e Mídia – COGCM;
- vi) Coordenação-Geral de Economia da Saúde – COGSA;
- vii) Coordenação-Geral de Competitividade e Análise Setorial – COGAS;
- viii) Coordenação-Geral de Defesa da Concorrência – COGDC; e
- ix) Coordenação-Geral de Controle de Estruturas de Mercado - COGCE, esta localizada no Rio de Janeiro.

Figura 2 - Estrutura Organizacional da Secretaria de Acompanhamento Econômico a partir de 02.01.2008.



3 - ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO A PARTIR DE ABRIL DE 2007

Diversas atribuições foram alteradas na área finalística da SEAE durante o ano de 2007, juntamente com a área de gestão da SEAE, que já vinha de um processo de melhoria contínua de seus processos de trabalho, manteve o ritmo de execução, destacando-se as seguintes ações:

- Organização de reuniões periódicas de coordenação com a finalidade de se avaliar criticamente as atividades desenvolvidas e de serem detectados os problemas, os gargalos e as oportunidades de melhoria em cada área;
- Organização de reuniões periódicas do Gabinete (Secretário, Adjuntos e Chefia de Gabinete) com os Coordenadores-Gerais, seja individualmente, seja com todo o grupo;
- Elaboração participativa de rol de metas anuais e semestrais com acompanhamento periódico do desenvolvimento das mesmas;
- Discussão da interface de uma área com as demais, a fim de racionalizar os processos de trabalho evitando assim o desperdício de esforço e recursos;
- Alocação da área de conformidade documental da Secretaria em sala isolada, com chave individual e armários trancados para a armazenagem dos processos;
- Intercâmbio de pessoal entre as Gerências, a fim de promover a “oxigenação” das áreas;
- Adoção do método de gerenciamento por metas públicas para cada área, com prazos definidos, disponibilizadas na intranet da Secretaria;
- Racionalização da prestação dos serviços de secretária e de copa;
- Adequação do quantitativo de pessoal alocado às atividades de gestão e de apoio.

Durante o ano de 2009, o processo de melhoria de gestão continuou a ser intensificado e foi priorizado o fortalecimento institucional da área de gestão. Foi definido o Planejamento 2010 (ANEXO I), que estabeleceu para as áreas um total de 69 metas a serem cumpridas ao longo do ano, buscando-se a consolidação do modelo de gestão compartilhada e voltada para resultados, o aprimoramento do grau de controle interno sobre a gestão e o aprimoramento da gestão da informação (física e virtual) na SEAE.

Há ainda um processo de negociação com outras secretarias, através da Secretaria Executiva e SPOA, para cessão de espaço físico adicional, uma vez que a SEAE cresceu em

atribuições, recursos humanos e não recebeu espaço físico proporcional. Gestões continuaram a ser feitas durante o ano de 2009, quando a SEAE continuou a participar do Grupo de Trabalho, coordenado pela SPOA/MF, visando ao mapeamento dos espaços físicos disponíveis no MF em todos os prédios do Distrito Federal. O resultado foi apresentado à Secretaria Executiva para apreciação e análise, haja vista que o modelo apresentado sugere racionalização e padronização da ocupação e distribuição dos espaços físicos do Ministério.

Para 2010, a SEAE já elaborou e disponibilizou na Intranet o Planejamento 2010 para as áreas finalística e de apoio logístico (ANEXO I e II).

O resultado do processo de modernização institucional iniciado em 2007 (nova distribuição de funções e atribuições) já provou uma significativa elevação da qualidade do trabalho das diversas Gerências que compõem a área de gestão, mas também as Coordenações-Gerais que compõem a área finalística, bem como uma diminuição significativa na relação do quantitativo de servidores alocados à área de gestão e de apoio quando comparado ao quantitativo de servidores alocados à área técnica. Em 2006, a proporção era de 1,06 e, em 2007, a proporção decresceu para 0,99. Em 2008 e 2009, a relação foi de 0,87 e 0,89, respectivamente, mantendo-se praticamente estável.

3.1 Assessoria do Gabinete e a Comissão de Ética da SEAE

3.1.1 – Ouvidoria e Assessoria de Comunicação do Secretário

3.1.1.1 - Ações na área de Comunicação Social da SEAE

Reconhecendo a importância de que se reveste a Assessoria de Comunicação Social dentro de uma instituição pública, vale ressaltar as atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2009 visando maior aproximação e melhor conhecimento mútuo entre o cidadão e o governo, com vista ao estreitamento das relações institucionais com outros órgãos e com a sociedade brasileira. O atendimento à imprensa, por exemplo, é um dos carros chefe da comunicação, em conformidade com os preceitos da Assessoria de Comunicação Social do Ministro – Ascom/GMF.

Além dessa função, a assessoria de comunicação da SEAE desenvolve outras atividades interligadas com a Comunicação, entre elas está a avaliação de conteúdo e a atualização do portal da SEAE, o acompanhamento de matérias publicadas nos jornais de grande circulação, a elaboração do *Clipping* diário, o envio de comunicados institucionais e principalmente o tratamento de mensagens recebidas no e-mail institucional: seae@fazenda.gov.br. O mural físico localizado no corredor central da SEAE também integra o rol de atividades nessa área e o objetivo é utilizá-lo para reforçar as informações encaminhadas por meio de outros canais de comunicação.

É importante salientar que parte dessas ações gera uma estatística que compõe um registro na rede corporativa da Secretaria, a qual contempla o número de matérias jornalísticas publicadas em veículos de comunicação que citam a SEAE e o número de entrevistas

concedidas pelo Gabinete, visando tornar públicos a complexidade dos assuntos tratados pela Secretaria e o resultado dos trabalhos executados pelos técnicos.

Além dos tópicos mencionados, faz-se necessário citar os projetos de suma importância que estão sob a supervisão da SEAE, como o Programa de Intercâmbio nas áreas de Defesa da Concorrência e Regulação Econômica, já na 12ª edição. O objetivo é proporcionar aos estudantes de graduação, mestrado e doutorado a oportunidade de participar da formação e aprimoramento de políticas públicas voltadas para a concorrência e a regulação dos diversos setores da economia. As atividades do intercâmbio são realizadas anualmente em Brasília e no Rio de Janeiro, nos meses de janeiro e julho. Em todas as edições, a SEAE recebeu um número expressivo de currículos, aproximadamente 100 por edição.

Outro projeto de destaque é o PRÊMIO-SEAE, cuja finalidade é estimular a pesquisa acerca dos temas subjacentes à defesa da concorrência e à regulação econômica e difundir esses temas junto à comunidade acadêmica brasileira e à sociedade em geral, reconhecendo os trabalhos de qualidade técnica e de aplicabilidade na Administração Pública. O PRÊMIO é concedido em duas categorias, estudantes de graduação e profissionais que concorrem com trabalhos individuais e em grupo de candidatos de qualquer nacionalidade. Na categoria estudantes, o 1º colocado recebe R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e o 1º colocado na categoria profissionais recebe R\$ 20.000,00. No final de cada edição, os trabalhos premiados são publicados no Livro do PRÊMIO.

3.1.1.2 - Ações na área de Ouvidoria

A Constituição Federal, em seu artigo 37, § 3º, determina que, dentre outros, a Administração Pública deverá obedecer ao princípio da eficiência, e prevê a ação de órgãos de atendimento às reclamações relativas à prestação dos serviços públicos como forma de participação do cidadão-usuário.

A Ouvidoria da SEAE reflete um esforço e uma abertura da direção da instituição para dar continuidade e aprimorar a comunicação com o cidadão. Também reflete uma busca pela transparência, eficiência e eficácia em relação à qualidade das atividades e serviços, estabelecendo um relacionamento intenso entre a SEAE e o usuário do canal de comunicação direto, leia-se Ouvidoria.

O aludido canal possibilita a análise de críticas e sugestões a respeito dos assuntos abordados pela SEAE, constituindo um valioso instrumento para a solução de problemas e de conflitos organizacionais, tanto de caráter interno como de natureza externa, por outro lado, de forma efetiva para o processo de melhoria permanente do atendimento e das expectativas dos usuários internos e servidores.

Diante dessas considerações, é importante verificar que o instrumento "Ouvidoria", recentemente incorporado às estruturas da administração pública e, por sua vez, implantado na SEAE, tem mostrado resultados que indicam, segundo dados publicados no Relatório da Ouvidoria-Geral, um impacto positivo junto à sociedade. No ano de 2009, a Ouvidoria da SEAE recebeu 42 mensagens (Denúncias, reclamações, solicitações, dúvidas e elogios), todas foram

solucionadas em tempo hábil. Para aprimorar o atendimento prestado pelos ouvidores do MF, a Ouvidoria-Geral implementou recentemente um novo sistema de recepção de mensagens. O trabalho do Ouvidor setorista é realizado em parceria com a Ouvidoria-Geral do Ministério da Fazenda, pois, envolve um compromisso institucional de todos os ouvidores, de se pautarem nos princípios de atendimento e na satisfação dos usuários. O ouvidor acompanha todos os processos, até a solução final, seja com o atendimento ou com os esclarecimentos necessários de cada demanda. Busca a credibilidade junto ao cidadão, por meio da eficiência no cumprimento do seu papel, seguindo os princípios do sigilo e reserva das informações, da agilidade, da transparência de suas ações e da isenção no trato das questões.

A Ouvidoria-Geral é o “termômetro” da instituição, pois recebe a avaliação sobre o funcionamento das atividades executadas pelas secretarias do Ministério. A Ouvidoria do Ministério da Fazenda é composta por uma rede de ouvidorias hierarquicamente distribuídas por áreas de competência e jurisdição e por ela coordenadas.

Atuação

- Receber e encaminhar para apuração as manifestações dos cidadãos (inclusive denúncias de irregularidades);
- Dar conhecimento das manifestações aos respectivos órgãos para que tomem as providências cabíveis, se necessárias;
- Dar conhecimento da solução/resultado da demanda ao usuário;
- Propor aos dirigentes a implementação de medidas administrativas, quando houver necessidade; e
- Contribuir para o aumento da qualidade dos serviços prestados pela SEAE à sociedade.

3.1.2 – Comissão de Ética

A Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE, imbuída da responsabilidade por zelar pela efetividade das normas de conduta, constituiu, por meio da Portaria nº 39, de 11/07/2002, alterada em 2008 pela Portaria nº 79, de 19/11/2008, Comissão de Ética Setorial da SEAE – CESEAE, responsável pelas funções da gestão da ética, como o aperfeiçoamento de normas, educação, orientação, monitoramento da observância e apuração de desvios na observância das normas de conduta. A CESEAE conta com um plano de trabalho e se reúne periodicamente.

A divulgação das informações relevantes sobre ética é também uma preocupação da SEAE. Todo servidor ao iniciar suas atividades na Secretaria recebe um exemplar do Código de Ética, além de outras comunicações feitas por meio de correio eletrônico, e-mail institucional, memorando circular, Intranet da SEAE, e ainda, eventos informativos sobre ética no serviço público, com objetivo de promover a educação para a ética no âmbito da Secretaria.

3.1.3 – Projetos de Cooperação Internacional e Acordos de Cooperação Técnica

3.1.3.1 – PACE

O Programa de Assistência Técnica ao Crescimento Equitativo e Sustentável (PACE), promovido pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD, também conhecido como Banco Mundial), corresponde ao empréstimo realizado pelo Banco ao Governo Brasileiro, no valor de US\$ 12,2 milhões de dólares, com o objetivo de apoiar atividades de assistência técnica destinada a promover o aumento da produtividade da economia brasileira. O Programa envolve projetos e estudos destinados a promover reformas microeconômicas nas áreas de logística, clima de negócios, sistema financeiro e inovação.

Sobre o clima de negócios, o foco do PACE está “no aperfeiçoamento do marco regulatório para os setores de infra-estrutura, no controle de abuso do poder econômico (defesa da concorrência), na simplificação dos procedimentos de registro e legalização de empresas e na reforma do arcabouço legal que rege os processos falimentares”.

A Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE) do Ministério da Fazenda é uma das entidades governamentais que participa do PACE, na área de REGULAÇÃO, inserida no Componente 2 do Ministério da Fazenda: elaboração de estudos que contemplem propostas de melhoria do marco regulatório em diversos setores. Em 2007 e 2008 foram várias as ações realizadas – especialmente, estudos e estágios profissionais, já concluídos. Em 2009, nenhum projeto novo foi executado, no âmbito do PACE.

Os dois principais tipos de projetos são o de Estudos de Alta Complexidade e o de Estágios Profissionais no Exterior, mas também foram incluídas aquisições de bancos de dados e de softwares avançados. Dentre os temas já contratados no âmbito do Programa, estão os referentes ao setor de planos de saúde, infra-estrutura de transportes, medicamentos, telecomunicações.

O detalhamento a seguir ilustra a abrangência e o sucesso da parceria entre a SEAE e o PACE, não apenas pelo crescente número de projetos executados, mas principalmente pelos resultados positivos alcançados, comprovados pela alta qualidade dos trabalhos contratados e sua pertinência e adequação para a dinamização da economia nacional.

Os Projetos de Estudos desenvolvidos são os seguintes:

1. Elaboração de Estudo sobre "Regulação do Setor Brasileiro de Planos de Saúde" - concluído;
2. Elaboração de Estudo sobre "Regulação do Setor de Transporte Aéreo Nacional" - concluído;
3. Contratação de consultor para “Elaboração de Termo de Referência - ISO 9001” - concluído;
4. Elaboração de Estudo e Mapeamento de "Mercados relevantes de Medicamentos" - concluído;

5. Elaboração de Estudo sobre “Poder de Mercado Significativo em Telecomunicações no Brasil” - concluído;
6. Elaboração de Estudo sobre a "Experiência Internacional em Antidumping e Guia para Análise Econômica de Processos de Investigação de Dumping" - concluído;
7. Participação no processo de impressão do livro do "I Prêmio SEAE de Monografias em Defesa da Concorrência e Regulação Econômica", que teve a cerimônia de premiação realizada em 29 de novembro de 2006, com a íntegra das 13 monografias premiadas.

Já os Estágios Profissionais no Exterior realizados:

1. Capacitação Profissional de servidora da SEAE visando adquirir experiência prática relacionada com regulação estatal na área de loterias e apostas, na Instituição "Loterias y Apuestas Del Estado", em Madrid, Espanha – concluído;
2. Capacitação Profissional de servidor da SEAE visando à formulação de políticas e à regulação estatal na área de parcerias público-privadas nos setores de transporte, em Londres, Reino Unido - concluído;
3. Capacitação Profissional de servidor da SEAE visando adquirir experiência prática relacionada à formulação de políticas e à regulação estatal na área de infra-estrutura aeroportuária, em Londres, Reino Unido – concluído;
4. Capacitação Profissional do Secretário-Adjunto da SEAE visando à formulação de políticas e à regulação estatal na área de parcerias público-privadas nos setores de transporte e infra-estrutura, em Londres, Reino Unido - concluído;

Para 2010 não existe, até o momento, previsão de execução de novos projetos.

3.1.3.2 – PRO-REG – Projeto de Melhoria Regulatória e Análise de Impacto Regulatório

Está em curso o Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação - PRO-REG, com a finalidade de contribuir para a melhoria do sistema regulatório e a coordenação entre as instituições que participam do processo regulatório exercido no âmbito do Governo Federal. Este projeto é fruto do programa de assistência técnica com o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento - BID e está a cargo do Comitê Gestor que inclui a Presidência da República e os Ministérios da Fazenda e do Planejamento.

O Programa, instituído pelo Decreto presidencial nº 6.062 de 16 de março de 2007, tem como principal objetivo fortalecer:

- a) o sistema regulatório de modo a facilitar o pleno exercício de funções por parte de todos os atores;

- b) a capacidade de formulação e análise de políticas públicas em setores regulados;
- c) a melhoria da coordenação e do alinhamento estratégico entre políticas setoriais e processo regulatório;
- d) a autonomia, transparência e desempenho das agências reguladoras; e
- e) o desenvolvimento e aperfeiçoamento de mecanismos para o exercício do controle social e transparência no âmbito do processo regulatório.

Uma peça central de qualquer projeto de reforma regulatória é a implementação de procedimento intitulado “Análise do Impacto Regulatório” (AIR), que é um elenco de métodos para chegar a decisões de política regulatória, baseados na análise sistemática e consistente de impactos potenciais derivados da regulação governamental.

A maneira mais popular de implementá-lo é através de metodologias de análise da relação de custo e benefício. A AIR é utilizada, na maioria dos países da OCDE, em diferentes níveis: em alguns países, é usada somente nas principais propostas legislativas, enquanto em outros (como os EUA e Inglaterra) é utilizada até mesmo nas normas propostas pelas agências reguladoras. O princípio básico de funcionamento é que se os custos estimados da adoção da norma forem maiores que os benefícios, a norma não é adotada.

Um dos sub-objetivos do PRO-REG visa o “estudo para o desenho de uma unidade de coordenação, acompanhamento e avaliação em melhoria regulatória”, aos moldes de unidades análogas existentes em outros países, principalmente os países membros da OCDE. Esta unidade, entre outras atribuições, provavelmente teria também a incumbência de exercer algum tipo de Análise de Impacto Regulatório sobre novas normas e regulamentos das agências reguladoras. O acordo de empréstimo, apesar de aprovado em 2007, só prevê execução física e financeira a partir de 2008.

O PRO-REG promoveu várias atividades durante o ano de 2009, tanto em termos de articulação dos órgãos responsáveis pelas políticas públicas regulatórias e as Agências responsáveis pela sua execução, como também ações de capacitação. Além disso, a SEAE vem dando continuidade à implementação de algumas das “melhores práticas” recomendadas pela OCDE em matéria regulatória, principalmente no que diz respeito à promoção e advocacia da concorrência, e para tal tem utilizado em suas análises e pareceres regulatórios o Guia para Avaliação Concorrencial de Normas Regulatórias segundo as linhas gerais adotadas nos países que compõem aquela organização. A avaliação concorrencial de normas regulatórias é parte integrante da análise de impacto regulatório, um dos elementos da reforma regulatória que o PRO-REG vem procurando implementar no Brasil.

3.1.3.3 - Acordo de Cooperação Técnica com a FGV

O acordo de cooperação técnica firmado entre Fundação Getúlio Vargas e o Ministério da Fazenda tem por objeto promover entre as partes a cooperação no campo da assistência técnica, na busca da eficiência, produtividade e qualidade dos serviços prestados pelo MF, utilizando-se, dentre outros, dos seguintes mecanismos:

- a) intercâmbio de informações entre cientistas, mestres, doutores, pesquisadores, técnicos, professores e servidores do Ministério da Fazenda, tendo como objetivo a realização de pesquisas e estudos de interesse recíproco voltados à disseminação e incorporação das melhores práticas e técnicas de gestão administrativa e tecnológica e ao desenvolvimento de temas relacionados às finanças públicas;
- b) concessão de bolsas de estudo de especialização, em nível de pós-graduação, e de aperfeiçoamento técnico;
- c) organização e realização de cursos, conferências, seminários, simpósios e debates nas áreas de gestão administrativa, tecnológica e de finanças públicas;
- d) intercâmbio de materiais e equipamentos científicos necessários à realização dos estudos e pesquisas conjuntos; e
- e) quaisquer outras modalidades convencionadas pelas partes em instrumentos complementares, respeitado a finalidade do presente acordo de cooperação.

Projetos executados em 2008 e 2009

- III Concurso de Monografias em Defesa da Concorrência e Regulação Econômica Prêmio SEAE – 2008;
- Bolsa de Estudo CIPAD (abr/2008 a mar/2010);
- IV Concurso de Monografias em Defesa da Concorrência e Regulação Econômica Prêmio SEAE – 2009;
- Planejamento Estratégico 2009.

3.2 – Gestão Patrimonial – Dados Situacionais

3.2.1 - Evolução Tecnológica

3.2.1.1 - Política de Gestão dos Recursos Tecnológicos

A SEAE vem gradativamente implementando durante os últimos anos um processo de otimização da gestão dos recursos tecnológicos, resultante de várias medidas adotadas com o objetivo de tornar mais racional e eficiente a utilização desses recursos. Dentre as medidas, podem ser destacadas as seguintes:

- a) a manutenção dos *hardwares*, dos *softwares* e de seus respectivos recursos continua sendo preventiva, antecipando-se aos problemas que porventura possam ocorrer, reduzindo custos operacionais;
- b) a racionalização do modelo de contratação dos serviços, possibilitando economia dos recursos originalmente alocados;

- c) a utilização de rotinas operacionais de suporte a usuários, que englobam desde a disponibilização de recursos de TI, criação de perfis e orientações de utilização dos recursos;
- d) a otimização dos Sistemas *Littera* (fluxo de processos e documentos), RH - Recursos Humanos e RTI – Gestão de Recursos Tecnológicos e Informativos com a implementação de novas versões, com ajustes e novos recursos. Além disso, o desenvolvimento de aplicativos para automação dos serviços de suporte para o Gabinete, a disponibilização de informações para os usuários internos por meio da INTRANET SEAE (Gerenciador de Conteúdo) e a disponibilidade de informações, via *Web*, para a sociedade em geral.

A SEAE utiliza os serviços de infra-estrutura tecnológica providos pelo SERPRO, que disponibiliza uma rede de computadores segura e com desempenho razoável. Cabe ressaltar que os serviços prestados são compatíveis com as necessidades da Secretaria, apesar do envio àquele órgão de diversas notificações de indisponibilidade no acesso a Sistemas Corporativos, Correio Eletrônico e hospedagem do sítio da SEAE - <http://www.seae.fazenda.gov.br>.

Os recursos computacionais disponíveis aos usuários seguem o padrão de mercado, estando, portanto, atualizados tecnologicamente. O parque é composto por 207 microcomputadores adquiridos por meio de licitação realizada pela SPOA (121 computadores em 2008 e 86, em 2009). A Secretaria é proprietária de todo o parque de microcomputadores atualmente, pois os contratos de locação foram encerrados.

Ainda que não seja a primeira opção de provimento do parque tecnológico da SEAE, a modalidade de “compra” e ou “aquisição” se tornou uma tendência a partir do momento em que as empresas estenderam a garantia e os termos de assistência técnica: o custo dos equipamentos ficou mais acessível, apesar de exigir maior investimento inicial. No final de todo o processo, o custo fica relativamente menor que na modalidade locação. Adicionalmente, os microcomputadores apresentam uma vida útil que atende, em termos de tecnologia, por no mínimo 3 (três) anos, pois este é o tempo de garantia e assistência técnica praticados atualmente.

As impressoras são objeto de contratação no mercado pela SPOA/MF (impressoras laser monocromáticas - *Computeasy* e laser coloridas – *Premier*), mediante pagamento por cópia impressa. O cabeamento lógico e elétrico também é objeto de contrato entre a SPOA e a empresa do mercado (*Delta*).

Com esse modelo contratual, evita-se a defasagem tecnológica e as implicações negativas junto aos usuários que poderiam advir de uma eventual falta de modernização.

Esse modelo de contratação tem se mostrado eficaz, considerando-se que possibilita ter, permanentemente, atualizados os recursos de *hardware*, além de também poder contar com a forma ágil do suporte *on site* prestado pelo fornecedor. Outro aspecto importante é que todos os equipamentos estão cobertos por garantia de fábrica, com reposição de máquinas *back-up* em até 48 horas.

Considerando a qualidade dos equipamentos locados (impressoras) e adquiridos (computadores), a SEAE avaliou que foram obtidas significativas reduções nos custos de manutenção, com elevado índice de disponibilidade, o que gerou, adicionalmente, reflexos positivos na produtividade da Secretaria, nas três unidades – BSB, RJ e SP.

Desde julho de 2006, foi iniciada a captação de dados estatísticos para medição do tráfego e de acessos ao sítio da Secretaria (www.seae.fazenda.gov.br). O número de visitantes únicos no ano de 2009 foi de 152.007, com média mensal de 12.667, apresentando uma redução de aproximadamente 13% em relação ao ano anterior (173.417) e 10% superior a 2007 (138.127). Esses números mostram a utilidade das informações disponíveis para a sociedade em geral, com destaque para a modalidade de consultas e baixa de Pareceres produzidos pela Secretaria (<http://www1.seae.fazenda.gov.br/>) em que se registraram 100.382 visitantes únicos em 2009 e 84.085 em 2008.

3.2.1.2 – Bases de Dados Estatísticas

A Secretaria disponibiliza para os seus Servidores acesso a agências e bases de dados de empresas, pagas ou através de convênios, que disponibilizam várias fontes de informações como: notícias, análises, gráficos, balanços financeiros, relatórios, estatísticas setoriais, cotações, estudos macroeconômicos (Base ISI – *Emerging Markets*); acesso em tempo real sobre conjuntura econômica, agricultura e pecuária (Agência Estado - Broadcast); legislação, acervo de notas administrativas e bases de jurisprudência (Datalegis); Diário Oficial da União (Imprensa Nacional); serviço informativo da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (OLISNext – OCDE); e uma rede de reportagem global para informações financeiras, notícias, tecnologia, galeria de fotos, produtos e outros itens (Reuters).

Os Sistemas Corporativos são acessados através da Rede SERPRO e são ferramentas importantes para a área de Gestão (COMPROT, COMPROT WEB, SIADS, SIAFI, SIAPE e SIASG) e as áreas finalísticas (ALICE, CPF-CNPJ, LINCE e SISBACEN).

3.2.1.3 - Sistema de Fluxo de Processos e Documentos - Sistema Littera

Este sistema, cujo início de operação na SEAE remonta ao ano de 2002, tem como finalidade o acompanhamento, o gerenciamento e o controle de Processos e documentos gerados, recebidos, tramitados e arquivados na Secretaria, inicialmente no tocante a atos de concentração.

Na Plataforma *Lotus Notes*, na qual foi desenvolvido o Sistema *Littera*, este e os outros aplicativos continuaram a ser aprimorados, inclusive com projetos para acesso via Web, utilizando-se de navegadores (browser) em vez de licenças por usuário, tais como o Sistema RH (Gestão de Pessoas), Gestão de Recursos Tecnológicos e Informativos (RTI), Agenda SEAE, Reserva de Recursos, Contatos Externos e Biblioteca. Desde meados de 2009, o acesso ao Sistema RH passou a ser via Web.

3.2.1.4 - Sistemas RH e RTI, SIGIN, Intranet SEAE (Gerenciador de Conteúdo) e Projeto DW/BI

O Sistema de Gestão de Recursos Humanos (RH) disponibiliza dados (Gestão de Pessoas) de todos os servidores da Secretaria, ativos e inativos, incluindo informações sobre formação acadêmica e participação em cursos e eventos, além de recursos para marcação eletrônica e controle das férias. Todos os dados foram mantidos atualizados em 2009 e foi disponibilizada consulta para todos os Servidores da SEAE. No ano de 2008, o Sistema foi implantado em mais duas Secretarias do Ministério da Fazenda: Secretaria de Política Econômica (SPE) e Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN). O Sistema RH está integrado com o Sistema de Gestão de Recursos Tecnológicos e Informativos (RTI), que disponibiliza o cadastro de toda infra-estrutura tecnológica e de sistemas de informações existentes na SEAE, vinculando os recursos existentes aos usuários.

O Sistema de Gestão de Indicadores Econômicos (SIGIN) é um sistema de gestão do acervo de informações da SEAE. Entretanto, foi desativado no final de 2009, pois o custo para manutenção não justificava os benefícios oferecidos.

A INTRANET atualizada e modernizada apresenta um grande avanço para a consolidação do modelo de gestão compartilhada e para a recuperação de dados e informações pelos servidores da Secretaria. Em 2009, o número de acessos decresceu em razão da estabilização do movimento de inclusão/atualização dos conteúdos, sendo 185.627 acessos em 2009 contra 406.864, em 2008.

Em 2009, foram elaborados os requisitos e regras de negócio necessários para encaminhamento do projeto de Data Warehouse e Business Intelligence-DW/BI, referente aos Índices IPCA e INPC, onde teve a participação efetiva da SEAE. Entretanto, por força da atual conjuntura dos serviços e atividades, o Projeto foi repassado para ser implementado na Secretaria de Política Econômica (SPE).

3.2.1.5 - Infra-estrutura tecnológica

Em termos de atualização do parque tecnológico foi realizado o *upgrade* de 86 estações de trabalho locadas pela Investplan, por estações de trabalho adquiridas pela SPOA por meio de registro de preço.

Em 2009, os serviços foram mantidos no servidor LAMP totalmente configurado com *softwares* livres (*Linux, Apache, Mysql e PHP-Nuke*) que não exigem o pagamento de licenças. O servidor hospeda o Gerenciador de Conteúdo da SEAE (INTRANET), segue os padrões recomendados pelo governo (*softwarelivre.gov.br*) e atende plenamente as exigências da Secretaria.

3.3 - Gestão de Recursos Humanos - Dados Situacionais

Em 2009, tal qual ocorreu em anos anteriores, a SEAE continuou se ressentindo do fato de não contar com um sistema institucional de recrutamento e seleção de seus servidores. Não advogamos em prol de uma carreira específica. O Ministério da Fazenda possui carreiras de servidores bastante bem preparados, com formações acadêmicas adequadas ao exercício das funções da SEAE para atender nossas necessidades e preencher a demanda por pessoal qualificado da Secretaria.

Há inevitáveis efeitos negativos decorrentes da impossibilidade de provisão periódica de mão-de-obra qualificada, quais sejam, a elevada rotatividade de pessoal aliada à ausência de um sólido comprometimento organizacional, que por sua vez dificultam a formação de uma cultura organizacional própria que contribua efetivamente para o contínuo fortalecimento da instituição no desempenho de suas atividades. Apenas para ilustrar esta questão da alta rotatividade de pessoal na SEAE, em 2009, 19% (16 dos 83 técnicos) do quadro afeto à área finalística deixou a SEAE e teve de ser substituído.

No ano de 2007, também foi discutida a criação da Carreira Fazendária com a Secretaria Executiva e demais órgãos fazendários, que, em parte, solucionaria os problemas internos do Ministério em relação aos servidores terceirizados e sem vínculo, além de atender às determinações do Termo de Conciliação Judicial – Processo nº 00810-2006-017-10-00-7, firmado em 5 de novembro de 2007, entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Advocacia-Geral da União e o Ministério Público do Trabalho. Em 24 de maio de 2009, a ESAF realizou o Concurso Público para Provimento do Cargo de Assistente Técnico-Administrativo do Ministério da Fazenda (ATA), sendo o resultado homologado em 8 de julho de 2009. Dos aprovados, seguindo as determinações do Edital ESAF 121, de 16 de dezembro de 2009 (2ª. chamada), caberiam à SEAE 12 servidores para o ano de 2010.

No que se refere ao SBDC, como mencionado anteriormente, foi incluído no Projeto de Lei a necessidade de prover o sistema com 200 cargos técnicos, a serem inicialmente preenchidos por servidores de carreira do Ministério do Planejamento, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), mas enquanto o projeto não for convertido em Lei, todo o sistema permanecerá à mercê das movimentações de recursos humanos e da rotatividade em decorrência da natureza dos cargos comissionados, dificultando a ação do gestor público na captação de mão-de-obra qualificada para a SEAE.

Ao final de 2009, a Secretaria contava com um total de 157 servidores, sendo 83 na área finalística e 74 na área de apoio logístico. 52% dos servidores são do sexo feminino, enquanto 48% são do sexo masculino.

O tempo médio de permanência na SEAE é de 4 anos na área finalística, e de 7 anos, na área de apoio logístico. A idade média dos servidores é 37 anos nas áreas finalística e de 36 anos no apoio logístico.

Na área finalística, 99% dos servidores possuem nível superior completo, ao passo que na área de apoio logístico, esse número cai para 20%. A maior parte dos servidores da área finalística tem graduação na área de Economia e fala mais de um idioma.

As tabelas abaixo mostram os cargos comissionados e as funções gratificadas da Secretaria e a distribuição do efetivo total entre a área finalística e a de apoio logístico, além da formação acadêmica do pessoal que compõe o quadro de servidores da SEAE.

Tabela 2 – Demonstrativo da área finalística da SEAE discriminado por servidores.

QUADRO PESSOAL DA SEAE	
ÁREA FINALÍSTICA	QTDE
TOTAL DE TÉCNICOS	83
com vínculo	59
sem vínculo	24
TOTAL NOMEADO EM CARGO EM COMISSÃO	71
com vínculo	47
sem vínculo	24
TOTAL DE TÉCNICOS	83
Comissionado com vínculo	47
CONAB	2
MC	1
MF (PCC)	2
MP (Gestor)	30
PETROBRAS	1
UFBA	1
IPEA	1
SERPRO	1
STN	8
Sem comissão e com vínculo	9
STN	8
SERPRO	1
Com Função Gratificada-FG e com vínculo	3
STN	3
Comissionado sem vínculo	24

Fonte: SEAE/MF

Tabela 3 – Demonstrativo da área de apoio logístico da SEAE discriminado por servidores.

QUADRO PESSOAL DA SEAE	
ÁREA MEIO	QTDE
TOTAL DE APOIO	74
com vínculo	22
sem vínculo	12
terceirizado	26
estagiário	14
TOTAL NOMEADO EM CARGO EM COMISSÃO	23
com vínculo	11
sem vínculo	12
TOTAL DE APOIO (exceto terceirizado e estagiário)	34
Comissionado com vínculo	11
BB	2
MF (PCC)	6
SERPRO	3
Sem comissão e com vínculo	5
SERPRO	5
Com Função Gratificada-FG e com vínculo	6
MF (PCC)	6
Comissionado sem vínculo	12

Fonte: SEAE/MF

Tabela 4 – Demonstrativo dos cargos em comissão e funções gratificadas.

QTDE	CARGOS EM COMISSÃO	QTDE	FUNÇÃO GRATIFICADA
1	DAS 6	3	FG 1
2	DAS 5	11	FG 2
10	DAS 4		
18	DAS 3		
43	DAS 2		
22	DAS 1		
TOTAL 96		TOTAL 14	

Fonte: SEAE/MF

Tabela 5 – Demonstrativo dos cargos em comissão distribuídos por área finalística e área de apoio logístico.

CÓDIGO DAS	ATIVIDADE	ÁREA FINALÍSTICA	ÁREA DE APOIO LOGÍSTICO
101.6	Secretário	1	0
101.5	Secretário-Adjunto	2	0
101.4	Chefe de Gabinete	1	0
*101.4	Coordenador-Geral	8	0
101.3	Coordenador	1	2
102.3	Assessor Técnico	15	0
101.2	Gerente	0	6
101.1	Chefe de Núcleo	0	9
102.2	Assistente	37	0
*102.1	Assistente Técnico	6	6
	TOTAL	71	23

Fonte: SEAE/MF

* (01) DAS 101.4 – Vago.

* (01) DAS 102.1 – Vago.

Tabela 6 – Distribuição do efetivo da SEAE – posição em 31.12.2009

ATIVIDADE FINALÍSTICA			ATIVIDADE DE APOIO LOGÍSTICO	
QTDE	ATIVIDADE	FORMAÇÃO	QTDE	ATIVIDADE
1	Secretário	Economia	2	Coordenadores de Gestão
1	Secretário-Adjunto	Economia/Direito/História	2	Assistentes Técnico
1	Secretário-Adjunto	Economia	6	Gerentes
1	Chefe de Gabinete	Economia	9	Chefes de Núcleo
1	Coordenador-Geral	Direito	18	Secretárias
4	Coordenador-Geral	Economia	14	Estagiários
1	Coordenador-Geral	Engenharia Civil	2	Operadores de Xerox
1	Coordenador-Geral	Engenharia	2	Mensageiros
1	Coordenador-Geral	Relações Internacionais	15	Aux. Téc. Adm.
1	Coordenador	Economia	1	Auxiliar
8	Assessor Técnico	Economia	3	Recepcionistas
1	Assessor Técnico	Administração de Empresas		
1	Assessor Técnico	Engenharia Civil		
1	Assessor Técnico	Engenharia da Produção		
1	Assessor Técnico	Direito		
1	Assessor Técnico	Matemática		
1	Assessor Técnico	Relações Internacionais		
1	Assistente	Administração Pública		
2	Assistente	Administração de Empresas		
23	Assistente	Economia		
2	Assistente	Comunicação Social		
6	Assistente	Direito		
1	Assistente	Engenharia Elétrica		
1	Assistente	Engenharia Civil		
1	Assistente	Matemática		
1	Assistente	Relações Internacionais		
1	Assistente Técnico	Direito		
1	Assistente Técnico	Engenharia Mecânica		
3	Assistente Técnico	Economia		
1	Assistente Técnico	Economia/Relações Internacionais		
1	FG - 2	Administração/Publicidade/Comunicação		
1	FG - 2	Engenharia		
1	FG - 2	Economia		
1	Técnico	Administração		
1	Técnico	Engenharia de Pesca		
5	Técnico	Economia		

1	Técnico	Direito		
1	Técnico	2º Grau		
SUBTOTAL	83		74	
TOTAL		157		

Fonte: SEAE/MF

A natureza das atividades da SEAE enseja a necessidade de treinamentos específicos, tanto na área de defesa da concorrência e regulação, quanto no que se refere aos sistemas informatizados implementados ou em uso no âmbito da Secretaria. Tais oportunidades têm sido viabilizadas pela Secretaria que, ademais, segue dando estímulo a seus servidores para que freqüentem cursos e treinamentos oferecidos por instituições públicas e privadas, além de propiciar a participação do seu corpo técnico em seminários e outros eventos de destaque na área de defesa da concorrência e regulação tanto em nível nacional como internacional.

Ações de divulgação de informações referentes a cursos, seminários e workshops, patrocínio de cursos e oferta de vagas fazem parte da estratégia de incentivo à capacitação técnica que tem sido adotada por esta Secretaria com bons resultados.

Durante o ano de 2009, a SEAE continuou a intensificar a capacitação da equipe técnica para o desenvolvimento e aprimoramento das competências necessárias à maior focalização da Secretaria em atividades relacionadas à regulação. Vários técnicos participaram de ações de treinamento diversas sobre aspectos regulatórios relativos aos setores específicos sobre os quais a Secretaria trabalha.

A tabela abaixo traz a relação completa das ações de treinamento desenvolvidas em 2009.

Tabela 7 – Ações de treinamento realizadas em 2009

	EVENTO	NÚMERO DE PARTICIPANTES
1	Curso de Mercados Financeiros e Novos Instrumentos Financeiros	2
2	Curso de MBA - em Direito do Estado e da Regulação	1
3	Seminário "Análise do Projeto de Lei de Reestruturação do Sistema de Defesa da Concorrência"	1
4	I Congresso Brasileiro de Medicina Baseada em Evidências e o Direito à Saúde	3
5	Visita Técnica do Grupo de Trabalho Interministerial de Modernização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	3
6	Curso de Suprimento de Fundos - CPFG	1
7	IX Congresso Brasileiro de Direito do Estado	2
8	VI Congresso Brasileiro de Regulação	16
9	17º Encontro Tele-Síntese "A Ampliação da Banda Larga e a Última Milha"	1
10	XIV Exposição e Conferência Internacional de Cartões, Serviços e Tecnologias- CARDS/2009	2
11	4º Fórum Nacional Competências & Gestão para Resultados	1
12	V Congresso de Loterias Europeias Estatais e Associações	1

13	Seminário sobre Segurança e Integridade dos Processos	2
14	Doutorado em Economia	1
15	Curso de Análise Econômico-Financeira de empreendimentos e Concessões	1
16	2º Seminário IBRAC-PUC-Rio de Defesa da Concorrência	1
17	8º Tela Viva Móvel - Encontro dos Conteúdos e Entretenimento Wireless	1
18	Fórum Brasileiro Sobre Regulação do Setor de Mineração	1
19	6º Congresso Gas Summit - Latin America 2009	1
20	Curso Matriz Insumos x Produtos	12
21	12º Congresso Brasileiro de Comunicação Corporativa	1
22	Congresso e Feira sobre ECM e GED -ECM & GED Brasília 2009 -	1
23	Encontro Ethanol Summit 2009	1
24	Curso "A Legislação de Pessoal e o Siape como Instrumento de Gestão"	1
25	Curso de Gestão por Competência	1
26	Curso de Análise de Ponto de Função - APF	1
27	Curso de Elaboração de Planos de Capacitação	1
28	2º Encontro Nacional da Siderurgia	6
29	Encontro Economia Dinâmica do Setor Público	1
30	XXI Seminário Sobre Política Externa para Altos Funcionários da Administração Pública - MRE	1
31	Encontros Telesíntese 18 - Desafios na Gestão de Espectro: Conceito e Prática	1
32	Curso de Gestão da Ética Pública	1
33	Curso de Regulação: Teoria e Prática	3
34	IDC Brasil Conferência 2009 - TI & Telecom no Governo Brasileiro	2
35	Fórum Brasil-França "Profissionalização e consolidação do Serviço Público no Contexto de Reforma das Políticas Públicas"	1
36	Curso Gestão por Competências	1
37	Curso de Aperfeiçoamento para a Carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental Módulo: Técnicas de Negociação no Setor Público	1
38	Fórum Mundial de Negociação 2009	1
39	Curso Matemática Financeira Aplicada	1
40	IV Fórum Mundial Sobre Regulamento de Energia	1
41	Congresso Sobre Segurança e Integridade dos Processos Lotéricos	1
42	XIV Congresso Internacional Del Clad Sobre La Reforma Del Estado Y De La Administración Pública	3
43	Curso de Imersão em Macros e Programação em VBA no Excel	1
44	Curso de Especialização em Defesa da Concorrência	2
45	Curso de Regulação - Módulo Básico	18
46	Curso de formação de Analistas de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional, disciplina Regulação de Transportes - Instrutor	1
47	Curso de Mestrado Profissional em Economia do Setor Público	1
48	Curso Técnicas de Negociação no Setor Público - Programa de	1

	Aperfeiçoamento para Carreiras - 2009	
49	I Seminário Ferroviário - A Realidade do Transporte Ferroviário de Carga, Trem Turístico e Trem de Alta Velocidade no Brasil	1
50	Curso de Comercialização de Energia Elétrica - CRCE	1
51	Simpósio de Transporte Aéreo - VII SITRAER - II RIDITA	1
52	XXIII ANPET - Congresso de Pesquisa e Ensino em Transporte - XXIII ANPET	1
53	5ª Jornada de Estudos de Regulação	2
54	Seminário "A Construção de Indicadores do Direito à Comunicação no Brasil"	1
55	Fórum Brasileiro de Direito Público - Seminário de Altos Estudos de Direito Administrativo Experiências de Gestão Pública - Relatos e Proposições	2
56	20º Encontro Tele-Síntese "Investimento e Competição"	1
57	XXIII Seminário Internacional da Associação Brasileira de Direito de Informática e Telecomunicações	1
58	XXXVII Encontro Nacional de Economia	4
59	Curso de Formação de Preços em Comércio Exterior	2
60	Leadership: Reflection and Action (Liderança – Reflexão e Ação)	1
	Total geral	128

Fonte: SEAE/MF

Além disso, cabe ressaltar que a SEAE passou a integrar o Comitê de Capacitação do Ministério da Fazenda e elabora o planejamento anual de cursos e treinamentos para inclusão no Plano de Capacitação Permanente (PCP) do Ministério, a ser executado em parceria com a ESAF – Escola de Administração Fazendária e, na ausência de expertise da Escola, com outros parceiros que a Escola porventura venha a nos indicar.

A tabela abaixo traz o quantitativo do pessoal cedido e requisitado.

Tabela 8 - Quantitativo de pessoal cedido e requisitado

Posição 31.12.2009

ÓRGÃO CESSIONÁRIO		QTDE
Ministério das Comunicações		1
MPOG		2
TST		1
MPDFT		1
TOTAL		5

SERVIDORES CEDIDOS A OUTROS ÓRGÃOS

ÓRGÃO CESSIONÁRIO	NOME	QTDE
Ministério das Comunicações	ALBA LÚCIA RODRIGUES	1
Tribunal Superior do Trabalho	EVANDRO ROBERTO KARKOW	1
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	LANA MARIA ALVES DE SOUZA	1
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	JOSÉ ONOFRE MIRANDA DE SOUSA	1
Ministério Público do DF e Territórios	LEDA VIEIRA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA	1
TOTAL		5

QUANTITATIVO DE SERVIDORES REQUISITADOS DE OUTROS ÓRGÃOS

ÓRGÃO CESSIONÁRIO		QTDE
BANCO DO BRASIL		2
CONAB		2
IPEA		1
PETROBRAS		1
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES		1
UFBA		1
SERPRO		10
TOTAL		18

SERVIDORES REQUISITADOS DE OUTROS ÓRGÃOS

ÓRGÃO CEDENTE	NOME	QTDE
BB	ARTUR EMÍLIO DE REZENDE	1
BB	MARIA D'ARC LOPES BESERRA	1
TOTAL		2

ÓRGÃO CEDENTE	NOME	QTDE
---------------	------	------

CONAB	KICHIRO MANDAI	1
CONAB	REGINA HELENA DANTAS SIMÕES CHACUR	1
TOTAL		2

ÓRGÃO CEDENTE	NOME	QTDE
IPEA	MATHEUS STIVALI	1
TOTAL		1

ÓRGÃO CEDENTE	NOME	QTDE
PETROBRAS	CELSO DE MELO PINTO	1
TOTAL		1

ÓRGÃO CEDENTE	NOME	QTDE
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	GUILHERME OLIVEIRA PIRES	1
TOTAL		1

ÓRGÃO CEDENTE	NOME	QTDE
UFBA	ANTONIO HENRIQUE PINHEIRO SILVEIRA	1
TOTAL		1

ÓRGÃO CEDENTE	NOME	QTDE
SERPRO	MÔNICA BEHRENS AZEVEDO PALMEIRA	1
SERPRO	FERNANDO DA SILVA SANTIAGO	1
SERPRO	IVAN FIGUEIREDO NOVAES	1
SERPRO	JÊCER DA SILVA AMARAL	1
SERPRO	JORGE DE ALMEIDA GOUVÊA	1
SERPRO	MARIA HELENA FERRARI	1
SERPRO	ODETH ALVES DA SILVA	1
SERPRO	PAULO CESAR TEIXEIRA FERNANDES	1
SERPRO	SANDRA PERRONE	1
SERPRO	SUELY ALVES NAZARET	1
TOTAL		10

TOTAL DE SERVIDORES REQUISITADOS	18
----------------------------------	----

Fonte: SEAE/MF

Quanto à informação sobre o encaminhamento ao órgão de controle interno das informações sobre os atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, admissão e desligamento relativos ao exercício a que se referem as contas, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007 vale salientar que tais dados já estão inseridos no Relatório de Gestão 2009 da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MF, por se tratar de matéria afeta à Coordenação-Geral de Recursos Humanos daquela instituição, conforme as informações prestadas por meio do Memorando 138/2009/COGRH/SPOA/MF, de 28 de janeiro de 2009, e ratificadas, via COMPROT, em 21 de janeiro de 2010.

Em relação às viagens de fim-de-semana, apenas 21% das viagens realizadas nesta Secretaria incluíram finais de semana e feriados e as mesmas foram realizadas em decorrência de adequação de agenda, de forma que o servidor estivesse presente no destino em tempo hábil ao compromisso previamente programado. Foi dado especial enfoque aos procedimentos de concessão de diárias em cumprimento às disposições contidas no parágrafo 2º do art. 5º do Decreto 5.992/2006.

A tabela abaixo traz os quantitativos sobre a composição de Recursos Humanos nesta Secretaria de Acompanhamento Econômico, faltando as informações sobre as despesas por se tratar de matéria afeta à Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MF.

Tabela 9 – Informações sobre a composição de Recursos Humanos

Descrição	2007		2008		2009	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	37	Não se aplica à SEAE	37	Não se aplica à SEAE	36	Não se aplica à SEAE
Descrição	2007		2008		2009	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	23	R\$ 347.844,52	27	R\$ 256.135,20	26	R\$ 327.270,98
Estagiários	19	R\$ 41.532,98	6	R\$ 28.072,69	14	R\$ 57.574,86
Total Pessoal Ter. + Estag	42	R\$ 389.377,50	33	R\$ 284.207,89	40	R\$ 384.845,84
Descrição	2007		2008		2009	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	15	Não se aplica à SEAE	13	Não se aplica à SEAE	13	Não se aplica à SEAE
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	7	Não se aplica à SEAE	4	Não se aplica à SEAE	5	Não se aplica à SEAE
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade	22	Não se aplica à SEAE	17	Não se aplica à SEAE	18	Não se aplica à SEAE
Descrição	2007		2008		2009	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus	5	Não se aplica à SEAE	6	Não se aplica à SEAE	5	Não se aplica à SEAE
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus	0	Não se aplica à SEAE	0	Não se aplica à SEAE	0	Não se aplica à SEAE
Total Pessoal Cedido pela Unidade	5	Não se aplica à SEAE	6	Não se aplica à SEAE	5	Não se aplica à SEAE
Descrição	2009					
	Qtde	Despesa				
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	83	Não se aplica à SEAE				
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	74	Não se aplica à SEAE				
Total Geral	157					

Fonte: SEAE/MF e SIAFI

A tabela abaixo traz os valores pagos relativos a diárias incluindo final de semana ou feriado, com o detalhamento de beneficiário, local de destino, objetivos e motivação.

Tabela 10 – Diárias pagas no final de semana e feriados

NR.	Nome	Trecho	Período do Afastamento	Valor Diária	Qt.Diária	Motivo da Viagem
1	WALDIR EUSTAQUIO MARQUES JÚNIOR	BSB/AJU/BSB	9 A 11/1/09	339,67	2,5	FISCALIZAR A PROMOÇÃO COMERCIAL AUTORIZADA ATRAVÉS DO PROCESSO Nº 18101.000617/2008-18, EM ARACAJU, NOS DIAS 9 E 10 DE JANEIRO DE 2009.
2	LUISA REIS E SILVA	BSB/JPA/BSB	10 A 12/1/2009	339,67	2,5	FISCALIZAR A PROMOÇÃO COMERCIAL AUTORIZADA ATRAVÉS DO PROCESSO Nº 18101.000545/2008-17 DAS EMPRESAS SHOPPING CENTER TAMBIA LTDA E VISA DO BRASIL. A APURAÇÃO OCORRERÁ NO DIA 11/01/09 ÀS 18H NO TAMBIA SHOPPING, RUA DEP. ODON BEZERRA, Nº 184- JOÃO PESSOA/PB. NO DIA 10/01/09 A SERVIDORA FISCALIZARÁ SE AS URNAS ESTÃO LACRADAS.
3	ISABELA REHEM VARGAS	BSB/JPA/BSB	10 A 12/1/2009	339,67	2,5	FISCALIZAR A PROMOÇÃO COMERCIAL AUTORIZADA ATRAVÉS DO PROCESSO Nº 18101.000545/2008-17 DAS EMPRESAS SHOPPING CENTER TAMBIA LTDA E VISA DO BRASIL. A APURAÇÃO OCORRERÁ NO DIA 11/01/09 ÀS 18H NO TAMBIA SHOPPING, RUA DEP. ODON BEZERRA, Nº 184- JOÃO PESSOA/PB. NO DIA 10/01/09 A SERVIDORA FISCALIZARÁ SE AS URNAS ESTÃO LACRADAS.
4	MARCELO DE MATOS RAMOS	BSB/SAO/BSB	18 A 20/01/2009	411,38	2,5	PARTICIPAR DA 1º REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FÓRUM DO SISTEMA BRASILEIRO DE TV DIGITAL, A SER REALIZADO NO DIA 19/01/09, DA 08H30 ÀS 17H, NO HOTEL ADDRESS (RUA AMAURI, 513, ITAIM BIBI – SALA MORUMBI). NO DIA 20/01/09 DAS 9H ÀS 17H, NA SEAE/SP-AV. PRESTES MAIA 733, SALA 2102, REUNIÃO COM A SERVIDORA SUIANE, PARA DISCUTIR SOBRE O TEXTO REGULAÇÃO BANCÁRIA QUE A SERVIDORA ESTÁ PREPARANDO PARA APRESENTAÇÃO E PUBLICAÇÃO NA OCDE, ALÉM DA SITUAÇÃO GERAL E ACOMPANHAMENTO DA EVOLUÇÃO DAS TARIFAS BANCÁRIAS.

Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE
Relatório de Gestão – 2009

5	SUIANE INÉZ DA COSTA FERNANDES	SAO/BSB/SAO	1 A 13/2/2009	1613,48	12,5	PARTICIPAR DO CURSO SOBRE MERCADOS FINANCEIROS E NOVOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS, OFERECIDO PELO CENTRO REGIONAL CONJUNTO DE CAPACITAÇÃO PARA A AMÉRICA LATINA NO BRASIL, NO PERÍODO DE 02 A 13 DE FEVEREIRO DE 2009, NA RODOVIA DF 001 – KM 2,3 – SETOR DE HABITAÇÕES INDIVIDUAIS SUL – LAGO SUL – BRASÍLIA/DF. A SERVIDORA ESTÁ VIAJANDO NO DIA ANTERIOR AO EVENTO, DIA 01/02/2009 (DOMINGO), DEVIDO À NECESSIDADE DE VIABILIZAR A SUA CHEGADA EM TEMPO HÁBIL AO COMPROMISSO. O EVENTO COMEÇA ÀS 8H30 DO DIA 02/02/2009. CONFORME ANEXO.
6	RICARDO KALIL MORAES	RIO/BSB/RIO	1 A 2/2/2009	282,66	1,5	PARTICIPAR DE REUNIÃO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SEAE / 2009 DAS 9H ÀS 18H, A REUNIÃO SERÁ REALIZADA NA ESAF/DF.
7	RENATO ALVES MORATO	BSB/FLN/BSB	13 A 14/2/2009	222,85	1,5	PARTICIPAR DE REUNIÃO DO PROPASS BRASIL – PROJETO DA REDE NACIONAL DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERESTADUAL DE PASSAGEIROS, A OCORRER NO DIA 13/02/09 NO AUDITÓRIO DO SEST/SENAT, NA AV. MARINHEIRO MAX SCHRAMM, ÀS 14H, NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS – SC.
8	IRACEMA HITOMI FUJIYAMA	BSB/SAO/BSB	13 A 14/3/2009	233,17	1,5	PARTICIPAR DO CURSO DE LOGÍSTICA BÁSICA QUE SERÁ REALIZADO NOS DIAS 13 E 14 DE MARÇO DE 2009, NA RUA ARMANDO PENTEADO, 352 - SÃO PAULO/SP.
9	RODRIGO RIBEIRO NOVAES	BSB/SAO/BSB	13 A 14/3/2009	233,17	1,5	PARTICIPAR DO CURSO DE LOGÍSTICA BÁSICA QUE SERÁ REALIZADO NOS DIAS 13 E 14 DE MARÇO DE 2009, NA RUA ARMANDO PENTEADO, 352 - SÃO PAULO/SP.
10	ANDREA PEREIRA MACERA	BSB/MVD/BSB	8 A 10/3/2009	1.302,87	2	PARTICIPAR DA CVI REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE COMÉRCIO DO MERCOSUL, A SER REALIZADA NA SECRETARIA DO MERCOSUL, LUIS PIERA, Nº1992 1º ANDAR, EM MONTEVIDÉU, NOS DIAS 09 E 10/03/2009, COM INÍCIO ÀS 10H E TÉRMINO ÀS 18H.
11	VITOR LUIS PEREIRA JORGE	BSB/SLZ/BSB	15 A 16/3/2009	257,92	1,5	REUNIÃO DE TRABALHO MARCADA PARA O DIA 16/03, ÀS 08H, NA SEDE DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA CAPITAL, SÃO LUIS – MA

*Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE
Relatório de Gestão – 2009*

12	PATRICIA DA SILVA PEGO	BSB/RIO/BSB	22 A 24/3/2009	349,50	2,5	PARTICIPAR DE UM SEMINÁRIO 5 ANOS DO NOVO MODELO – REALIDADE E PERSPECTIVAS PARA O SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA QUE SE REALIZARÁ NOS 23 E 24.03.2009, DAS 8:H30 ÀS 18:00 – CENTRO DE CONVENÇÕES – HOTEL GUANABARA – RJ.
13	CARLOS MAGNO DOS REIS VENTURELLI	BSB/SAO/BSB	2 A 4/4/2009	349,50	2,5	PARTICIPAR DO SIMPÓSIO SOBRE DEFESA DA CONCORRÊNCIA E REGULAÇÃO ECONÔMICA NO DIA 03/04/2009, EM SÃO PAULO, COM O CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA – CADE EM CONJUNTO COM A OAB E A UNIVERSIDADE MACKENZIE.
14	MÁRIO SÉRGIO ROCHA GORDILHO JÚNIOR	BSB/SAO/BSB	2 A 4/4/2009	349,50	2,5	PARTICIPAR DO SIMPÓSIO SOBRE DEFESA DA CONCORRÊNCIA E REGULAÇÃO ECONÔMICA NO DIA 03/04/2009, EM SÃO PAULO, COM O CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA – CADE EM CONJUNTO COM A OAB E A UNIVERSIDADE MACKENZIE.
15	LUISA REIS E SILVA	BSB/SSA/BSB	14 A 18/4/2009	582,18	4,5	PARTICIPAR DO IX CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DO ESTADO, NO PERÍODO DE 15 A 17 DE ABRIL DE 2009, QUE SERÁ REALIZADO NO OTHON PALACE HOTEL, EM SALVADOR/BA.
16	CARLOS MAGNO DOS REIS VENTURELLI	BSB/SSA/BSB	14 A 18/4/2009	582,18	4,5	PARTICIPAR DO IX CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO DO ESTADO, PROMOVIDO PELO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PÚBLICO – IBDP, NOS DIAS 15 A 6 E 17 DE ABRIL DE 2009. LOCAL: BAHIA OTHON PALACE HOTEL - SALVADOR-BA.
17	RODRIGO RIBEIRO NOVAES	BSB/SAO/BSB	26 A 29/4/2009	465,84	3,5	PARTICIPAR DA XIV EXPOSIÇÃO E CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE CARTÕES, SERVIÇOS E TECNOLOGIAS, NO PERÍODO DE 27 A 29 DE ABRIL DE 2009, NO CENTRO DE CONVENÇÕES FREI CANECA - RUA FREI CANECA, 569 - SÃO PAULO/SP.
18	MARCELO DE MATOS RAMOS	BSB/SAO/BSB	26 A 29/4/2009	552,47	3,5	PARTICIPAR DA XIV EXPOSIÇÃO E CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE CARTÕES, SERVIÇOS E TECNOLOGIAS, NO PERÍODO DE 27 A 29 DE ABRIL DE 2009, NO CENTRO DE CONVENÇÕES FREI CANECA - RUA FREI CANECA, 569 - SÃO PAULO/SP.

Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE
Relatório de Gestão – 2009

19	ERNANI LUSTOSA KUHN	BSB/ORD/LAX/ NRT/LAX/BSB	2 A 14/5/2009	10.670,4 0	12	PARTICIPAR DAS REUNIÕES SOBRE MERCADOS VOLUNTÁRIOS DE CARBONO, PROMOVIDAS PELO GRUPO GT MUDANÇA CLIMÁTICA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, CHICAGO CLIMATE EXCHANGE - CCX, CALIFÓRNIA CLIMATE ACTION REGISTRY - CCAR E MINISTÉRIO DA FAZENDA DO JAPÃO, EM CHICAGO E LOS ANGELES, E.U.A. E TÓQUIO, JAPÃO (PROCESSO NO 18101.000184/2009-81).
20	PEDRO ERIK ARRUDA CARNEIRO	BSB/ORD/LAX/ NRT/LAX/BSB	2 A 14/5/2009	10.670,4 0	12	PARTICIPAR DAS REUNIÕES SOBRE MERCADOS VOLUNTÁRIOS DE CARBONO, PROMOVIDAS PELO GRUPO GT MUDANÇA CLIMÁTICA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, CHICAGO CLIMATE EXCHANGE - CCX, CALIFÓRNIA CLIMATE ACTION REGISTRY - CCAR E MINISTÉRIO DA FAZENDA DO JAPÃO, EM CHICAGO E LOS ANGELES, E.U.A. E TÓQUIO, JAPÃO (PROCESSO NO 18101.000184/2009-81).
21	SIMONE MACIEL CUIABANO	BSB/MVD/ASU/ BSB	21 A 25/4/2009	1.993,11	4	PARTICIPAR DA CVII REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE COMÉRCIO DO MERCOSUL, A SER REALIZADA NA SECRETARIA DO MERCOSUL, LUIS PIERA, Nº1992 1º ANDAR, MONTEVIDÉU – URUGUAI, NOS DIAS 21, 22 E 23/04/2009, COM INÍCIO ÀS 10H E TÉRMINO ÀS 18H; PARTICIPAR DA XLIX REUNIÃO ORDINÁRIA DO CT-5, A SER REALIZADA NO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DO PARAGUAIO, 4º ANDAR EM ASSUNÇÃO – PARAGUAI, NOS DIAS 23 E 24/04/2009, COM INÍCIO ÀS 15H E TÉRMINO ÀS 19H.
22	ANTONIO HENRIQUE PINHEIRO SILVEIRA	BSB/MUMBAI/ BSB	22 A 27/5/2009	2.894,95	4	PARTICIPAR DE REUNIÃO COM REPRESENTANTES DOS PAÍSES MEMBROS DO G20 PARA DISCUTIR QUESTÕES DE LONGO PRAZO RELACIONADAS À CRISE ECONÔMICA MUNDIAL, TAIS QUAIS O DESENHO DE POLÍTICAS ECONÔMICAS QUE ASSEGUREM QUE AS ECONOMIAS NACIONAIS SEJAM GERIDAS DE FORMA A CONTRIBUÍREM PARA A ESTABILIDADE DA ECONOMIA MUNDIAL. EM MUNBAI, NO PERÍODO DE 22 A 27/5/2009.
23	VITOR LUIS PEREIRA JORGE	BSB/RIO/BSB	17 A 22/5/2009	834,64	5,5	PARTICIPAR DO VI CONGRESSO DE REGULAÇÃO, PROMOVIDA PELA ABAR - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE REGULAÇÃO

*Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE
Relatório de Gestão – 2009*

24	JEFFERSON MILTON MARINHO	BSB/RIO/BSB	17 A 20/5/2009	465,84	3,5	PARTICIPAR DO VI CONGRESSO DE REGULACÃO, PROMOVIDA PELA ABAR - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE REGULACÃO
25	RITA DE CÁSSIA VANDANEZI MUNCK	BSB/RIO/BSB	17 A 21/5/2009	693,56	4,5	PARTICIPAR DO VI CONGRESSO DE REGULACÃO, PROMOVIDA PELA ABAR - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE REGULACÃO
26	MYLENA MOREIRA DE ALENCASTRO COSTA	BSB/RIO/BSB	17 A 20/5/2009	465,84	3,5	PARTICIPAR DO VI CONGRESSO DE REGULACÃO, PROMOVIDA PELA ABAR - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE REGULACÃO
27	CELSO BARBOSA DE ALMEIDA	BSB/RIO/BSB	17 A 20/5/2009	552,47	3,5	PARTICIPAR DO VI CONGRESSO DE REGULACÃO, PROMOVIDA PELA ABAR - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE REGULACÃO
28	ANTONIO HENRIQUE PINHEIRO SILVEIRA	BSB/CDG/BSB	9 A 13/5/2009	4.084,82	4	PARTICIPAR DO GRUPO DE TRABALHO SOBRE REFORMA E GESTÃO REGULATÓRIA – OCDE EM PARIS NOS DIAS 11 E 12 DE MAIO, COM INÍCIO ÀS 9H30 E TÉRMINO ÀS 18H.
29	JOSÉ MARIA DOS SANTOS JUNIOR	BSB/RIO/BSB	17 A 20/5/2009	465,84	3,5	PARTICIPAR DO VI CONGRESSO DE REGULACÃO, PROMOVIDA PELA ABAR - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE REGULACÃO
30	WILSIMARA MACIEL ROCHA	BSB/RIO/BSB	17 A 20/5/2009	465,84	3,5	PARTICIPAR DO VI CONGRESSO DE REGULACÃO, PROMOVIDA PELA ABAR - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE REGULACÃO
31	JOSSIFRAM ALMEIDA SOARES	BSB/RIO/BSB	17 A 20/5/2009	0	0	PARTICIPAR DO VI CONGRESSO DE REGULACÃO, PROMOVIDA PELA ABAR - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE REGULACÃO
32	BEATRIZ SOARES DA SILVA	BSB/RIO/BSB	17 A 20/5/2009	465,84	3,5	PARTICIPAR DO VI CONGRESSO DE REGULACÃO, PROMOVIDA PELA ABAR - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE REGULACÃO
33	CARLOS MAGNO DOS REIS VENTURELLI	BSB/RIO/BSB	17 A 20/5/2009	465,84	3,5	PARTICIPAR DO VI CONGRESSO DE REGULACÃO, PROMOVIDA PELA ABAR - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE REGULACÃO
34	RICARDO KALIL MORAES	BSB/CDG/BSB	6 A 12/6/2009	4.680,00	6	PARTICIPAR DE REUNIÃO DA OCDE – ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM PARIS - FRANÇA, COM INÍCIO DIA 08/06/2009 ÀS 10H ATÉ 11/06/2009 ÀS 18H. ASSUNTO: ESTUDO DE EXPERIÊNCIAS DE OUTROS PAÍSES NO QUE SE REFERE A DIVERSOS TEMAS DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA E REGULACÃO DO MERCADO, COOPERAÇÃO E INCENTIVO À CONCORRÊNCIA. TAIS EXPERIÊNCIAS SÃO UTILIZADAS DIRETAMENTE NO TRABALHO DESENVOLVIDO NESTA SEAE.

*Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE
Relatório de Gestão – 2009*

35	TOMAZ MOREIRA FERNANDES DA SILVA	BSB/RIO/BSB	17 A 22/5/2009	672,74	5,5	PARTICIPAR DO CPFPG - CURSO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS PARA CONHECER E PRATICAR TODAS AS ETAPAS DE UM SUPRIMENTO DE FUNDOS DESDE A SUA CONCESSÃO, EXECUÇÃO, PRESTAÇÃO DE CONTAS E BAIXA DE RESPONSABILIDADE DE UM MODELO DE SUPRIMENTOS DE FUNDOS. NO PERÍODO DE 18 A 22/05/2009, DAS 8:30 AS 12:30 NO CENTRESAF/RJ.
36	PRICILLA MARIA SANTANA	BSB/RIO/BSB	14 A 19/5/2009	842,01	5,5	14.05 DESPACHOS NA SEAE/RJ, REUNIÃO SOBRE O AC 08012.013152/2007-20-DGB, CHINAGLIA , 15/5 REUNIÃO SOBRE PLANOS FUNERÁRIOS PARTICIPAR DO VI CONGRESSO DE REGULAÇÃO, PROMOVIDA PELA ABAR - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE REGULAÇÃO, NO SHERATON HOTEL & RESORT – AV: NIEMEYER 121 LEBLON RIO DE JANEIRO/RJ ,DE 18. 05 A 19.05.2009 DAS 8:00H ÀS 18:15H.
37	ANDREY GOLDNER BAPTISTA JUNIOR	BSB/ZRH/BSB	1 A 6/6/2009	4.056,00	5	PARTICIPAR DA REUNIAO SOBRE CONCORRÊNCIA DE REDE INTERNACIONAL DE CONCORRÊNCIA – INC (2009) QUE SERÁ PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE CONCORRÊNCIA SUÍÇA, NO CENTRO DE CONFERÊNCIA DE ZURIQUE. LOCAL DO EVENTO: ZURIQUE, SUÍÇA. PERÍODO DE 02 A 05 DE JUNHO DE 2009 DAS 9H ÀS 18H.
38	PRICILLA MARIA SANTANA	BSB/IST/BSB	06 A 13/06/2009	0	0	PARTICIPAR NOS DIAS 8 A 11 DE JUNHO, DO V CONGRESSO DE LOTERIAS EUROPEIAS ESTATAIS E ASSOCIAÇÕES “TOTO (“V EUROPEAN LOTTERIES – EL – CONGRESS OF THE STATE LOTTERIES AND TOTO ASSOCIATION – “LOTTERIES & SOCIETY”), PROMOVIDO PELA WORLD LOTTERY ASSOCIATION – WLA, EUROPEAN LOTTERIES – EL E MILLI PYANGO, NO CENTRO DE CONVENÇÕES & EXPOSIÇÕES LÜTFIKIRDAR – ISTAMBUL, COM INÍCIO NO DIA 8 DE JUNHO ÀS 10 HORAS E TÉRMINO NO DIA 11 DE JUNHO ÀS 20 HORAS. VALOR DA INSCRIÇÃO 826 €.

Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE
Relatório de Gestão – 2009

39	WALDIR EUSTAQUIO MARQUES JÚNIOR	BSB/BUD/BSB	20 A 27/6/2009	4.141,20	7	PARTICIPAR DO SEMINÁRIO “ONDE A CRIATIVIDADE ENCONTRA A SEGURANÇA”, QUE OCORRERÁ DO DIA 23 AO DIA 25 DE JUNHO EM BUDAPESTE/HUNGRIA E SERÁ PROMOVIDO PELA WLA. O SEMINÁRIO VISA OBTER MAIORES INFORMAÇÕES QUE PODERÃO AUXILIAR NA CONTINUIDADE DOS TRABALHOS INICIADOS EM PORTUGAL A FIM DE SER IMPLANTADA A CERTIFICAÇÃO DE SEGURANÇA ISO 27001 NAS LOTERIAS DA CAIXA. O SERVIDOR ESTÁ RETORNANDO NO DIA SEGUINTE AO TÉRMINO DO EVENTO, POR NÃO TER PREVISÃO DE HORÁRIO PARA O TÉRMINO DO EVENTO NO DIA 25/06/09.
40	WALDIR EUSTAQUIO MARQUES JÚNIOR	BSB/SAO/BSB	21 A 23/5/2009	352,93	2,5	FISCALIZAR O PROCESSO AUTORIZADO SOB O Nº 18101.000129/2009-91, DAS EMPRESAS ASSOCIAÇÃO DOS LOJISTAS DO CENTERVALE SHOPPING, COMPANHIA BRASILEIRA DE MEIOS DE PAGAMENTO E CLUB MED BRASIL S/A, NOS DIAS 21 E 22 DE MAIO, EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. SENDO QUE, NO DIA 22, A FISCALIZAÇÃO OCORRERÁ ÀS 9H SEM PREVISÃO DE TÉRMINO.
41	RICARDO ALMEIDA MÜLLER	RIO/SAO/RIO	21 A 23/5/2009	406,15	2,5	FISCALIZAR O PROCESSO AUTORIZADO SOB O Nº 18101.000129/2009-91, DAS EMPRESAS ASSOCIAÇÃO DOS LOJISTAS DO CENTERVALE SHOPPING, COMPANHIA BRASILEIRA DE MEIOS DE PAGAMENTO E CLUB MED BRASIL S/A, NOS DIAS 21 E 22 DE MAIO, EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. SENDO QUE, NO DIA 22, A FISCALIZAÇÃO OCORRERÁ ÀS 9H SEM PREVISÃO DE TÉRMINO.
42	RICARDO ALMEIDA MÜLLER	RIO/BUD/RIO	20 A 27/6/2009	4.323,90	7	PARTICIPAR DO SEMINÁRIO “ONDE A CRIATIVIDADE ENCONTRA A SEGURANÇA”, QUE OCORRERÁ DO DIA 23 AO DIA 25 DE JUNHO EM BUDAPESTE/HUNGRIA E SERÁ PROMOVIDO PELA WLA. O SEMINÁRIO VISA OBTER MAIORES INFORMAÇÕES QUE PODERÃO AUXILIAR NA CONTINUIDADE DOS TRABALHOS INICIADOS EM PORTUGAL A FIM DE SER IMPLANTADA A CERTIFICAÇÃO DE SEGURANÇA ISO 27001 NAS LOTERIAS DA CAIXA. O SERVIDOR ESTÁ RETORNANDO NO DIA SEGUINTE AO TÉRMINO DO EVENTO, POR NÃO TER PREVISÃO DE HORÁRIO PARA O TÉRMINO DO EVENTO NO DIA 25/06/09.

*Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE
Relatório de Gestão – 2009*

43	KEITI DA ROCHA GOMES	BSB/RIO/BSB	17 A 20/5/2009	465,84	3,5	PARTICIPAR DO VI CONGRESSO DE REGULÇÃO, PROMOVIDA PELA ABAR - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE REGULÇÃO
44	PRICILLA MARIA SANTANA	BSB/RIO/BSB	24 A 25/5/2009	270,30	1,5	25. 05. 2009 – 9h30 às 12h30– REUNIÃO SOBRE TAV NA ANTT DO RIO DE JANEIRO.
45	KEITI DA ROCHA GOMES	BSB/SAO/BSB	31/5 A 3/6/2009	465,84	3,5	PARTICIPAR DO II ETANOL SUMMIT 2009, PROMOVIDO PELA (ÚNICA) UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR DE 01 A 03 DE JUNHO DE 2009, NO SHERATON WTC HOTEL – AV:NAÇÕES UNIDAS, 12559 – SÃO PAULO/SP DAS 8H30 ÀS 17H15.
46	RICARDO ALMEIDA MÜLLER	RIO/IST/RIO	6 A 13/6/2009	3.459,99	6	PARTICIPAR DO V CONGRESSO DE LOTERIAS EUROPÉIAS ESTATAIS E ASSOCIAÇÕES “TOTO” (V EUROPEAN LOTTERIES- EL – CONGRESS OF THE STATE LOTTERIES AND TOTO ASSOCIATION- LOTERIES & SOCIETY) PROMOVIDO POR WORLD LOTTERY ASSOCIATION- WLA, EUROPEAN LOTTERIES – EL E MILLI PYANGO, QUE SERÁ REALIZADO NO CENTRO DE CONVENÇÕES & EXPOSIÇÕES LUTFIKIRDAR- ISTAMBUL, COM INÍCIO NO DIA 08/06/09 ÀS 10H E TÉRMINO NO DIA 11/06/09 ÀS 20H
47	ANTONIO HENRIQUE PINHEIRO SILVEIRA	BSB/BCN/BSB	20 A 25/6/2009	0	0	PARTICIPAR DA 6ª CONFERÊNCIA ANUAL - TRANSFIN 2009 EM BARCELONA NOS DIAS 22 A 25 DE JUNHO, COM INÍCIO ÀS 9H30 DO DIA 22 DE JUNHO E TÉRMINO ÀS 16H30 DO DIA 25 DE JUNHO.
48	PRICILLA MARIA SANTANA	BSB/RIO/BSB	18 A 20/6/2009	411,38	2,5	DISCUSSÃO DE CASOS SELECIONADOS E DESPACHOS DE PARECERES NA SEAE DO RIO DE JANEIRO NO PERÍODO DE 18 E 19 DE JUNHO DE 2009
49	ELVINO DE CARVALHO MENDONÇA	BSB/GVA/BSB	5 A 11/7/2009	3.900,00	5	PARTICIPAR DA 10ª SEÇÃO DO GRUPO INTERGOVERNAMENTAL DE ESPECIALISTAS EM POLÍTICA E LEI DA CONCORRÊNCIA (IGE), A SER REALIZADO EM GENEBRA, SUÍÇA COM INÍCIO 07 DE JULHO ÀS 10H E TÉRMINO NO DIA 09 DE JULHO ÀS 18H. ESSA SEÇÃO SE DÁ NO ÂMBITO DA CONCORRÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO – UNCTAD.

Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE
Relatório de Gestão – 2009

50	RICARDO KALIL MORAES	BSB/GVA/BSB	5 A 11/7/2009	3.899,99	6	PARTICIPAR DA 10ª SEÇÃO DO GRUPO INTERGOVERNAMENTAL DE ESPECIALISTAS EM POLÍTICA E LEI DA CONCORRÊNCIA (IGE), A SER REALIZADO EM GENEVRA, SUÍÇA COM INÍCIO 07 DE JULHO ÀS 10H E TÉRMINO NO DIA 09 DE JULHO ÀS 18H. ESSA SEÇÃO SE DÁ NO ÂMBITO DA CONCORRÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO – UNCTAD.
51	MAURICIO ESTELLITA LINS COSTA	BSB/BCN/BSB	21 A 25/6/2009	3.004,40	4	PARTICIPAR DO 6ª CONFERÊNCIA ANUAL – (TRANSFIN 2009) COMO TEMA “O FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA E DE TRANSPORTE NO CENÁRIO INTERNACIONAL DE ESCASSEZ DE LIQUIDEZ – RODOVIAS, FERROVIAS, AEROPORTOS E PORTOS” E REALIZAR PALESTRA SOBRE “GOVERNO BRASILEIRO: EXAMINANDO PROJETOS E OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS NO BRASIL PARA 2009-2010”. 23 DAS 9H ÀS 18H E 24 DE JUNHO, DAS 8H ÀS 17H NA CIDADE DE BARCELONA – ESPANHA.
52	SELMA ANTONIA DOS SANTOS LUIZ	BSB/RIO/BSB	19 A 24/7/2009	935,91	5,5	MINISTRAR O TREINAMENTO OPERACIONAL PARA AS SECRETARIAS UTILIZAREM O SCDP – SISTEMA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS, NOS DIAS 20 E 21/7/2009 NA SEAE/RJ E PARTICIPAR DO CURSO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA VIA SIAFI, NO PERÍODO DE 22 A 24/7/2009 NO MF.
53	ANTONIO HENRIQUE PINHEIRO SILVEIRA	BSB/WAS/BSB	19 A 22/7/2009	2.760,00	3	PARTICIPAR DO CEO FORUM COM REUNIÕES ALTERNADAS SEMESTRAIS ORGANIZADAS PELO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS E PELO GOVERNO BRASILEIRO, EM WASHINGTON, NO PERÍODO DE 18 A 22/7/2009.
54	PRICILLA MARIA SANTANA	BSB/RIO/SAO/BSB	23 A 25/7/2009	371,13	2,5	REUNIÃO SOBRE DESPACHO DE ATOS DE CONCENTRAÇÃO NA COGCE, DIA 24/07/2009 DAS 8H AS 19H NA SEAE/RJ
55	CARLOS MAGNO DOS REIS VENTURELLI	BSB/SAO/BSB	24 A 25/7/2009	406,24	1,5	REUNIÃO COM A SRA. MINISTRA DA CASA CIVIL EM SÃO PAULO, NO DIA 24 DE JULHO DE 2009 ÀS 15HS
56	ANDRE LUIS BROWN DE CARVALHO	RIO/BSB/RIO	16 A 17/8/2009	424,75	1,5	PARTICIPAÇÃO NO CURSO DE REGULAÇÃO ECONÔMICA-BÁSICO - MÓDULO I PERÍODO DE 17 A 21/08/2009 E 24/08/2009 DE 8:00 ÀS 12:00H LOCAL: SAS QUADRA 6 - BLOCO O- EDIFÍCIO MINISTÉRIO DA FAZENDA/ÓRGÃOS CENTRAIS - 10º AND. - SALA 1001.

*Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE
Relatório de Gestão – 2009*

57	ANTONIO HENRIQUE PINHEIRO SILVEIRA	BSB/KZN/BSB	29/8 A 5/9/2009	4.804,40	7	PARTICIPAR DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE CONCORRÊNCIA DOS BRICS, NOS DIAS 31.08 A 03 DE SETEMBRO DE 2009, NA CIDADE DE KAZAN, TARTARISTÃO, FEDERAÇÃO RUSSIA.
58	PRICILLA MARIA SANTANA	BSB/NYC/BSB	22 A 27/9/2009	3.927,00	5	PARTICIPAR DA 36º CONFERÊNCIA INTERNACIONAL ANUAL DE DIREITO ANTITRUSTE E POLÍTICAS (“36TH FORDHAM ANNUAL CONFERENCE ON INTERNATIONAL ANTITRUST LAW & POLICY”) EM NOVA YORK / NY, NOS DIAS 24 E 25 DE SETEMBRO DE 2009 NA FORDHAM UNIVERSITY SCHOOL OF LAW. OBSERVAÇÃO: - A SERVIDORA VIAJARÁ NO DIA ANTERIOR AO EVENTO (DIA 22.09 – TERÇA - FEIRA) DEVIDO À NECESSIDADE DE VIABILIZAR A SUA CHEGADA EM TEMPO HÁBIL AO COMPROMISSO A SER REALIZADO NA CIDADE DE NEW YORK, NOS ESTADOS UNIDOS. O EVENTO COMEÇARÁ ÀS 08 HORAS DO DIA 24.09 (QUINTA-FEIRA). A SERVIDORA RETORNARÁ NO FINAL DE SEMANA (SÁBADO), POIS NÃO EXISTE VÔO COMPATÍVEL COM O TÉRMINO DO EVENTO NA SEXTA – FEIRA, JÁ QUE O COMPROMISSO TERMINA ÀS 20H DO DIA 25 DE SETEMBRO.
59	PRICILLA MARIA SANTANA	BSB/RIO/BSB	7 A 9/9/2009	655,02	2,5	PARTICIPAR DE REUNIÕES NA SEAE/RJ NOS DIAS 08/09/2009 DAS 8H ÀS 18H E 09/09/2009 DAS 8H ÀS 12H COM A EQUIPE DA COGCE, REUNIÃO COM ANS SOBRE PORTABILIDADE DE PLANOS DE SAÚDE E ATOS DE CONCENTRAÇÃO. OBS.: A SERVIDORA ESTÁ VIAJANDO NO DIA ANTERIOR AO EVENTO 07/09/2009 SEGUNDA-FEIRA DEVIDO A NECESSIDADE DE VIABILIZAR A SUA CHEGADA EM TEMPO HÁBIL AO COMPROMISSO.

Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE
Relatório de Gestão – 2009

60	SUIANE INÊZ DA COSTA FERNANDES	SAO/BSB/SAO	27 A 30/9/2009	857,61	3,5	PARTICIPAR DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO PARA A CARREIRA DE ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL. MÓDULO: TÉCNICAS DE NEGOCIAÇÃO NO SETOR PÚBLICO, NO PERÍODO DE 28 A 30 DE SETEMBRO DE 2009, NA ENAP – ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, LOCALIZADA NO SAIS ÁREA 2-A, BRASÍLIA/DF. A SERVIDORA ESTÁ VIAJANDO NO DIA ANTERIOR AO EVENTO, DIA 27/09/2009 (DOMINGO) DEVIDO À NECESSIDADE DE VIABILIZAR A SUA CHEGADA EM TEMPO HÁBIL AO COMPROMISSO. O EVENTO COMEÇA ÀS 9H DO DIA 28/09/2009 (SEGUNDA-FEIRA).
61	RUTELLY MARQUES DA SILVA	BSB/LHR/BSB	12 A 18/9/2009	3.534,30	4,5	PARTICIPAR DE 14 A 17.09.2009 DO EVENTO: "THE ANNUAL REEP HIGH – LEVEL CONFERENCE AT WILTON PARK – RENEWABLE ENERGY AND ENERGY EFFICIENCY: PRACTICAL STRATEGIES FOR MAKING COPENHAGEM A SUCCESS", NO WISTON HOUSE, STEYNING, WEST SUSSEX BN 44 3DZ – COM INÍCIO ÀS 13H NO DIA 14 E TÉRMINO ÀS 09H15 DO DIA 17.09.2009 EM LONDRES, REINO UNIDO. OBSERVAÇÃO: - APESAR DOS VÓOS DA TAM (JJ 3563 /JJ8084/JJ8085/JJ3574) SEREM MAIS BARATOS (USD 1.814,00), OPTAMOS PELOS VÓOS DA TAP (TAP 0170/TAP 0354/TP 0357/TP 4173), EMBORA MAIS CARO (USD 1.927,00), MAS POR SER UM VÔO DIRETO E QUE PERMITE AO SERVIDOR TER MENOS HORA DE VÔO.
62	ANDREA PEREIRA MACERA	BSB/MVD/BSB	20 A 22/9/2009	970,99	2	PARTICIPAR DA XLX REUNIÃO ORDINÁRIA DO CT-5 NO MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS DO URUGUAI , EM MONTEVIDÉU, NOS DIAS 21 E 22/09/2009, COM INÍCIO ÀS 10H E TÉRMINO ÀS 19H
63	MÁRIO SÉRGIO ROCHA GORDILHO JÚNIOR	BSB/MVD/BSB	20 A 23/9/2009	1.428,71	3	PARTICIPAR DA XLX REUNIÃO ORDINÁRIA DO CT-5 A SER REALIZADA NO MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS DO URUGUAI , EM MONTEVIDÉU, NOS DIAS 21 E 22/09/2009, COM INÍCIO ÀS 10H E TÉRMINO ÀS 19H.

Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE
Relatório de Gestão – 2009

64	RICARDO KALIL MORAES	BSB/CDG/BSB	18 A 23/10/2009	3.453,68	5	PARTICIPAR DE REUNIÃO DA OCDE – ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EM PARIS – FRANÇA, COM INÍCIO EM 19/10/2009 ÀS 14:30H E TÉRMINO EM 22/10/2009 ÀS 17:30H. ASSUNTO: ESTUDOS DE EXPERIÊNCIAS DE OUTROS PAÍSES NO QUE SE REFERE A DIVERSOS TEMAS DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA E REGULAÇÃO DO MERCADO, COOPERAÇÃO E INCENTIVO À CONCORRÊNCIA. TAIS EXPERIÊNCIAS SÃO UTILIZADAS DIRETAMENTE NO TRABALHO DESENVOLVIDO NESTA SEAE. OBSERVAÇÃO: A RESERVA DE RJXPARIS FOI MARCADA PARA 18/10/2009 (DOMINGO), EM VIRTUDE DA REUNIÃO TER INÍCIO DIA 19/10/2009 ÀS 14:30H, E EXISTINDO DIFERENÇA DE FUSO HORÁRIO, TORNOU-SE NECESSÁRIO A ADEQUAÇÃO DE DIA E HORA DE CHEGADA MAIS COMPATÍVEL COM O INÍCIO DO EVENTO.
65	WALDIR EUSTÁQUIO MARQUES JÚNIOR	BSB/SCL/BSB	24 A 29/10/2009	1.593,00	5	PARTICIPAR DO CONGRESSO DE SEGURANÇA EM PROCESSOS LOTÉRICOS, DANDO CONTINUIDADE AO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO DE SEGURANÇA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ISO 27001, PROMOVIDO PELA CIBELAE E WLA COM INÍCIO DIA 25/10/09 E TÉRMINO DIA 28/10/09 EM SANTIAGO/CHILE.
66	RICARDO ALMEIDA MÜLLER	RIO/BSB/RIO	4 A 9/10/2009	1.535,72	5,5	PARTICIPAR DO CURSO DE REGULAÇÃO ECONÔMICA ENTRE OS DIAS 05 E 09/10/09, NA CENTRESAF, L2 SUL, QUADRA 6 BLOCO O, 8º ANDAR, DAS 8H ÀS 12H.
67	RITA DE CÁSSIA VANDANEZI MUNCK	BSB/SSA/BSB	27 A 31/10/2009	1.207,65	4,5	PARTICIPAR DO DIA 28 A 30 DE OUTUBRO DE 2009 DE 09HS ÀS 18H45, DO XIV CONGRESSO INTERNACIONAL DO CLAD SOBRE A REFORMA DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
68	MARIA ANGELA MOREIRA CARNAVAL	RIO/SSA/BSB	27 A31/10/2009	1.024,62	4,5	PARTICIPAR DO DIA 28 A 30 DE OUTUBRO DE 2009 DE 09HS ÀS 18H45, DO XIV CONGRESSO INTERNACIONAL DO CLAD SOBRE A REFORMA DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE
Relatório de Gestão – 2009

69	PRICILLA MARIA SANTANA	BSB/RIO/BSB	4 A 5/10/2009	394,49	1,5	PARTICIPAR DE REUNIÕES NO DIA 05 DE OUTUBRO DE 2009 NA SEAE/RJ: ÀS 8H DESPACHOS INTERNOS COM A EQUIPE DA COGCE/RJ, ÀS 09H30 REUNIÃO GRAN-PETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS SOBRE O AC-COSAN/SHELL, ÀS 14H30 ATOS DE CONCENTRAÇÃO COM SAMPAIO FERRAZ ADVOGADOS E DAS 15H ÀS 17H REUNIÃO COM AS REQUERENTES: BANCO DO BRASIL/NOSSA CAIXA, BANCO DO BRASIL/VOTORANTIM, BANCO DO BRASIL/BESC.
70	REGINA HELENA DANTAS SIMÕES CHACUR	BSB/UIO/BSB	23 A 29/10/2009	2.052,00	6	PARTICIPAR DO CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SIDERURGIA – ILAFA – 50 E ILAFAEXPO 2009 A SER REALIZADO NO HOTEL RADISSON ROYAL, QUITO EQUADOR, NOS DIAS 25, 26, E 27/10/2009, COM INÍCIO 9H E TÉRMINO ÀS 19H
71	RUTELLY MARQUES DA SILVA	BSB/ATH/BSB	16 A 23/10/2009	3.026,00	7	PARTICIPAR DO IV FÓRUM MUNDIAL SOBRE REGULAMENTO DE ENERGIA EM ATENAS – GRÉCIA, COM INÍCIO ÀS 9 HORAS DO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2009 E TÉRMINO ÀS 20 HORAS DO DIA 21 DE OUTUBRO DE 2009.
72	WALDIR EUSTÁQUIO MARQUES JÚNIOR	BSB/SAO/BSB	16 A 17/10/2009	406,24	1,5	FISCALIZAR A EMPRESA COOPERATIVA HABITACIONAL NACIONAL, QUE ESTARIA REALIZANDO OPERAÇÃO DE CAPTAÇÃO ANTECIPADA DE POUPANÇA POPULAR, SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DA SEAE. A FISCALIZAÇÃO OCORRERÁ NO DIA 16/10/09, NA RUA WASHINGTON LUIZ 2092-VILA MAGINI EM SÃO PAULO/SP.
73	MARCELO DE MATOS RAMOS	BSB/SSA/BSB	27 A 31/10/2009	1.207,65	4,5	PARTICIPAR DO XIV CONGRESSO INTERNACIONAL DO CLAD SOBRE A REFORMA DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NO PERÍODO DE 27 A 30 DE OUTUBRO, NO PESTANA BAHIA HOTEL, RUA FONTE DO BOI 216, RIO VERMELHO, SALVADOR/BA.
74	RICARDO ALMEIDA MÜLLER	RIO/SÃO/RIO	16 A 17/10/2009	469,15	1,5	FISCALIZAR A EMPRESA COOPERATIVA HABITACIONAL NACIONAL, QUE ESTARIA REALIZANDO OPERAÇÃO DE CAPTAÇÃO ANTECIPADA DE POUPANÇA POPULAR, SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DA SEAE. A FISCALIZAÇÃO OCORRERÁ NO DIA 16/10/09, NA RUA WASHINGTON LUIZ 2092-VILA MAGINI EM SÃO PAULO/SP.

*Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE
Relatório de Gestão – 2009*

75	JORGE HENRIQUE DE SAULES NOGUEIRA	BSB/RIO/BSB	25 A 30/10/2009	1.298,65	5,5	PARTICIPAR DE UM CURSO DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CRCE NO PERÍODO DO DIA 26/10 A 30/10/2009 DAS 8H00 ÀS 17H30 NO AUDITÓRIO DA FUNDAÇÃO COMITÊ DE GESTÃO EMPRESARIAL – FUNDAÇÃO COGE NA AV: MARECHAL FLORIANO, Nº 19/10º ANDAR, 1.001 – CENTRO – RIO DE JANEIRO/RJ.
76	LUISA REIS E SILVA	BSB/MAD/BSB	3 A 7/11/2009	1.463,12	4	PARTICIPAR DE REUNIÃO NA SEDE DA LOTERÍA Y APUESTA DEL ESTADO-LAE, NOS DIAS 05 E 06 DE NOVIEMBRE DE 2009, EM MADRI/ESPAÑA, PARA ALTERAR O PRODUTO LOTÉRICO DENOMINADO MEGA-SENA E APRESENTAR COMO PARÂMETRO O EL GORDO, A LOTERÍA DE FINAL DE NATAL DA LOTERÍA Y APUESTAS DEL ESTADO-LAE, A LOTERÍA ESTATAL ESPAÑOLA.
77	LUISA REIS E SILVA	BSB/POA/BSB	24 A 28/11/2009	1.021,35	4,5	PARTICIPAR DO SEMINÁRIO DE ALTOS ESTUDOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO, EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO PÚBLICA- RELATOS E PROPOSIÇÕES, NOS DIAS 25,26 E 27 DE NOVIEMBRE DE 2009, NO HOTEL SERRA AZUL, RUA GARIBALDI, 152 EM GRAMADO/RS.
78	MARCIA VIEIRA MACHADO	BSB/POA/BSB	24 A 28/11/2009	1.021,35	4,5	PARTICIPAR DO SEMINÁRIO DE ALTOS ESTUDOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO, EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO PÚBLICA- RELATOS E PROPOSIÇÕES, NOS DIAS 25,26 E 27 DE NOVIEMBRE DE 2009, NO HOTEL SERRA AZUL, RUA GARIBALDI, 152 EM GRAMADO/RS.
79	RITA DE CÁSSIA VANDANEZI MUNCK	BSB/YOW/BSB	14 A 21/11/2009	2.219,20	7	PARTICIPAR DO CURSO LEADERSHIP: REFLECTION AND ACTION (LIDERANÇA – REFLEXÃO E AÇÃO) EM OTTAWA - CANADÁ. O CURSO SERÁ REALIZADO NO CANADA SCHOOL OF PUBLIC SERVICE, COM INÍCIO NO DIA 16 DE NOVIEMBRE ÀS 8H30 E TÉRMINO NO DIA 20 DE NOVIEMBRE ÀS 13H15.
80	MARCELO DE MATOS RAMOS	BSB/ARN/BSB	9 A 15/11/2009	2.319,07	6	PARTICIPAR DA 3ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE REFORMA REGULATÓRIA, NO PERÍODO DE 11 A 13 DE NOVIEMBRE DE 2009, EM ESTOCOLMO, NA SUÉCIA.
81	JOSSIFRAM ALMEIDA SOARES	BSB/FLN/BSB	12 A 15/11/2009	919,22	3,5	PARTICIPAR DE UM ENCONTRO ANUAL DO MERCADO LIVRE, PROMOVIDO PELA (CTEE) – CENTRO DE TREINAMENTO E ESTUDO EM ENERGIA, NOS DIAS 12 E 13/10/2009, SENDO QUE DIA 12/11, O EVENTO COMEÇARÁ ÀS 16H00 COM TÉRMINO ÀS 19H30 E NO DIA 13/11 DAS 10H30 ÀS 16H00 E NO SÁBADO UM WORKSHOP DAS 10H00 ÀS 12H00 NO RISORT HOTEL – PRAIA DO SANTINHO – ESTRADA VEREADOR

Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE
Relatório de Gestão – 2009

						ONILDO LEMOS, 2505 FLORIANÓPOLIS – SANTA CANTARINA.
82	PRICILLA MARIA SANTANA	BSB/RIO/BSB	22 A 23/11/2009	394,49	1,5	PARTICIPAR DE DESPACHOS INTERNOS COM A EQUIPE DA COGCE, NO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2009 ÀS 8H E REUNIÃO COM ECONOMISTAS DO CADE SOBRE A APRESENTAÇÃO DO MINI-CURSO MINISTRADO PELO FTC REFERENTE AO USO DE MÉTODOS ECONOMÉTRICOS NA ANÁLISE DE ATOS DE CONCENTRAÇÃO, DAS 10H ÀS 13H NA SEAE/RJ.
83	WALDIR EUSTÁQUIO MARQUES JÚNIOR	BSB/SAO/BSB	20 A 21/11/2009	406,24	1,5	FISCALIZAR O PROCESSO AUTORIZADO SOB O Nº 18101.000543/2009-09, DA EMPRESA SHOPPING CENTER TAMBORÉ, NO DIA 20 DE NOVEMBRO DE 2009, EM SÃO PAULO/SP. A APURAÇÃO SERÁ A PARTIR DAS 17H. O SERVIDOR ESTÁ RETORNANDO NO DIA SEGUINTE AO TÉRMINO DA FISCALIZAÇÃO (SÁBADO, 21/11/2009), DEVIDO NÃO HAVER PREVISÃO DE TÉRMINO DA FISCALIZAÇÃO NO DIA 20 DE NOVEMBRO DE 2009.
84	CARLOS HENRIQUE TADEU DE SOUZA E SILVA	BSB/SAO/BSB	20 A 21/11/2009	407,05	1,5	FISCALIZAR O PROCESSO AUTORIZADO SOB O Nº 18101.000543/2009-09, DA EMPRESA SHOPPING CENTER TAMBORÉ, NO DIA 20 DE NOVEMBRO DE 2009, EM SÃO PAULO/SP. A APURAÇÃO SERÁ A PARTIR DAS 17H. OBS. O SERVIDOR ESTÁ RETORNANDO NO DIA SEGUINTE AO TÉRMINO DA FISCALIZAÇÃO (SÁBADO, 21/11/2009), DEVIDO NÃO HAVER PREVISÃO DE TÉRMINO DA FISCALIZAÇÃO NO DIA 20 DE NOVEMBRO DE 2009. A EXCEPCIONALIDADE É JUSTIFICADA EM VIRTUDE DA CHEFIA IMEDIATA TER AUTORIZADO A PARTICIPAÇÃO DO SERVIDOR NA FISCALIZAÇÃO, APENAS NO DIA 17/11/2009, CONFORME ANEXO. ASSIM SENDO NÃO FOI POSSÍVEL CUMPRIR O PRAZO DE ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 10 DIAS DA VIAGEM, DETERMINADO PELA PORTARIA 98/2003.
85	CARLOS HENRIQUE TADEU DE SOUZA E SILVA	RIO/SLZ/RIO	19 A 21/12/2009	589,95	205	FISCALIZAR OS PROCESSO AUTORIZADOS SOB OS NºS 18101.000588/2009-75 E 18101.000416/2009-00 DAS EMPRESAS TUPIS, POTIGUAR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E SUPERMERCADOS MARCIAL EM SÃO LUIZ/MA. APURAÇÃO PREVISTA PARA ÀS 15H DO DIA 20/12/09.

86	RICARDO ALMEIDA MÜLLER	RIO/SLZ/RIO	19 A 21/12/2009	687,70	205	FISCALIZAR OS PROCESSOS AUTORIZADOS SOB OS N°S 18101.000588/2009-75 E 18101.000416/2009-00 DAS EMPRESAS TUPIS, POTIGUAR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E SUPERMERCADOS MARCIAL EM SÃO LUIZ/MA. APURAÇÃO PREVISTA PARA ÀS 15H DO DIA 20/12/09.
87	PRICILLA MARIA SANTANA	BSB/RIO/BSB	13 A 15/12/2009	655,02	2,5	PARTICIPAR DE DESPACHOS INTERNOS COM A EQUIPE DA COGCE E REUNIÃO SOBRE BOLETIM SETORIAL DE ACOMPANHAMENTO ECONÔMICO NO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2009 DAS 11H ÀS 12H30 E DAS 14H30 ÀS 17H RESPECTIVAMENTE, SEAE/RJ. PARTICIPAR DE DESPACHOS INTERNOS COM A EQUIPE DA COGAP NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2009 DAS 9H ÀS 11H NA SEAE/RJ.
88	ANTONIO HENRIQUE PINHEIRO SILVEIRA	BSB/RIO/SSA/S ÃO/RIO/BSB	10 A 15/12/2009	1.373,79	3,5	PARTICIPAR DO WORKSHOP PPP OPERADOR DE REDE PROMOVIDO PELO BNDES. O EVENTO SERÁ REALIZADO NO CENTRO DE TREINAMENTO DO BNDES (AVENIDA REPÚBLICA DO CHILE, 100 - 21º ANDAR), NO DIA 11 DE DEZEMBRO DE 2009 ÀS 9 HORAS. PARTICIPAR DO SEMINÁRIO: "PERSPECTIVAS DO INVESTIMENTO NO BRASIL" PROMOVIDO PELO JORNAL VALOR ECONÔMICO, EM PARCERIA COM A CNI E O BNDES. O EVENTO SERÁ REALIZADO EM SÃO PAULO, NO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2009 ÀS 9H30.

Fonte: SEAE/MF

3.4 – Gestão Financeira – Dados Situacionais

3.4.1 Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP)

A SEAE implantou o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) em janeiro de 2008. É um sistema informatizado criado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acessado via Internet, que integra as atividades de concessão, registro, acompanhamento, gestão e controle das diárias e passagens, decorrentes de viagens realizadas no interesse da administração pública, em território nacional ou estrangeiro.

Do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) são extraídos os dados sobre diárias para o portal da transparência conforme previsto no art. 15 da Portaria Interministerial nº 140 de 20 de março de 2006, do Ministro de Estado do Controle e da Transparência – Interino e do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, e, para subsidiar o Relatório de Gestão do Processo de Tomada e Prestação de Contas, exigidos pela Portaria CGU, nº 555 de 28

de dezembro de 2006. A partir de 31 de dezembro de 2008 passou a ser obrigatória a utilização pelos órgãos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, conforme descrito no art. 12-A do Decreto nº 6.258, de 19 de novembro de 2007.

O sistema opera desde o cadastramento da viagem, inclusive de trechos, com reserva de passagens e controle das autorizações de solicitação e despesa e execução financeira, até a emissão do bilhete.

Com referência ao controle e auditoria por parte da CGU, o sistema SCDP dispõe de vários tipos de relatórios, que a CGU já vem adotando para analisar e auditar os gestores públicos quanto aos gastos irregulares com diárias e passagens. Também são extraídos dados sobre diárias para compor o Portal de Transparência Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, proporcionando assim, maior transparência para a população em geral.

3.4.2 – Suprimento de Fundos/Serviços

O ANEXO III discrimina o total de saques realizados mediante o uso de cartões de crédito corporativo, para fins de atendimento de despesas administrativas de pequeno valor, detalhando a informação, por responsável.

3.4.3 – Outras informações orçamentárias

As tabelas abaixo prestam informações a respeito da execução orçamentária, das despesas por modalidade de contratação, despesas correntes e despesas de capital.

Tabela 11 – Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo – SEAE/MF

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0780		Denominação: Gestão da Política de Regulação de Mercados				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
4.489.182	4.489.182	3.106.250	2.736.869	369.381	2.736.793	
Informações sobre os resultados alcançados (***)						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Texto	99/99/99	99,99	99,99	99,99	99,99
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado:						
Texto						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
N	Texto	99/99/99	99,99	99,99	99,99	99,99
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado:						
Texto						

Fonte: SIAFI/SEAE

(***) Não existe indicador no Programa 0780

Tabela 12 – Despesas por Modalidade de Contratação – SEAE/MF

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão (passagens aéreas)	422.855,74	277.044,68	422.855,74	277.044,68
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa (SERPRO e outros)	810.524,90	1.072.585,47	810.524,90	1.072.585,47
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	278,00	195,83	278,00	195,83
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias	237.318,70	277.407,45	237.318,70	277.407,45
Outros (***)	3.994,44	39.899,01	3.994,44	39.899,01
(***) Em 2008, restituição em viagens, principalmente.				
Em 2009, principalmente, restituição em viagens, restituição inscrição treinamento e pagamento inscrição em curso.				

Fonte: SIAFI/SEAE

Tabela 13 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – SEAE/MF

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
14 - Diárias Pessoal Civil	233.860,65	273.675,33	233.860,65	273.675,33			233.860,65	273.675,33
30 - Material de Consumo	530,00	165,83	530,00	165,83			530,00	165,83
33 - Passagens e Despesas com Locomoção	422.855,74	277044,68	422.855,74	277044,68			422.855,74	277044,68
36 - Serv. Terc. Pessoa Física	2.847,41	3.732,12	2.847,41	3.732,12			2.847,41	3.732,12
39 - Serv. Terc. Pessoa Jurídica	810.272,90	1.104.343,97	810.272,90	1.104.343,97			810.272,90	1.104.343,97
92 - Despesas de Exercícios Anteriores	226,42	6.527,73	226,42	6.527,73			226,42	6.527,73
93 - Indenizações e Restituições	3.199,54	8.008,60	3.199,54	8.008,60			3.199,54	8.008,60

Fonte: SIAFI/SEAE

Tabela 14 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – SEAE/MF

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
52 - Equipamento e Material Permanente		165,83		165,83				165,83
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 - Inversões Financeiras	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI/SEAE

3.5 – Processos de Controle – Controles da Gestão

3.5.1 - Controle interno da gestão

A Secretaria de Acompanhamento Econômico considera relevante e fundamental a sistematização e a documentação das atividades envolvidas em seus campos de atuação.

Desde 2002, a SEAE utiliza o Sistema *Littera*, concebido para controlar e gerenciar, internamente, o fluxo de processos e documentos, possibilitando o registro, o armazenamento e a disponibilização corporativa da produção técnica da Secretaria. Nos anos de 2002 e 2003, o Sistema tratava apenas das informações referentes a atos de concentração, entretanto, em 2004, começaram a serem implantados os módulos relativos a condutas anticompetitivas e prêmios e sorteios.

Também, foram implementados os fluxos para análise dos Processos de Averiguação Preliminar, Processos Administrativos, Atos Normativos e Consulta CADE e a publicação de Notas Técnicas na Internet sobre Representações à SDE.

A SEAE utiliza, ainda, os recursos de Servidor de Arquivos – Árvores de Diretórios – estrutura de diretórios e pastas compartilhadas – visando à utilização corporativa das informações produzidas pelos usuários. Em 2007, a SPOA/MF instalou na SEAE um novo Servidor com capacidade de armazenamento de 1,6 TB para compartilhamento entre os Órgãos de Específicos Singulares (OES's) instalados no Edifício Sede e Anexo.

Desde 1999, a SEAE vem procurando padronizar os procedimentos de análise a serem utilizados quando da elaboração de pareceres referentes à defesa da concorrência, tendo em vista que o uso de manuais e guias de análise permitem a uniformização de procedimentos internamente, além de conferirem consistência, robustez e transparência às análises.

A Secretaria de Acompanhamento Econômico, por meio da Coordenação de Tecnologia da Informação, instalou em maio de 2008 equipamentos para a implementação do Sistema de Videoconferência para 3 ambientes físicos, visando reduzir custos com deslocamentos para eventuais reuniões e treinamentos fora de Brasília. Além da comodidade, o recurso implementado traz auxílios significativos, tanto na parte logística quanto na parte tecnológica. Na questão da logística, o grande diferencial proporcionado pelo Sistema de Videoconferência é a economia de tempo e de recursos, possibilitando a reversão de tais fatores para outras áreas da Secretaria. Outra vantagem do Sistema de Videoconferência é a utilização de ferramentas de compartilhamento de documentos em tempo real, permitindo aos integrantes das reuniões visualizarem, alterarem e transferirem esses documentos durante o decorrer das reuniões, gerando grande avanço em prol da maior eficiência administrativa desta Secretaria..

Em julho de 2008 a SEAE lançou oficialmente o Manual de Identidade Visual (MIV) com o objetivo de orientar e padronizar a utilização da marca da SEAE em todos os documentos expedidos de divulgação interna e externa. O Manual elaborado pela Coordenação de Gestão de Tecnologia da SEAE, em conjunto com a Assessoria de Comunicação/SEAE, tem por finalidade regular toda a identidade visual da instituição e deverá ser consultado antes da realização e elaboração de todo e qualquer tipo de veiculação da imagem da Secretaria. O Manual contém informações técnicas necessárias para a aplicação correta do Logotipo evitando distorções de cor, forma e legibilidade. Esse é mais um passo da Secretaria em prol da comunicação efetiva, padronizada e transparente.

Em 2009, foi criado, por meio da Portaria SEAE nº 10, de 11 de março de 2009, o grupo de trabalho, a ser coordenado pela Coordenação de Gestão de TI (COGES II), contando com a participação e colaboração de representantes da SAIN, SPE e UCP. O Grupo de Trabalho produziu documentos que deverão ser referência para as análises dos processos de Promoções Comerciais que envolvam recursos tecnológicos. Os documentos deverão subsidiar para 2010 a alteração na Portaria MF nº 41, de 19 de fevereiro de 2008, que regulamenta a distribuição gratuita de prêmios a título de propaganda. Os trabalhos resultaram na criação dos seguintes documentos: i) Manual de Conduta Técnica (MCT) com os requisitos gerais; e ii) Manual de Requisitos Técnicos Mínimos (RTM) com as especificidades para as respectivas fases da promoção (Captação; Geração/Distribuição; e Sorteio/Apuração).

No final de 2009, foi elaborado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2010 da SEAE/MF (PDTI SEAE/MF 2010), por determinação da Instrução Normativa no. 4, de 19 de

maio de 2008, da SLTI/MP, e em conformidade com as orientações do Comitê Estratégico de TI do Ministério da Fazenda, sob a coordenação da Secretaria Executiva.

A Secretaria possui os seguintes Manuais/Guias de Análise:

- **Manual de Procedimentos Operacionais em Defesa da Concorrência** (junho 2000) – esclarece os pontos mais importantes referentes às questões procedimentais envolvidas nas análises pertinentes à área em questão. Atualmente está sendo revisado;
- **Guia para Análise Econômica de Atos de Concentração**² (Portaria SEAE nº 39/99) – posteriormente aperfeiçoado e adotado também pela Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça (SDE), com o novo título de **Guia para Análise Econômica de Atos de Concentração Horizontal** (Portaria Conjunta SEAE/SDE nº 50/01);
- **Guia Para Análise Econômica da Prática de Preços Predatórios**³ (Portaria SEAE nº 70/02); e
- **Cartilha de Análise e Autorização de Promoções Comerciais** (março 2003);
- **Manual de Fiscalização – Promoções Comerciais e Loterias** (março 2003);
- **Cartilha para Análise de Prestação de Contas de Promoções Comerciais** (março 2003).

3.5.2 - Controle externo da gestão

1 - Requerimento de Informação C-2009/4139 de autoria do Senhor Deputado Duarte Nogueira-PSDB-SP – Solicitação de informações a respeito das Despesas relativas a viagens ao exterior de servidores da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional de 2003 a 2009.

PROVIDÊNCIAS – Em 14 de agosto de 2009, enviou-se à AAP/MF o Memorando 711 GABIN/SEAE/MF, prestando as informações solicitadas por meio do Memorando 1450/AAP/GM-MF, de 16 de julho de 2009.

2 – Solicitação da Advocacia-Geral da União – Solicitação relação com os números e objeto dos processos em trâmite junto ao Tribunal de Contas da União que sejam prioritários no âmbito de suas respectivas áreas de atuação.

² Simplificadamente, operações de concentração econômica se referem a fusões, aquisições e incorporações de empresas ou de ativos de empresas.

³ A prática de preços predatórios é uma conduta anticompetitiva e se verifica quando uma firma reduz o preço de venda de seu produto abaixo do seu custo, incorrendo em perdas no curto prazo, objetivando eliminar rivais do mercado, para, posteriormente, quando os rivais saírem do mercado, elevar os preços novamente e obter lucros extraordinários.

PROVIDÊNCIAS – Em 4 de fevereiro de 2010, enviou-se à Assessoria Especial de Controle Interno do GMF o Memorando 81 GABIN/SEAE/MF, informando inexistir processos da espécie solicitados por meio do Memorando-Circular 07/2010/CGU/AGU, de 2 de fevereiro de 2010.

4 – GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES

4.1. Programas

A Secretaria de Acompanhamento Econômico participa de dois Programas do PPA, a saber: o Programa de Gestão da Política de Regulação de Mercados, sob a responsabilidade gerencial da própria SEAE e o Programa de Defesa Econômica e da Concorrência, sob a responsabilidade gerencial da SDE/MJ.

0780 - PROGRAMA DE GESTÃO DA POLÍTICA DE REGULAÇÃO DE MERCADOS

O Programa de Gestão da Política de Regulação de Mercados justifica-se pela:

- i) necessidade de constante atualização dos instrumentos de gestão e regulação voltados para diversos segmentos econômicos; e
- ii) necessidade de avaliação sistemática de marcos regulatórios e legais que possam estar inadequados ao ambiente de mercado concorrencial ou que possam permitir a ocorrência de falhas de mercado relativas ao abastecimento, produção e comercialização dos produtos.

Além disso, o Programa deve sua existência às seguintes demandas:

- i) dar cumprimento ao Art. 70 da Lei n.º 9.069, de 29 de junho de 1995 – Lei do Real, que determina: “A partir de 1º de julho de 1994, o reajuste e a revisão dos preços públicos e das tarifas de serviços públicos far-se-ão conforme atos, normas e critérios a serem fixados pelo Ministro da Fazenda”;
- ii) necessidade de aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão e regulação voltados para diversos segmentos econômicos;
- iii) inadequação de alguns marcos regulatórios e legais ao ambiente de mercado concorrencial; e
- iv) falhas de mercado relativas ao abastecimento, produção e comercialização dos produtos.

Todos esses itens podem impactar negativamente a economia do país, prejudicando os cidadãos de forma geral, seja por meio de ameaças à estabilidade econômica, seja por meio de deficiências estruturais que possam vir a afetar o sistema relativo de preços e o crescimento econômico. Visando a eliminar ou a reduzir os problemas citados, este Programa possui estratégias de ação operacionalizadas por meio da potencialização da promoção da concorrência e de mecanismos que buscam coibir o exercício abusivo de poder de mercado, permitindo que os consumidores tenham maior variedade de produtos, exerçam o poder de escolha e pelos menores preços possíveis.

O Programa é operacionalizado via ações de regulação econômica, que objetivam reduzir os efeitos negativos das imperfeições de mercado, fato que pode provocar aumento de preços, redução da qualidade, diminuição da variedade ou redução das inovações.

Dessa forma, a SEAE realiza várias atividades, dentre as quais destacamos:

- i) identificação de setores relevantes para o acompanhamento de condutas anticompetitivas;
- ii) desenvolvimento de estudos jurídicos e econômicos, visando a formular peças regulatórias específicas voltadas para os setores incluídos no Art. 70 da Lei 9.069/95;
- iii) realização de visitas, reuniões e eventos semelhantes junto a outros órgãos do Governo, bem como junto aos agentes econômicos em geral, com vistas a discutir políticas de regulação, especialmente nos setores de infra-estrutura e agrícola e/ou em outros setores com grandes externalidades sociais; e
- iv) definição, juntamente com os ministérios setoriais e as Agências Reguladoras, de regimes tarifários e de marcos regulatórios.

Em síntese, o Programa de Gestão da Política de Regulação de Mercados tem o objetivo de subsidiar a proposição de novos marcos regulatórios e instrumentos de políticas públicas setoriais, voltados ao crédito, ao abastecimento, à comercialização, à formação de estoques, à produção e ao consumo. Visa também a cumprir uma das competências da SEAE, qual seja, estruturar e acompanhar a implantação de novos modelos de regulação e gestão, em articulação com as Agências Reguladoras e demais órgãos afins.

O Programa e as ações executadas pela SEAE contribuem, significativamente, para o alcance da Diretriz 1 – Aperfeiçoamento e Consolidação dos Marcos Regulatórios dos Setores de Infra-Estrutura inserida no Desafio 17 – Impulsionar os Investimentos em Infra-Estrutura de Forma Coordenada e Sustentável, que faz parte do Plano Plurianual 2008-2011 traçado pelo Senhor Presidente da República relativo ao macro objetivo do crescimento da economia brasileira com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades sociais.

Por fim, cabe salientar que, durante o ano de 2009, o Programa apresentou resultados satisfatórios e eficientes em todas as ações. Em algumas ações, nota-se que as metas foram superadas, como a ação 2387 – Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais superou a meta em 111% e a 2069 – Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos superou em 69% do inicialmente previsto. Já a ação 2068 – Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais atingiu 92% do previsto, além do menor dispêndio de recursos do que o inicialmente previsto para todas as ações.

0695 - PROGRAMA DE DEFESA ECONÔMICA E DA CONCORRÊNCIA

Como já foi mencionado anteriormente, a SEAE integra, junto com a SDE/MJ e com o CADE, o chamado Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC).

O Programa de Defesa Econômica e da Concorrência, gerenciado pela SDE/MJ, possui uma ação executada pela SEAE: Instrução e Análise de Atos de Concentração e Processos Administrativos.

A execução desse Programa tem como estratégia a busca de uma melhor articulação entre os Órgãos de Defesa da Concorrência, no sentido do aprimoramento dos instrumentos de investigação e do aumento da transparência da atuação dos órgãos envolvidos.

Esse programa, levado a cabo com fundamento na Lei n.º 8.884, de 1994, relaciona-se com o macroobjetivo de promover a reestruturação produtiva com vistas a estimular a competição no Mercado Interno.

4.1.1 – 0780 – Programa de Gestão da Política de Regulação de Mercados

4.1.1.1 - Dados gerais

Tabela 15 – Dados gerais do Programa de Gestão da Política de Regulação de Mercados – SEAE/MF

Tipo de programa	Gestão de Políticas Públicas
Objetivo geral	Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda.
Objetivo específico	Avaliar e/ou propor marcos regulatórios e instrumentos de políticas públicas setoriais, voltadas ao crédito, ao abastecimento, à comercialização, à formação de estoques, à produção e ao consumo.
Gerente do programa	Antonio Henrique Pinheiro Silveira
Gerente executivo	Rita de Cássia Vandanezi Munck
Responsável pelo programa	Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda
Indicadores ou parâmetros utilizados	Somatório de Notas Técnicas e de Notas Explicativas produzidas e encaminhadas aos setores demandantes e ou beneficiados (Congresso

	Nacional, Agências Reguladoras e demais setores da economia)
Público-alvo (beneficiários)	Agentes econômicos e cidadãos

Fonte: SIGPLAN

4.1.1.2 - Ações do Programa 0780

0780 - PROGRAMA DE GESTÃO DA POLÍTICA DE REGULAÇÃO DE MERCADOS

➤ Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa:

A ação Gestão e Administração do Programa foi criada em 2005, com o objetivo de alocar créditos destinados a suprir as necessidades da Secretaria cujas despesas não deveriam ser realizadas no âmbito das ações finalísticas, tais como despesas de manutenção, gastos com viagens para tratar de assuntos administrativos, dispêndios decorrentes da aquisição de material de consumo, material permanente e demais despesas de cunho administrativo voltadas às atividades da Secretaria.

Dados gerais

Tabela 16 – Dados gerais da ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Fazenda
Unidades executoras	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Coordenador nacional da ação	Maria D'arc Lopes Beserra
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	N/A
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	N/A

Fonte: SIGPLAN

➤ Ação 2069 - Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos:

A ação Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos visa a estruturar regras adequadas para a fixação e o reajuste de tarifas. Apesar de as agências reguladoras serem encarregadas da estruturação da política de preços nos setores regulados, há ações que impactam as políticas macro e microeconômicas de responsabilidade do Ministério da Fazenda. Em decorrência disso, a SEAE assessora o Senhor Ministro nos conselhos que deliberam sobre as políticas setoriais, elabora estudos fruto do acompanhamento da economia, que subsidiam as ações e decisões de correção de rumo de curto prazo das principais variáveis econômicas e a elaboração de políticas econômicas de longo prazo.

Em síntese, a ação visa a estruturar critérios e regras para a fixação e o reajuste de tarifas, propiciando qualidade na oferta de serviços e viabilidade das empresas ofertantes e é aplicada especialmente no caso de serviços/tarifas públicos que foram sujeitos aos processos de privatização e de descentralização administrativa.

Vale notar também que, devido a mandamento legal, algumas agências, como a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT e Agência Nacional de Transporte Aquaviário – ANTAQ devem comunicar, antecipadamente, ao Ministério da Fazenda os reajustes e as revisões nas tarifas. Em outros setores, como o setor “postal”, que ainda não possui agência reguladora, é necessária a expedição de portaria autorizativa do Ministério da Fazenda por ocasião da alteração de preços. Entretanto, independentemente da existência ou não de agência reguladora, qualquer preço público modificado em período inferior a um ano deve ter autorização do Ministro da Fazenda.

Em 2009, a SEAE superou em 69% a meta física inicialmente prevista para a ação. Realizou 27 análises das 16 inicialmente previstas para a ação estabelecida como meta. A SEAE recebeu 27 pedidos de análise dos 16 pedidos inicialmente programados, dos quais todos foram analisados e expedidos aos beneficiários. Cabe esclarecer que o número de reajustes depende do número de concessões, e tendo em vista que o governo fez novas concessões durante o ano de 2009 em relação à época da previsão da meta, o número de reajustes analisados aumentou.

Dados gerais

Tabela 17 – Dados gerais da ação 2069 - Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos

Tipo	Atividade
Finalidade	Analisar critérios e regras para revisão e reajuste de preços e tarifas públicas, propiciando qualidade na oferta de serviços e viabilidade das empresas ofertantes, considerando aspectos de defesa e promoção da concorrência, eficiência econômica bem-estar social.
Descrição	Adequação de regimes tarifários, especialmente no caso de serviços públicos sujeitos aos processos de privatização e de descentralização administrativa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Fazenda
Unidades executoras	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Coordenador nacional da ação	Maria D'arc Lopes Beserra

Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	N/A
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	N/A

Fonte: SIGPLAN

➤ Ação 2068 - Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais

A ação de Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais objetiva regular atividades de prestação de serviços públicos e de infra-estrutura, de comércio e serviços e do setor industrial, visando a aumentar a eficiência econômica, sem comprometer a concorrência. A SEAE trabalha no sentido de identificar falhas em estruturas regulatórias vigentes, com o propósito de remover entraves desnecessários e nocivos à concorrência.

Em 2009, a SEAE atingiu 92% da meta física inicialmente prevista para a ação. É importante destacar a dificuldade em realizar uma previsão apurada da meta, tendo em vista que o número de manifestações realizadas no ano depende do número de resoluções publicadas pelas agências reguladoras. Além disso, o ano de 2009 caracterizou-se por uma produção menos profícua de normas, principalmente por parte da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) e por parte da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Essa redução na proposição de normas está vinculada às mudanças nas diretorias das agências, o que torna mais lenta a produção dessas normas regulatórias. Ainda assim, o número de manifestações realizadas representou 92% da previsão inicial.

Dados gerais

Tabela 18 – Dados gerais da ação 2068 - Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar na regulamentação das atividades de prestação de serviços públicos e de infra-estrutura, agrícolas, de comércio e serviços e do setor industrial, visando à eficiência econômica e ao funcionamento de mercados em ambientes concorrenciais.
Descrição	Avaliação e/ou proposição de novos marcos e critérios regulatórios e instrumentos de políticas públicas setoriais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Fazenda
Unidades executoras	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Coordenador nacional da ação	Maria D'arc Lopes Beserra
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	N/A
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	N/A

Fonte: SIGPLAN

➤ **Ação 2084 - Sistema Informatizado da Secretaria de Acompanhamento Econômico:**

Esta ação objetiva manter e prover acessibilidade às informações econômicas necessárias para a atuação da Secretaria, tendo como produto *software*, *hardware* e periféricos funcionando com qualidade. É de suma importância, portanto, para o sucesso das outras ações.

A clientela principal dessa ação é formada por servidores da SEAE e, em última instância, pela sociedade e pelos agentes econômicos, que se beneficiam com o aumento da produtividade dos servidores e dos melhores serviços prestados pela Secretaria.

Dados gerais

Tabela 19 – Dados gerais da 2084 - Sistema Informatizado da Secretaria de Acompanhamento Econômico

Tipo	Atividade
Finalidade	Manter consolidadas e prover acessibilidade, via recursos informativos, às informações necessárias para atuação da Secretaria de Acompanhamento Econômico.
Descrição	Complementação, implementação, manutenção e gerenciamento de sistemas informatizados e especializados relativos às atribuições da Secretaria de Acompanhamento Econômico e relacionadas também aos assuntos de interesse do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Fazenda
Unidades executoras	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Coordenador nacional da ação	Maria D'arc Lopes Beserra
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	N/A
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	N/A

Fonte: SIGPLAN

➤ **Ação 2387 - Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios Com Fins Comerciais:**

A ação de Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais abrange três grandes áreas, a saber:

- Autorização e fiscalização para a distribuição gratuita de prêmios e captação de poupança popular;

- Autorização e fiscalização de planos de sorteios relativos às extrações lotéricas vinculadas a corrida de cavalos (*sweepstakes*), bem como de outras modalidades de loteria turfística autorizadas;
- Autorização, homologação, fiscalização e monitoramento das loterias exploradas pela Caixa Econômica Federal.

A primeira área trata da emissão, por parte da SEAE, de autorização para que instituições financeiras procedam à distribuição gratuita de prêmios e realize sorteios a título de propaganda. A Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, veda a realização de promoções comerciais, exceto para aquelas empresas devidamente autorizadas pelo Ministério da Fazenda. Assim, no âmbito do Ministério da Fazenda, cabe à SEAE essa atividade. Adicionalmente e considerando a mesma previsão legal, compete à SEAE também autorizar toda e qualquer empresa que deseje promover a captação antecipada de poupança popular, entendendo-se esta última como o sistema pelo qual assegura-se a contraprestação de objeto contratual líquido e certo, mediante pagamento antecipado de parcelas, sem data previamente estipulada, sendo a contratação tida por certa. A função de fiscalizar, como não poderia deixar de ser, é uma decorrência do ato de autorizar e visa garantir que os agentes econômicos cumpram a citada legislação.

Os procedimentos para o deferimento de pedidos de autorização de promoção estão arrolados no Decreto nº 70.951, de 9 de agosto de 1972. À guisa de instrumentos para a concessão de pedidos de autorização para promoção, esta SEAE utiliza-se de análises contábeis, de cálculos de avaliação econômico-financeira, sobretudo capacidade de honrar compromissos, das empresas interessadas em realizar tais eventos. Analisa ainda a regularidade fiscal e jurídica das interessadas.

Na prática, a atividade de autorização de promoções comerciais - sorteios, concursos, vale-brindes e assemelhados, solicitadas por instituições financeiras e correlacionadas - consiste, inicialmente, na análise do plano de operação enviado pela empresa observando-se as exigências da legislação pertinente à cada modalidade de promoção. Na maioria das vezes, é necessária a solicitação, por parte da SEAE, de modificações no plano apresentado, para que este se ajuste ao formato exigido pela legislação. A segunda e última etapa consiste da prestação de contas, que ocorre após a realização da promoção. A empresa presta contas para esta Secretaria e o processo é então finalizado e homologado.

A autorização para emissão de *sweepstakes* ou para a exploração de outras modalidades de loteria, do ponto de vista operacional, segue o mesmo *modus operandi* descrito anteriormente. Aqui o principal interesse da Secretaria está voltado para não permitir um desvirtuamento da Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984. Nos termos da legislação, as loterias turfísticas autorizadas devem funcionar como um estímulo para o desenvolvimento da atividade de equideocultura, devendo-se evitar e coibir toda e qualquer autorização de loteria em que não seja possível identificar um real incentivo à atividade, sob pena de configurar exploração de jogo de azar.

As atividades de autorização, de homologação, de fiscalização e de monitoramento das loterias exploradas pela Caixa Econômica Federal estão previstas nos Decretos-Lei nº 6.259, de 10 de fevereiro de 1944, e nº 204, de 27 de fevereiro de 1967. A SEAE autoriza e aprova todos os planos de sorteio de extração de loteria federal explorados pela Caixa Econômica Federal. Ainda nesse mesmo segmento, compete à Secretaria autorizar a Caixa a explorar novas modalidades lotéricas. Desde que essa atividade foi transferida para a SEAE, já foram autorizadas três novas loterias: a “Lotogol”, a “Loteca” e a “Timemania”.

As competências relativas à operacionalização e à fiscalização de prêmios e sorteios e das outras atividades foram transferidas a esta SEAE por ocasião da edição da Medida Provisória n.º 2.049-20, de 29 de junho de 2000. Por intermédio dessa ação, o objetivo da Secretaria é o de conferir maior transparência a tais eventos, bem como assegurar o absoluto respeito aos direitos dos consumidores desses produtos.

Os dados para o acompanhamento físico são obtidos no local de fiscalização dos eventos, bem como a partir de denúncias apresentadas à SEAE, sobretudo por representantes do Ministério Público, do PROCON e dos cidadãos, de um modo geral.

Em 2009, a SEAE superou em 111% a meta física inicialmente prevista para a ação. Isso se deve, em grande parte, à expressiva ampliação das autorizações de promoções coletivas, principalmente a consolidação dos Shopping Centers, advindas desde 2008, por meio da Portaria MF nº 41, de 19 de fevereiro de 2008, que regulamenta as promoções comerciais no país. Este diploma legal facilitou sobremaneira a desobstrução desta questão, elevando o número de entrada de pedidos na Secretaria, dando ensejo a superação da meta.

Dados gerais

Tabela 20 – Dados gerais da ação 2387 - Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais

Tipo	Atividade
Finalidade	Autorizar e fiscalizar as operações de distribuição gratuita de prêmios e planos de extrações lotéricas, visando assegurar o absoluto cumprimento dos direitos dos consumidores.
Descrição	Emissão de autorização e fiscalização para a distribuição gratuita de prêmios e captação de poupança popular; autorização e fiscalização de planos de sorteios relativos às extrações lotéricas vinculadas a corrida de cavalos (sweepstakes), bem como de outras modalidades de loteria turfística autorizadas; autorização, homologação, fiscalização e monitoramento das loterias exploradas pela Caixa Econômica Federal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Fazenda
Unidades executoras	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Coordenador nacional da ação	Maria D'arc Lopes Beserra
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	N/A

Competências institucionais requeridas para a execução da ação	N/A
--	-----

Fonte: SIGPLAN

4.1.2 – 0695 – Programa de Defesa Econômica e da Concorrência

4.1.2.1 - Dados gerais

Tabela 21 – Dados gerais do Programa de Defesa Econômica e da Concorrência – SDE/MJ

Tipo de programa	Programa Finalístico
Objetivo geral	Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos
Objetivo específico	Combater os abusos do poder econômico e promover a defesa da concorrência
Gerente do programa	Diego Faleck
Gerente executivo	Paulo Augusto Pettenuzzo de Britto
Responsável pelo programa	Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça
Indicadores ou parâmetros utilizados	Somatório do número de processos administrativos de apuração de infrações contra a ordem econômica julgados pelo CADE anualmente.
Público-alvo (beneficiários)	Empresas com atuação no território nacional, consumidores e agências regulatórias

Fonte: SIGPLAN

4.1.2.2 - Ação do Programa 0695

0695 - PROGRAMA DE DEFESA ECONÔMICA E DA CONCORRÊNCIA

➤ Ação 4562 - Instrução e Análise de Atos de Concentração e Processos Administrativos:

Essa ação refere-se ao controle de estruturas de mercado (análise de operações de fusão, aquisição e incorporação de empresas) e de condutas anticompetitivas (por exemplo, prática de cartel), fundamental para a criação de um ambiente econômico favorável aos investimentos privados e ao crescimento econômico sustentável.

Em janeiro de 2006, as Secretarias de Acompanhamento Econômico e de Direito Econômico/MJ publicaram portaria conjunta que estabeleceu mecanismos de cooperação entre os dois órgãos e institucionaliza a instrução conjunta de atos de concentração e de condutas anticompetitivas (Portaria Conjunta n.º 33, de 4 de janeiro de 2006).

São diretrizes norteadoras da cooperação entre SEAE e SDE, previstas na Portaria, o espírito cooperativo, a transparência na comunicação, a coordenação de ações, a racionalização dos trabalhos, a economia processual e a não duplicação de esforços.

A divisão de trabalho decorrente da cooperação entre as Secretarias observará as atribuições legais estabelecidas na Lei n.º 8.884, de 1994, e levará em conta a experiência prévia

de ambas, a fim de melhor aproveitar a especialização dos seus respectivos corpos técnicos e de potencializar a capacidade de análise de cada Secretaria.

Com a Portaria, os órgãos de instrução do SBDC passaram, formalmente, a trabalhar de maneira integrada, o que possibilitou ao Sistema atuar de forma mais eficiente. A SEAE vem se concentrando, na maior parte das vezes, na análise dos atos de concentração, enquanto a SDE, nas condutas.

A análise de atos de concentração é disciplinada pelo art. 54 da Lei nº 8.884, de 1994, que estabelece um prazo de 30 dias para a manifestação da SEAE e encaminhamento do processo à SDE, dispondo este órgão de prazo semelhante para sua manifestação. Em seguida, o caso é remetido ao CADE, que tem o prazo de 60 dias para deliberação (julgamento), sendo esses prazos suspensos quando da solicitação, pelos órgãos, de informações adicionais.

A repressão a condutas anticoncorrenciais consiste na apuração de condutas de empresas que podem configurar infração à ordem econômica. São exemplos as vendas casadas, os acordos de exclusividade e a prática de cartel - adoção de conduta concertada entre empresas que atuam em um mesmo mercado, por meio de fixação de preços, de divisão de mercados ou de falseamento em licitações públicas. Nesses casos, a SEAE pode realizar Procedimento Administrativo e/ou a SDE pode promover Averiguação Preliminar ou instaurar Processo Administrativo, conforme o caso, para apurar os fatos. O Cade aprecia, com base nas opiniões da SDE e da SEAE, se houve configuração de infração à ordem econômica, aplicando as medidas cabíveis. Na análise de condutas anticompetitivas, a manifestação da SEAE é facultativa.

Os pareceres elaborados pela Secretaria, no que se refere a atos de concentração e condutas anticompetitivas são peças que contêm sofisticada análise econômica e são muitas vezes fruto de um longo período de investigação apurada. Investigações sobre condutas anticompetitivas tendem, em todo o mundo, a durar meses ou até anos nos casos mais importantes, tendo em vista a complexidade envolvida.

Cabe destacar uma especificidade da SEAE frente aos outros órgãos do SBDC: uma vez que a Secretaria é o primeiro órgão a realizar a análise sobre os casos de concentração econômica, a maior parte da instrução acaba sendo feita nesse estágio e o prazo de análise da Secretaria tende, naturalmente, a ser superior ao da SDE e do CADE.

Em 2009, foram analisados 566 Processos de Atos de Concentração e Condutas Anticoncorrenciais, contra 658 processos no ano anterior. Percebe-se um decréscimo de 14% no número de processos analisados pela Secretaria, principalmente por conta da diminuição de processos de atos de concentração analisados, que decresceu 17% em 2009. O tempo médio total de análise foi de 88 dias (contra 81 dias em 2008, 80 dias em 2007, 52 dias em 2006, 50 dias em 2005, 65 dias em 2004, 80 dias em 2003 e 110 dias em 2002) para a elaboração de pareceres referentes a atos de concentração. O prazo mencionado refere-se ao tempo total despendido na análise, por parte da SEAE, não descontado os períodos de suspensão de contagem de prazo. Quando é necessário o envio de ofícios de solicitação de informações a fim de serem prestados esclarecimentos adicionais, os prazos são suspensos desde o envio do Ofício

da Secretaria até o recebimento das respostas solicitadas (disposição constante do art. 54, §8º, da Lei n.º 8.884, de 1994).

Isso significa que a meta relativa à ação, que era de 622 processos (fusões e aquisições; e condutas anticompetitivas), foi atingida em 91%. Tal fato se explica, em parte, como reflexo da retração mundial observada nas atividades econômicas. Além disso, no ano de 2009, a Secretaria buscou concluir vários casos remanescentes de anos anteriores, cujas características demandaram maior concentração de esforços haja vista o grau de complexidade envolvido no processo, requerendo, portanto, maior tempo de análise.

É importante lembrar que em 2004 o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência se adiantou e lançou um conjunto de medidas para agilizar a análise de atos de concentração. Uma dessas medidas foi a criação de um Rito Conjunto de Análise de Atos de Concentração. Anteriormente, a SEAE elaborava um parecer, encaminhava-o à SDE, que elaborava outro parecer, e só então o caso era remetido com instrução completa ao CADE, para julgamento. A instrução dos processos em duas etapas podia levar meses. Com o Rito Conjunto, a instrução dos casos passou a ser feita em uma única etapa: equipes das duas secretarias se reúnem periodicamente a fim de mapear os casos notificados e discutir a instrução conjunta das operações mais importantes, ocasionando ganhos substantivos de tempo e de qualidade nas análises. Ao mesmo tempo, casos tidos como simples passaram a ser objeto de análise sucinta na SDE.

O conjunto de medidas lançadas pela SEAE e SDE se configurou como mais um passo fundamental para a racionalização do funcionamento do SBDC, a fim de que o Sistema possa melhor servir à sociedade. A ampliação do número de casos analisados pelo Rito Sumário e a drástica redução do tempo médio de análise de atos de concentração foram os resultados alcançados com as medidas.

Por seu turno, com exceção dos anos de 2007, 2008 e 2009 em que foram analisados muitos casos complexos, inclusive casos complexos remanescentes de anos anteriores a 2007, 2008 e 2009, e por isso nestes três últimos anos o tempo médio remontou aos idos de 2003, 80 dias, o tempo médio de análise de atos de concentração vem diminuindo desde 2002. Isso pode ser atribuído, em grande parte, à adoção, naquele ano, do Rito Sumário para Análise de Atos de Concentração mais simples e que não tenham o potencial de prejudicar a concorrência. Em 2003, quando o procedimento já estava bem desenvolvido na Secretaria, o resultado foi surpreendente: 50% dos casos de concentração foram analisados mediante o Rito Sumário. Em 2004, com o aperfeiçoamento da legislação, esse percentual subiu para 63%; em 2005, 70%. Em 2006 e 2007, manteve-se praticamente estável, 68% e 69%, respectivamente. Em 2008 e 2009, 66% para ambos.

Com a adoção da metodologia do Rito Sumário, operações simples começaram a ser tratadas de forma diferente das operações complexas e os prazos de análise foram diminuídos, possibilitando a prestação de um melhor serviço à sociedade e a alocação, pela Secretaria, de mais tempo para as análises de casos com maior potencial lesivo aos consumidores e à economia.

Outra realização nessa área foi o lançamento, no final de fevereiro de 2005, de um sistema de publicação automática de Pareceres e acompanhamento de Processos pela Internet. O objetivo era o de aumentar a transparência sobre as ações da Secretaria e facilitar a consulta do público-alvo da SEAE e aos cidadãos de maneira geral. Em 2006, foi reformulado o mecanismo de busca e foram incluídos outros tipos de processos e documentos, como Notas Técnicas de Confidencialidade e Pareceres de Saneamento Jurídico. A ampliação para 2007 foi em relação à inclusão do processo denominado “Consulta CADE”.

Os Pareceres da SEAE relativos à defesa da concorrência já se encontravam disponíveis no sítio da Secretaria, mas foram agregadas, com a nova sistemática a partir de 2006, informações sobre processos em análise, ao mesmo tempo em que as consultas se tornaram muito mais ágeis em decorrência de serem realizadas em tempo real e também em virtude da possibilidade de utilização de mecanismos de busca.

A nova sistemática facilitou sobremaneira o acesso às informações da Secretaria para o público-alvo envolvido. Só para dar uma idéia dessa facilidade, como os processos finalizados estão ordenados por data de saída e os em análise, por data de entrada, diariamente, é possível acompanhar tudo o que entrou e tudo o que saiu da SEAE, já na primeira tela, o que facilita em muito a o processo de busca e a pesquisa do interessado ou beneficiário da ação.

Para consultar os processos, basta que o usuário acesse o endereço eletrônico: <http://www1.seae.fazenda.gov.br/littera/exec/controle.asp>

Dados gerais

Tabela 22 – Dados gerais da Ação 4562 - Instrução e Análise de Atos de Concentração e Processos Administrativos

Tipo	Atividade
Finalidade	Analisar atos de concentração e condutas anticoncorrenciais do mercado, com vistas a assegurar a concorrência e a defesa da ordem econômica.
Descrição	Participação de pessoal técnico e dirigentes em reuniões e encontros que discutam assuntos de interesse de casos em instrução ou que possam ser objetos de análise; Elaboração de pareceres técnicos sobre casos em instrução; outras atividades relacionadas à instrução e a análise dos diversos casos tratados pelos órgãos do SBDC.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Fazenda
Unidades executoras	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE-MF
Coordenador nacional da ação	Rita de Cássia Vandanezi Munck
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	N/A
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	N/A

Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	N/A
--	-----

Fonte: SIGPLAN

4.1.3 - Resultados

Quanto aos resultados, conforme relatado anteriormente, verificou-se que os objetivos da maioria das ações foram alcançados no decorrer de 2009, inclusive com a constatação de que algumas ações alcançaram um resultado muito superior ao inicialmente previsto.

Cabe, mais uma vez, enfatizar a dificuldade da Secretaria com relação a pessoal, uma vez que a SEAE não dispõe de quadro próprio de carreira e a quantidade de técnicos existentes vem se mostrando insuficiente. Muitos servidores pertencem à carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, a empresas públicas, a sociedades de economia mista, ou à carreira de Analistas de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional e outros tantos são titulares somente de cargo em comissão, não possuindo vínculo com a Administração Pública. Essa situação ocasiona uma elevada rotatividade de técnicos e se configura como o principal gargalo à execução das ações sob responsabilidade da SEAE e ao desenvolvimento do espírito de corpo da instituição.

Tendo em vista que a carência de pessoal qualificado e provido periodicamente é uma dificuldade partilhada com a Secretaria de Direito Econômico/MJ e com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, demais integrantes do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência da Concorrência (SBDC), o PL nº 5.877/2005, apensado ao PL nº 3.937/2004, que estrutura o SBDC e dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica prevê a criação de um mecanismo de provisão de mão-de-obra qualificada aos órgãos do SBDC (idealmente funcionários públicos concursados de carreiras federais de nível superior). Tal provisão deverá resolver de forma definitiva as dificuldades de pessoal por que passa a Secretaria e os demais órgãos do SBDC, caso seja aprovado pelo Congresso Nacional. Vale salientar que o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou em 17 de dezembro de 2008 o Projeto de Lei 3.937/2004, ao qual foi apensado o Projeto de Lei nº 5.877/05. Assim, a matéria seguiu para apreciação pelo Senado Federal.

Como também mencionado anteriormente neste relatório, espera-se que a criação da Carreira Fazendária supra os quadros técnicos da SEAE de forma institucionalizada, eliminando a preocupação com a captação de recursos humanos com base em cargos comissionados e ou de apoio, através de contratos de terceirizados. Espera-se estabilidade no quadro não só técnico, mas também de gestão, uma vez que a Secretaria acredita que um quadro estável e bem formado possibilitará a implementação de um projeto de desenvolvimento institucional continuado, alinhado aos objetivos estratégicos do Ministério da Fazenda e do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência de forma sistematizada e continuada. A elevação da maturidade da gestão dos assuntos da SEAE depende em grande parte da estabilidade e qualidade de seu quadro de recursos humanos.

Vale à pena ressaltar, que a escassez de espaço físico continua se configurando numa das preocupações experimentadas pela SEAE em Brasília. Desta forma, essa escassez restringe sobremaneira a possibilidade de expansão da equipe da Secretaria.

Cabe mencionar que com a conversão dos PL do SBDC em Lei, haverá necessidade de eliminar diversos processos de trabalho hoje instalados na Unidade Descentralizada do Rio de Janeiro e reorganizar as novas tarefas na SEAE em Brasília. Para tanto, a SEAE elaborou uma proposta de projeto de Modernização Institucional que foi encaminhada à Secretaria Executiva, e à SPOA, para que seja pensada em conjunto uma solução para as necessidades de recursos humanos, mapeamento e redesenho de processos e de alocação de maior espaço físico.

A SEAE, como já mencionado, integra o grupo de trabalho de análise de soluções de espaço físico para o Ministério da Fazenda e vem fazendo gestões junto ao grupo para viabilizar o acréscimo de no mínimo 150m² no Edifício Sede do MF até o final do ano de 2010, em vista da expectativa de aprovação do PL pelo Congresso Nacional.

A tabela abaixo mostra as despesas, por ação, com diárias e passagens, além de outras despesas julgadas relevantes para o ano de 2009 :

Tabela 23 – Despesas, por ação, com Diárias e Passagens e outras julgadas relevantes

		R\$1,00
Ação	Item	Valor
2272 - Gestão Administrativa do Programa – GAP	Diárias e Passagens	61.370
	Material Permanente	70.531
	Bolsa Estagiários	57.575
	Despesas Condominiais espaço físico (SEAE-RJ)	36.733
	Terceirizados	327.270
2069 - Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos	Diárias e Passagens	30.062
2068 - Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais	Diárias e Passagens	221.431
	Treinamento	73.481
2387 - Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais	Diárias e Passagens	157.687
2084 - Sistema Informatizado da Secretaria de Acompanhamento Econômico	Sistemas Informatizados	1.483.992
4562 - Instrução e Análise de Atos de Concentração e Processos Administrativos	Diárias e Passagens	80.168
	Treinamento	75.044

Fonte: SIAFI/SEAE

A tabela abaixo mostra a execução física das ações realizadas em 2009.

Tabela 24 – Execução Física das ações realizadas pela SEAE/MF em 2009

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
4	125	780	2068	atividade		1	75	69	75
4	125	780	2069	atividade		1	16	27	16
4	126	780	2084	atividade		1	1	1	1
4	125	780	2387	atividade		1	300	633	300
4	422	695	4562	atividade		1	622	566	622

Fonte: SIGPLAN/SEAE

Por fim, ressaltamos que o Programa apresentou resultados considerados bastante satisfatórios no decorrer de 2009, sendo que as metas previstas foram, em alguns casos, superadas, inclusive com menor dispêndio de recursos do que o inicialmente previsto, ainda que o número de atribuições tenha aumentado e o contingente de pessoal técnico especializado não.

Tabela 25 – Comparativo das metas previstas e realizadas em 2009

R\$1,00

Ação	Físico Previsto	Físico Realizado	% Realizado/Previsto	Financeiro Previsto	Financeiro Realizado	% Realizado/Previsto
2272 - Gestão Administrativa do Programa – GAP	0	0	0	1.646.671	748.409	58%
2069 - Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos	16	27	169%	57.151	30.062	53%
2068 - Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais	75	69	92%	513.605	301.066	59%
2387 - Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais	300	633	211%	260.909	173.340	67%
2084 - Sistema Informatizado da Secretaria de Acompanhamento Econômico	1	1	100%	2.010.846	1.483.992	81%
4562 - Instrução e Análise de Atos de Concentração e Processos Administrativos	622	566	91%	310.818	164.340	55%

Fonte: Dados extraídos do SIGPLAN em 01/02/2010

5 – DESEMPENHO OPERACIONAL

5.1. Indicadores de Gestão

Estes indicadores têm por finalidade aferir a eficiência, eficácia e economicidade da ação administrativa, levando-se em conta os resultados quantitativos e qualitativos alcançados pela SEAE.

Na Nota Técnica n.º 173 GABIN/SEAE/MF, de 3 de dezembro de 2002, foram levantados, pela SEAE, Indicadores de Desempenho referentes à eficiência, eficácia e economicidade de atividades consideradas estratégicas para a Secretaria. Abaixo seguem os referidos indicadores, que no ano de 2003 foram, pela primeira vez, operacionalizados pela Secretaria, possibilitando a mensuração do desempenho da sua gestão interna e finalística.

Vale salientar que alguns indicadores previstos no documento mencionado não foram utilizados, tendo em vista sua pouca expressividade em relação às atividades da Secretaria e/ou a sua excessiva complexidade e detalhamento, tornando os custos envolvidos no cálculo superior aos benefícios.

5.1.1 – Indicadores de Eficiência

5.1.1.1 - Nível de Atendimento ao Cliente Via Correio Eletrônico

OBJETIVO: verificar o nível de respostas dadas ao público por meio da quantidade de *e-mails* respondidos num dado período de tempo.

$$\text{ÍNDICE: } \frac{\text{n.º de e-mails respondidos no ano "n"}}{\text{n.º de e-mails recebidos no ano "n"}} \times 100 = \frac{1277}{1277} \times 100 = 100\%$$

COMENTÁRIO: A SEAE considera de fundamental importância para a adequada execução de suas atividades a interface com a sociedade, seja para fins de prestação de contas ou para melhor esclarecê-la sobre dúvidas pontuais. Um canal de comunicação privilegiado nesse âmbito é a existência de um serviço de e-mail institucional pelo qual os cidadãos podem consultar a Secretaria sobre absolutamente qualquer assunto. O serviço de e-mail institucional existe na Secretaria desde 1999. A SEAE dispõe, no Gabinete, de um assessor institucional encarregado das relações da Secretaria com a imprensa e com a sociedade. Um índice de atendimento de 100% das demandas em 2009 implica um adequado tratamento às demandas da sociedade, tal qual a Secretaria planejou.

5.1.1.2 - Eficiência quanto à Ação “Análise Econômica sobre Atos de Concentração e Condutas Anticoncorrenciais”

OBJETIVO: verificar o tempo médio despendido para a realização de análises sobre processo de ato de concentração.

ÍNDICE: $\frac{\Sigma \text{ do tempo total gasto para a conclusão de análises}}{\text{n.º de análises feitas}} = \frac{42602 \text{ dias}}{481} = 89 \text{ dias}$

COMENTÁRIOS: O tempo médio de análise dos atos de concentração foi 80 dias⁴ em 2003, tendo caído para 61 dias em 2004, 50 dias em 2005, 52 dias em 2006, 73 dias⁵ em 2007, e retornando à média de 81 dias no ano de 2008 e 89 em 2009, devido, principalmente, à elevação do número de casos complexos a serem analisados. Com exceção dos anos de 2008 e 2009, o tempo gasto decrescente nas análises é calculado em função do desenvolvimento do Rito Sumário para Análise de Atos de Concentração e da instituição, no começo de 2004, do Rito Conjunto SEAE-SDE de Análise de Atos de Concentração, já detalhados nesse relatório. A redução do tempo médio de análise tem demonstrado que as medidas adotadas para agilizar as análises têm sido bem sucedidas, o que tem possibilitado a prestação de um melhor serviço à sociedade.

5.2 - Indicadores de Eficácia

5.2.1 - Orçamento e finanças

OBJETIVO: demonstrar o percentual da execução da despesa para informar se o que foi previsto está sendo cumprido pela Secretaria.

ÍNDICE: $\frac{\text{execução total da despesa}}{\text{total da despesa fixada}} \times 100 = \frac{\text{R\$ } 3.300.481,67}{\text{R\$ } 3.894.048,00} \times 100 = 85\%$

COMENTÁRIOS: O resultado do indicador demonstra que houve um saldo 15% de recursos orçamentários em 2009.

5.2.2 - Arrecadação de receitas próprias

OBJETIVO: acompanhar a arrecadação das receitas próprias da unidade;

⁴ De acordo com a Lei n.º 8884, de 1994, a SEAE tem o prazo legal de 30 dias para efetuar as análises relativas a atos de concentração, sendo que, todas as vezes que forem solicitadas, dos participantes ou de terceiros, informações adicionais indispensáveis à análise, o prazo legal é suspenso. A título ilustrativo, após o prazo de 30 dias para análise da SEAE, segue o prazo de 30 dias para a SDE e de 60 dias para o julgamento do CADE. Tanto a SDE quanto o CADE também têm seus prazos suspensos quando é necessário obter informações adicionais.

⁵ Até a edição do Relatório de Gestão 2008, este número era 70 dias. Entretanto, com a revisão feita em fevereiro de 2010, este número passou para 73 dias em 2007.

ÍNDICE: Arrecadação anual (ano X)/ arrecadação anual (ano X – 1) x 100

$$= \frac{\text{R\$ } 12.135.638,07}{\text{R\$ } 14.088.683,64} \times 100 = 86\%$$

COMENTÁRIOS: A arrecadação de receitas próprias foi menor em 14% em relação ao ano de 2008 em virtude de uma baixa no número de pedidos de análise.

5.2.3 - Participação das receitas próprias sobre o total de despesas realizadas

OBJETIVO: acompanhar o percentual das receitas próprias executadas pela própria unidade, permitindo a avaliação do total de recursos arrecadados e transferidos ao Tesouro Nacional.

ÍNDICE: Total Despesas Realizadas/Total das Receitas Próprias * 100;

$$= \frac{\text{R\$ } 3.300.481,67}{\text{R\$ } 12.135.638,07} \times 100 = 27,20\%$$

COMENTÁRIOS: O total arrecadado foi suficiente para fazer face às despesas da Secretaria, colaborando inclusive com o financiamento de outras despesas do Ministério da Fazenda haja vista que os recursos foram transferidos ao Tesouro Nacional.

5.2.4 - Indicadores sobre as Ações do PPA

OBJETIVO: verificar se as metas estabelecidas pela Secretaria estão sendo cumpridas ou, em outros casos, se o que foi demandado foi atendido.

5.2.4.1 - Análise dos Reajustes de Preços e Tarifas de Serviços Públicos

$$\text{ÍNDICE: } \frac{\text{n.º de análises realizadas}}{\text{n.º de análises demandadas}} \times 100 = \frac{27}{27} \times 100 = 100\%$$

5.2.4.2 - Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais

$$\text{ÍNDICE: } \frac{\text{quantidade de manifestações realizadas}}{\text{quantidade de manifestações demandadas}} \times 100 = \frac{69}{69} \times 100 = 100\%$$

5.2.4.3 - Homologação e Acompanhamento de Promoções e Sorteios com Fins Comerciais

$$\text{ÍNDICE: } \frac{\text{n.º de autorizações ou indeferimentos realizados no ano "n"}}{\text{n.º de pedidos de autorização protocolados no ano "n"}} \times 100 \\ = \frac{633}{633} \times 100 = 100\%$$

5.2.4.4 - Sistema Informatizado da Secretaria

$$\text{ÍNDICE: } \frac{\text{n.º de sistemas mantidos sem interrupção}}{\text{n.º de sistemas mantidos previstos}} \times 100 = \frac{1}{1} \times 100 = 100\%$$

Os indicadores demonstram o desenvolvimento satisfatório das ações sob responsabilidade da Secretaria. A SEAE atingiu as metas propostas para a grande parte de suas ações, tendo, inclusive, superado as previsões em algumas ações. Apenas as metas relativas às ações de *Regulação de Atividades Econômicas em Moldes Concorrenciais* e *Instrução e Análise de Atos de Concentração e Processos Administrativos* ficaram abaixo, atingindo 92% e 91%, respectivamente, do previsto e, por razões que vão além da governabilidade da Secretaria e já explicadas neste Relatório.

5.3 – Indicadores de Economicidade

5.3.1 - Custos dos Serviços de Informática

OBJETIVO: observar se houve redução de custos dos serviços de informática da Secretaria, podendo-se medir a economia de recursos obtida em função do aperfeiçoamento do trabalho.⁷

$$\text{ÍNDICE: } \frac{\text{total dos gastos com serviços de informática no período "n"}}{\text{total dos gastos com serviços de informática no período "n-1"}} =$$

$$\frac{\text{R\$ 1.720.828,38}}{\text{R\$ 1.394.174,86}} \times -1,7123^{**} = \frac{\text{R\$ 1.720.828,38}}{\text{R\$ 1.370.302,40}} = 1,26$$

* Os serviços prestados nos dois períodos devem ser os mesmos.

** -1,7123% foi o IGP-M acumulado em 2009.

COMENTÁRIOS: Houve aumento de 26% nos gastos com serviços de informática em 2009 em relação a 2008. Essa elevação foi devido, principalmente, aos seguintes fatores:

i) Houve acréscimo nos valores unitários de todos os itens constantes do Contrato de Serviços Especializados de Informática com o Serpro em relação a 2008, devido à nova negociação e contratação com readequação e padronização dos valores dos itens faturáveis para todos os contratos do MF;

ii) Deflação do valor acumulado em 2009 para o IGP-M.

⁷ Para a formação desse indicador, deve-se considerar os preços reais.

5.4 – Evolução de Gastos Gerais

5.4.1 – Principais Gastos Ocorridos

Tabela 26 – Comparativo dos principais gastos ocorridos em 2007, 2008 e 2009

R\$1,00

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	333.385,47	422.855,74	277.044,68
2. DIÁRIAS	184.508,08	234.471,29	273.675,33
3. COLABORADOR EVENTUAL	474,18	2.847,41	3.732,12
4. RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	1.246,76	3.199,54	8.005,51
5. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS			
5.1. Publicidade	Não se aplica à SEAE		
5.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	Não se aplica à SEAE		
5.3. Tecnologia da Informação	1.638.648,03	1.394.174,86	1.483.992,21
6. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (Suprimento de Fundos)	1.709,00	278,00	195,83
TOTAL	2.159.971,52	2.057.826,84	2.046.449,85

Fonte: SEAE e SIAFI

6 – Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-93/2008.

Não se aplica à SEAE.

7 – Informações sobre Restos a Pagar de Exercícios Anteriores, conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-93/2008.

Não se aplica à SEAE.

8 – Informação sobre as entidades fechada de previdência complementar patrocinadas, em especial quanto à correta aplicação dos recursos repassados, de acordo com a legislação pertinente e os objetivos a que se destinarem, conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-93/2008.

Não se aplica à SEAE.

9 – Demonstrativo do fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos, ocorridos no ano e acumulados até o período em exame, conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-93/2008.

Não se aplica à SEAE.

10 – Informações sobre Renúncia Tributária, conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-93/2008.

Não se aplica à SEAE.

11 – Declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida comprovaram, no exercício, que se encontram em situação regular com os pagamentos dos tributos juntos à SRFB, ao FGTS e à Seguridade Social, conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-93/2008.

Não se aplica à SEAE.

12 – Resultados de avaliação do impacto sócio-econômico das operações de fundo, conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-93/2008.

Não se aplica à SEAE.

13 – Recomendações da SFC/CGU no Relatório de Auditoria no. 208877, relativo ao exercício de 2007, conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-93/2008.

Não houve recomendação por parte da CGU, portanto não houve solicitação para elaboração de Plano de providências para o exercício de 2007.

14 – Determinações do TCU referentes ao Processo de Tomada de Contas nº 013.518/2008-5, relativo ao exercício 2007, conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU

O TCU, consoante Acórdão nº 5195/2009, adotado em Sessão da 1º Câmara, de 25/9/2009, ao apreciar o processo N° 013.518/2008-5, que trata da Tomada de Contas da

Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE, relativa ao exercício de 2007, decidiu julgar as contas da Secretaria regulares e dar quitação plena aos responsáveis.

15 – Demonstrativo relacionando as dispensas de instauração de Processos de Tomada de Contas Especiais e demonstrativo relacionando os Processos de Tomada de Contas Especiais, cujo envio ao TCU foi dispensado, com base nos incisos I a IV do parágrafo 1º do art. 5º da IN TCU nº 56/2007, conforme conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-93/2008.

Não se aplica à SEAE.

16 – Apuração de denúncias recebidas: número do processo, fato denunciado e providências adotadas.

A Coordenação-Geral de Defesa da Concorrência desta Secretaria recebeu várias denúncias, durante o ano de 2009, e adotou as devidas providências para os processos listados abaixo:

Número	Descrição Resumida da Conduta Investigada	Conclusão
20000.06013/2007/DF	Cartel entre postos de revenda de combustíveis	Arquivamento por meio de Termo de Encerramento de Denúncia
20000.06014/2007/DF	Solicitação de análise quanto ao caráter anticompetitivo gerado pela cobrança de IPI com pauta fixa para as pequenas empresas produtoras de refrigerantes no	Arquivamento por meio de Termo de Encerramento de Denúncia
20000.06001/2009/DF	Análise dos quesitos do questionário ISE sob ponto de vista concorrencial	Manifestação por meio de Nota Técnica
20000.06006/2009/DF	Indícios de conduta concertada entre os diversos agentes do setor de distribuição e revenda de combustíveis do Estado de Alagoas	Arquivamento por meio de Termo de Encerramento de Denúncia
20000.06001/2009/RJ	Indícios de conduta concertada no mercado de prestação de serviços de reparo automotivo.	Manifestação por meio de Nota Técnica
20000.06017/2005/DF	Tabelamento de preços a serem cobrados pelos serviços prestados pelas CFCs no Estado do Acre.	Manifestação por meio de Nota Técnica
20000.06007/2009/DF	Solicitação de análise sobre vinculação do preço do petróleo aos mercados internacionais	Arquivamento por meio de Termo de Encerramento de Denúncia
20000.06003/2006/DF	Denúncia acerca de Portaria do DETRAN/SP acerca de tabelamento de valores cobrados pelos Centros de Formação de Condutores (CFC) tipo "A".	Manifestação por meio de Nota Técnica

Fonte: SEAE/MF

17 – Impacto Sócio-Econômico da Atuação da SEAE.

Os impactos sócio-econômicos das operações da SEAE se refletem na Diretriz Estratégica traçada pelo Presidente da República relativa à Consolidação da Estabilidade Econômica com Crescimento Sustentável, seguindo o Macroobjetivo da Criação de um Ambiente Macroeconômico Favorável ao Crescimento Sustentável, traduzido pelas baixas taxas de inflação no país, permitindo a manutenção do poder de compra da moeda, beneficiando consumidores e agentes econômicos.

Uma política de defesa da concorrência efetiva aliada à existência de marcos regulatórios estáveis e consistentes contribui significativamente para o equilíbrio macroeconômico com a recuperação e sustentação do crescimento da renda, do trabalho e do emprego e para a criação de um ambiente econômico que favoreça os investimentos privados e promova o desenvolvimento sustentável.

Brasília, 24 março de 2010.

PATRÍCIA ABRAHAM CUNHA DA SILVA
Assessora do Gabinete

MARIA D'ARC LOPES BESERRA
Coordenadora de Gestão

De acordo.

RITA DE CÁSSIA VANDANEZI MUNCK
Chefe de Gabinete

À consideração superior.

ANTONIO HENRIQUE PINHEIRO SILVEIRA
Secretário de Acompanhamento Econômico

ANEXO I - PLANEJAMENTO 2010 - ÁREA DE GESTÃO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Acompanhamento Econômico

PLANEJAMENTO – 2010

ÁREA DE GESTÃO

1.1 - Diretrizes Estratégicas:

- Fortalecimento institucional da área de gestão;
- Consolidação do modelo de gestão compartilhada e voltada para resultados (todos compartilham responsabilidades e resultados);
 - o Pré-requisitos básicos: conhecimento preciso da legislação, atuação em projetos específicos e estruturada por metas, reuniões periódicas e frequentes, revisão crítica constante dos procedimentos, adoção das melhores práticas e postura pró-ativa);
- Desenvolvimento de mecanismos para facilitar a atuação mais integrada das áreas de gestão;
- Aprimoramento do grau de controle interno sobre a gestão da SEAE;
- Aprimoramento da gestão da informação (física e virtual) na SEAE;
- Aprimoramento da qualidade do trabalho da equipe de gestão da SEAE;
- Simplificação administrativa: análise dos processos de trabalho e dos procedimentos adotados no âmbito da área de gestão para a verificação de oportunidades de simplificação e de racionalização dos trabalhos desenvolvidos.

1.2 - METAS POR ÁREA DE GESTÃO

Nº	P/A*	META	PRODUTO OU INDICADOR	PRAZO	RESULTADO
<i>Chefia de Gabinete</i>					
1	A	Realizar 12 reuniões de coordenação com a equipe de gestão (ASSES, COGES-I e II) de BSB, com frequência, preferencialmente, mensal.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	
2	A	Realizar 3 reuniões estratégicas de coordenação com a equipe de gestão de BSB e GEREN-RJ, para acompanhamento e revisão de metas, com frequência, preferencialmente, quadrimestral.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	
3	P	Realizar o XII Programa de Intercâmbio SEAE.	Programa realizado	Até 31/01	
4	P	Realizar o XIII Programa de Intercâmbio SEAE.	Programa realizado	Até 31/07	
5	P	Realizar o Inventário de Bens Móveis 2010 na SEAE Bsb, SEAE-RJ e REPRE-SP.	Inventário realizado	Até 31/12	
6	P	Realizar o Concurso de Monografias, V Prêmio SEAE – 2010.	Concurso realizado	Até 31/12	
<i>Coordenação de Gestão de Recursos Humanos e Financeiros – COGES I</i>					
7	A	Realizar 4 reuniões de coordenação com a equipe da GERHU, com frequência, preferencialmente, trimestral.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	
8	A	Realizar 4 reuniões de coordenação com a equipe da GEROF, com frequência, preferencialmente, trimestral.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	
9	A	Realizar 4 reuniões de coordenação com a equipe da GERPI, com frequência, preferencialmente, trimestral.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	
10	A	Realizar 4 reuniões de coordenação com a equipe da GERHU, GEROF, GERPI e COGES-II, com frequência, preferencialmente, trimestral.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	
11	A	Conferir os produtos das metas entregues pelas áreas até 15 dias após o prazo da respectiva entrega.	Metas conferidas	Mensal	
12	P	Realizar o V Encontro Informativo com as secretárias das recepções da SEAE-Bsb.	Encontro realizado	Até 31/10	
<i>Gerência de Recursos Humanos – GERHU</i>					
13	A	Realizar 4 reuniões com a equipe da Gerência, com frequência, preferencialmente, trimestral.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	
14	A	Enviar para a Coordenação de Gestão I até o dia 5 de cada mês as planilhas de controle da Gerência (plan treinamento, plan estrutura SEAE, subplan DAS ocupados, plan Lista GERHU, plan Capacitação).	Planilhas enviadas	Mensal	

15	A	Manter atualizado na Intranet o conteúdo dos documentos pertencentes à Gerência, inclusive a plan colegiados ativos.	Conteúdo atualizado	Mensal	
16	P	Realizar 2 treinamentos para as unidades, de forma presencial ou à distância (e-mail), relativos ao uso das ferramentas disponíveis na Intranet (afastamento do País, participação em eventos, etc) e no Sistema RH.	Treinamentos realizados	Até 30/06 Até 30/11	
17	A	Revisar o cadastro dos servidores da SEAE-Bsb, SEAE-RJ e SEAE-SP no Outlook.	Cadastro revisado	Até 30/07 Até 30/11	
18	A	Atualizar o Manual GERHU que detalha os processos de trabalho da Gerência.	Manual atualizado	Até 30/09	
Gerência de Recursos Financeiros, Orçamentários e Patrimoniais - GEROF					
19	A	Realizar 4 reuniões com a equipe da Gerência, com freqüência, preferencialmente, trimestral.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	
20	P	Realizar 2 workshops com a equipe da Gerência para discussão sobre a legislação, SCDP, a operacionalização no SIAFI e demais temas pertinentes.	Workshop realizado	Anual	
21	A	Reduzir em 30% em relação a 2009 o número total de restrições apresentadas no Relatório de Conformidade Contábil.	Percentual reduzido	Anual	
22	A	Atualizar o Manual GEROF que detalha os processos de trabalho da Gerência.	Manual atualizado	Anual	
23	A	Manter atualizado na Intranet o conteúdo dos documentos pertencentes à Gerência.	Conteúdo atualizado	Mensal	
24	A	Enviar para a Coordenação de Gestão I até o dia 5 de cada mês as planilhas de controle da Gerência (número de cópias xerox, limpeza de ar condicionado, plan controle de diárias, plan despesa por elemento).	Planilhas enviadas	Mensal	
25	A	Enviar para o CODOC até o dia 20 de cada mês toda a produção do mês subsequente de processos (passagens, compras, CEF, SERPRO, SupriFundos e outros) .	Processos enviados	Mensal	
26	A	Enviar para a Coordenação de Gestão I até o dia 5 de cada mês a planilha de controle da Gerência com as pendências dos processos oriundos da CEF, inclusive detalhando o nível da pendência e registrando as reiterações feitas à CEF.	Planilha enviada	Mensal	

Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE
Relatório de Gestão – 2009

27	A	Enviar para a Coordenação de Gestão I até o dia 5 de cada mês a planilha de controle da Gerência com as pendências dos processos relativos à Taxa de Fiscalização e à Taxa Processual que se encontram pendentes de documento comprobatório de depósito, inclusive detalhando o nível da pendência e registrando as reiteraões feitas à GEREN-RJ.	Planilha enviada	Mensal	
28	A	Enviar para a CODOC até o 2º dia útil de cada mês a planilha de controle da movimentação (inclusão, exclusão e transferência) dos bens móveis da SEAE-Bsb/RJ/SP.	Planilha enviada	Mensal	
29	P	Entregar aos servidores da SEAE a Declaração de Diárias Recebidas em 2009.	Declarações entregues	Até 31/01	
30	P	Realizar treinamento operacional para as secretárias utilizarem o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP na SEAE-Bsb e SEAE-RJ.	Treinamento realizado	Até 31/05	
31	P	Enviar para a Coordenação de Gestão I a lista consolidada do pedido de compra de livros da SEAE relativo ao ano de 2010, caso haja demanda relativa à aquisição de livros na Secretaria.	Lista enviada	Até 30/08	
Área de Suporte Documental					
32	A	Enviar para a Coordenação de Gestão I até o dia 5 de cada mês a planilha SEAE em números.	Planilha enviada	Mensal	
33	P	Enviar, em conjunto com a GDI, para o Arquivo Central-MF (COGRL) os processos da SEAE, após contados 5 anos da aprovação das contas com quitação plena pelo TCU.	Processos enviados	Até 30/04	
Gerência de Documentação e Informação - GDI					
34	A	Realizar 4 reuniões com a equipe da Gerência, com frequência trimestral, preferencialmente.	Nº de reuniões realizadas	Anual	
35	P	Realizar 3 workshops com a equipe da Gerência para discussão sobre a operacionalização da Biblioteca no Lotus Notes, operacionalização da Intranet, tramitação de documentação e demais temas pertinentes.	Workshop realizado	Até 28/02 Até 30/06 Até 30/10	
36	A	Manter atualizado na <i>Intranet</i> o conteúdo dos documentos pertencentes à Gerência.	Conteúdo atualizado	Mensal	
37	A	Manter atualizado no sistema <i>Littera</i> os cadastros da Mala Direta.	Cadastros atualizados	Mensal	
38	A	Manter atualizado no sistema <i>Lotus Notes</i> o conteúdo da Biblioteca/Bsb.	Conteúdo atualizado	Mensal	

39	A	Enviar para a Coordenação de Gestão I até o dia 5 de cada mês a planilha de controle da Gerência (número de cópias e vistas de processos).	Planilhas enviadas	Mensal	
40	P	Realizar treinamento anual para as secretárias a respeito das orientações básicas quanto à identificação e conservação de documentos, além da organização de arquivos.	Treinamento realizado	Até 31/10	
41	A	Atualizar o Manual GDI que detalha os processos de trabalho da Gerência.	Manual atualizado	Até 31/10	
Coordenação de Gestão de Recursos Tecnológicos e Informacionais – COGES II					
42	A	Realizar 4 reuniões com a equipe da COGES II, com frequência, preferencialmente, trimestral.	Nº de reuniões realizadas	Anual	
43	A	Manter atualizado na Intranet o conteúdo dos documentos pertencentes à COGES-II.	Conteúdo atualizado	Mensal	
44	P	Elaborar proposta de cursos e eventos de aperfeiçoamento para a equipe de informática.	Proposta apresentada	Até 31/03	
45	P	Elaborar plano de trabalho para a digitalização dos documentos da SEAE-Bsb, conforme contratação a ser realizada com o Birô de Serviços.	Plano apresentado	Até 30/04	
46	P	Apresentar proposta de cronograma para implementação do ambiente para posterior gerenciamento do conteúdo da Área Finalística na Intranet SEAE.	Proposta apresentada	Até 31/05	
47	P	Apresentar proposta de melhoria da Árvore de Diretório relativa à COGES-II.	Proposta apresentada	Até 31/05	
48	P	Validar, junto à COGAP, a norma resultante do estudo elaborado pelo Grupo de Trabalho de Promoções Comerciais Eletrônicas - GTPCE (SAIN-SPE-SEAE) em 2009.	Norma validada	Até 30/06	
49	P	Reavaliar a proposta elaborada em 2009 de Projeto de <i>Data Warehouse – Banco de Dados – e Business Intelligence (DW/BI)</i> .	Proposta reavaliada	Até 30/07	
50	P	Apresentar proposta para acessar na SEAE-Bsb a Rede Mundial de Computadores, com a tecnologia wireless (sem fio).	Proposta apresentada	Até 31/08	
51	P	Disponibilizar em ambiente Lotus Notes o Sistema de Gestão de Qualidade Informatizado (SGQi) para o Processo de Promoções Comerciais.	Sistema disponibilizado	Até 30/09	
52	P	Apresentar proposta para disponibilização aos usuários da SEAE do Módulo Suporte Técnico do Sistema RTI.	Proposta apresentada	Até 30/09	

53	P	Apresentar cronograma para discussão da minuta do 2º Aditivo do Contrato a ser assinado entre a SEAE e o SERPRO, relativo ao período 2011/2012.	Cronograma apresentado	Até 31/10	
54	P	Converter aplicativos do Lotus Notes (AGENDA e Sistema LITTERA) para ambiente WEB.	Aplicativos convertidos	Até 30/11	
55	P	Revisar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação para 2011.	Plano revisado	Até 31/12	
Gerência de Gestão – Unidade Descentralizada RJ – GEREN – RJ					
56	A	Realizar 6 reuniões com a equipe da gerência, com frequência, bimestral, preferencialmente.	Nº de reuniões realizadas no ano	Anual	
57	A	Enviar para a Coordenação de Gestão I até o dia 5 de cada mês a planilha de controle da movimentação (inclusão, exclusão e transferência) dos bens móveis da SEAE – RJ.	Planilha enviada	Mensal	
58	A	Enviar para a Coordenação de Gestão I até o dia 5 de cada mês as planilhas de controle da Gerência (número de cópias Xerox e de vistas de processos).	Planilha enviada	Mensal	
59	A	Manter atualizado no Sistema RH da Intranet o conteúdo pertencente à SEAE-RJ.	Sistema atualizado	Mensal	
60	A	Manter organizados os arquivos físicos de documentos e pastas funcionais existentes no NURFH.	Arquivos organizados	Mensal	
61	A	Atualizar até o dia 5 de cada mês os arquivos magnéticos contendo os pedidos de aquisição de material de consumo para o almoxarifado.	Arquivos atualizados	Mensal	
62	A	Enviar para a Coordenação de Gestão II até o dia 5 de cada mês o relatório e respectivos gráficos de visitas técnicas realizadas nas coordenações, levantando os principais problemas tecnológicos, a fim de tornar o atendimento aos usuários mais eficiente.	Relatório enviado	Mensal	
63	P	Elaborar calendário anual para a limpeza do filtro de ar condicionado, vidros e carpetes.	Calendário elaborado	Até 31/01	
64	P	Elaborar proposta para Treinamento dos servidores da GEREN-RJ.	Proposta apresentada	Até 30/06	
65	A	Manter rotina adotada em 2009 para os pedidos de mudança de sala de bens patrimoniais nos Grupos 1029 e 1038, visando melhorar o controle do levantamento anual.	Rotina mantida	Mensal	

*Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE
Relatório de Gestão – 2009*

66	A	Manter banco de dados para controle de usuários na troca de senha da Rede Corporativa, a fim de facilitar o processo de atendimento.	Banco de dados mantido	Mensal	
67	P	Organizar em Caixa Box os arquivos dos servidores inativos desligados em 2009.	Caixas reorganizadas	Até 30/04	
68	P	Reavaliar os serviços e o atendimento prestados pelos núcleos NURHF, NURTI e NUPIN, a partir de possíveis mudanças ocorridas mediante os resultados das pesquisas de avaliação ocorridas no exercício 2009.	Pesquisa realizada	Até 31/10	
69	A	Divulgar aos servidores da SEAE-RJ, por e-mail, atas das reuniões realizadas, bimestralmente, pelos dirigentes da GRA-RJ.	Atas divulgadas	Bimestral	

*Projeto/Atividade

Brasília, 14 de dezembro de 2009.

RITA DE CÁSSIA VANDANEZI MUNCK
Chefe de Gabinete

ANTONIO HENRIQUE PINHEIRO SILVEIRA
Secretário de Acompanhamento Econômico

ANEXO II - PLANEJAMENTO 2010 – ÁREA FINALÍSTICA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Acompanhamento Econômico
Relatório de Acompanhamento

**Coordenação-Geral da Defesa da
Concorrência - COGDC**

**Coordenador responsável: Andrey
Goldner Baptista da Silva**

Atualização: 31/12/2009

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo
Regulação	Serviços Funerários	Nota informativa contendo panorama geral sobre o serviço	Março de 2010
	Serviços Funerários	Celebração de convênios com os municípios interessados	Depende de demanda.
	Resíduos Sólidos	Manifestação sobre o novo marco regulatório para o setor.	Depende do envio do Projeto de Lei para o Congresso Nacional
	Resíduos Nucleares	Estudo sobre modelos de governança na gestão de resíduos nucleares com vistas à elaboração de um desenho institucional para o setor.	Depende de demanda.
	Saneamento	Nota Técnica com diagnóstico a respeito da regulamentação da Lei nº 11.445/2007.	Depende da minuta de regulamento do MCIDADES.
	Mineração	Nota Técnica sobre novo marco regulatório para o setor e sobre a alteração da CFEM.	Depende.
	Recursos Hídricos	Nota Técnica sobre a obrigatoriedade declusas em rios de domínio da União quando for explorado o potencial hidráulico.	Fevereiro 2010

	Meio Ambiente – Economia de baixa emissão de carbono	Nota Técnica com análise de possíveis impactos concorrências de medidas que incentivem o mercado de créditos de carbono.	De acordo com demanda do Ministério da Fazenda
Advocacia	Avaliação do marco regulatório que trata da relação entre produtores e distribuidores de veículos (Lei Ferrari – Lei nº 6.729/79)	Estudo sobre a legislação atual e a experiência internacional na área de concessão comercial entre produtores e distribuidores de veículos automotores de via terrestre.	Maior 2010
	ABOTEC – Próteses e Órteses	Nota Técnica acerca dos impactos das obrigações da Agência Reguladora sobre a concorrência	Novembro 2010
	Serviços de Táxi	Nota Técnica sobre regras regulatórias dos municípios contendo panorama geral sobre o serviço.	Julho 2010
Defesa da Concorrência	Análise de condutas anticompetitivas provenientes da Portaria Conjunta SDE/Seae ou instauradas no âmbito desta Secretaria	Parecer com o posicionamento sobre os Processos.	De acordo com a demanda
Análise de Atos Normativos	PLs em tramitação no Congresso Nacional	Nota Técnica contendo análise focada em possíveis impactos sobre a concorrência decorrentes das novas normas.	De acordo com a demanda
Acompanhamento Setorial	Monitoramento de setores específicos (naval, eletrointensivos, papel e celulose e máquinas e equipamentos)	Nota informativa e Apresentação contendo panorama geral sobre o setor	De acordo com a demanda/ Atualização mensal



Coordenação: COGEN

**Coordenador responsável: Ernani
Lustosa Kuhn**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Acompanhamento Econômico
Relatório de Acompanhamento

Atualização: 30/12/2009

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo
Acompanhamento Setorial	Evolução entre oferta e demanda de energia	Acompanhamento da oferta e demanda (nível de reservatórios, preço de liquidação de diferenças, preços dos leilões de energia).	Acompanhamento com relatório trimestral
Acompanhamento Setorial	Mercado de combustíveis	Relatório de acompanhamento	Acompanhamento com relatório trimestral
Acompanhamento Setorial	Mercado de Etanol	Relatório de acompanhamento	Acompanhamento com relatório trimestral
Acompanhamento Setorial	Mercado de créditos de carbono	Notas informativas sobre o desenvolvimento do mercado de créditos de carbono no Brasil	Em função do andamento dos trabalhos no Ministério da Fazenda
Acompanhamento Setorial	Mercados de contratação regulada e livre no setor elétrico interligado	Estudo dos aspectos regulatórios e econômicos dos dois mercados e suas conseqüências para a concorrência e as tarifas do setor.	Dezembro de 2010
Advocacia da Concorrência	Integração vertical no setor de combustíveis	Nota Técnica com análise sobre o tema	Dezembro de 2010

Análise de Atos Normativos	PLs em tramitação no Congresso Nacional.	Parecer com o posicionamento da Seae para o MF.	Emissão de 40 pareceres até dezembro de 2010.
Regulação	Consultas e audiências públicas realizadas pela Aneel e ANP, e resoluções promulgadas pelo CNPE e CIMA	Nota Técnica ou Parecer, quando aplicáveis.	Na dependência das datas estabelecidas pelas agências para as consultas e audiências públicas e das datas de reunião do CNPE e CIMA.
Regulação	Pré-sal	Nota Informativa sobre legislação aprovada para o pré-sal e possíveis desdobramentos.	Na dependência da regulamentação a ser definida no Congresso e da avaliação estratégica do governo para o assunto.
Regulação	Setor de Gás Natural	Nota Informativa referente à avaliação sobre o setor em função da aprovação da nova lei e acompanhamento das regulamentações decorrentes.	Na dependência da regulamentação a ser efetivada para o setor.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Acompanhamento Econômico
Relatório de Acompanhamento

Coordenação: COGAP

**Coordenador responsável: Juliana
Oliveira Cavalcanti**

Atualização: 31/12/2009

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo
Promoções Comerciais	<ol style="list-style-type: none">1- Decreto nº 70.951, de 1972;2- Elaboração de minuta de Portaria Eletrônica de Prêmios e Sorteios;3- Elaboração de minuta da Portaria relativa à aplicação de Penalidades em de Promoções Comerciais e Captação Antecipada de poupança popular;4- Elaboração de minuta de Portaria relativa a Concursos Exclusivamente Culturais.	<ol style="list-style-type: none">1- Minuta de alteração do Decreto supra;2- Portaria Eletrônica de Prêmios e Sorteios;3- Portaria relativa à aplicação de Penalidades em Promoções Comerciais e Captação Antecipada de Poupança Popular;4- Portaria normatizando os Concursos Exclusivamente Culturais.	<ol style="list-style-type: none">1- Dezembro de 2010;2- 2º semestre de 2010;3- 2º semestre de 2010;4- 1º semestre de 2010.



Coordenação: COGCE

**Coordenador responsável:
Ricardo Kalil Moraes**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Acompanhamento Econômico
Relatório de Acompanhamento

Atualização: 31/12/2009

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo
Regulação			
Defesa da Concorrência	Atos de Concentração	Pareceres	Permanente
Advocacia da Concorrência			
Acompanhamento Setorial *Nova atividade	Setores produtivos: siderurgia, cimento, sucroalcooleiro, automotivo, eletrodomésticos e saúde suplementar	Boletins de acompanhamento mensal; Panoramas anuais	Permanente
Acompanhamento Internacional			



**Coordenação-Geral de Concorrência
Internacional**

**Coordenador responsável:
Andrea Pereira Macera**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Acompanhamento Econômico

Atualização: 31/12/2009

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo
Regulação	-	-	-
Defesa da Concorrência	Comitê de Defesa da Concorrência do Mercosul (CT-05)	Revisão do Protocolo de Fortaleza	Dezembro
Advocacia da Concorrência	Lista de Exceção à TEC (análise de inclusão/exclusão/manutenção de produtos).	Nota Técnica	Janeiro e Julho
	Comitê de Tarifas do Mercosul –CT1 (análise de pedidos de alteração definitiva da TEC)	Nota Técnica	Depende das datas de reunião agendadas pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).
	Antidumping (análise de impacto sobre a cadeia produtiva)	Nota Técnica	Depende das reuniões do Grupo Técnico de Defesa Comercial (GTDC) e da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX).
Acompanhamento Setorial	Resolução GMC 69/00 (análise de pleitos de redução tarifária para casos de desabastecimento).	Nota Técnica	Depende do recebimento de pleitos do Brasil e do Mercosul.

	Monitoramento de setores diante de mudanças no cenário econômico nacional e internacional	Nota Técnica	Depende da demanda do Ministério da Fazenda. Permanente
	Atualização sistemática de banco de dados (índices de preços).	Banco de dados	Após divulgação dos dados pelos institutos de pesquisa.
Acompanhamento Internacional	Interface com organismos internacionais que tratam de concorrência(OCDE, UNCTAD...)	Resposta a questionários, manifestações a estudos e elaboração de papers.	Depende da demanda.
Análise de Atos Normativos	Análise de atos normativos que impliquem alteração da estrutura tarifária ou que tenham impacto sobre a concorrência.	Nota Técnica	Depende da demanda. Permanente



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Acompanhamento Econômico
Relatório de Acompanhamento

Coordenação: Coordenação-Geral de Comunicação e Mídia

Coordenador responsável: Marcelo de Matos Ramos

Atualização: 31/12/2009

Área de atuação	Objeto	Resultado Final	Prazo
Regulação	Telecom - Participação no Comitê de Desenvolvimento e no Fórum de Desenvolvimento da TV Digital	- Votos e pareceres	Reuniões do Comitê em 2010: - 08/02/2010 - 08/03/2010 - 05/04/2010 - 10/05/2010 - 14/06/2010 - 12/07/2010 - 09/08/2010 - 20/09/2010 - 18/10/2010 - 08/11/2010 - 13/12/2010
	Mídia - Participação no Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (apoio à SAIN) - Atividades referentes ao Acordo de Cooperação Técnica com a Agência	- Votos e pareceres - Estudos e projetos	Indeterminado

	Nacional do Cinema		
	<p>Correios</p> <ul style="list-style-type: none"> - Publicação de portaria fixando critério para o reajuste das tarifas postais em regime de monopólio - Definição do reajuste das tarifas postais em regime de monopólio - Contratação de um estudo sobre aplicação da metodologia do Fator X no serviço postal 	<ul style="list-style-type: none"> - Portaria ministerial - Portaria ministerial - Estudo e portaria ministerial 	<p>Fevereiro de 2010</p> <p>12 meses após a publicação da portaria atual</p> <p>Até 2º semestre de 2010</p>
	<p>Setor Financeiro</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atividades referentes ao convênio com BACEN e SDE com vistas à análise de medidas de autorregulação e/ou elaboração de medidas regulatórias para o setor de cartões de pagamento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estudos e propostas de política 	<p>1º semestre de 2010</p>
	<p>Melhoria regulatória</p> <ul style="list-style-type: none"> - Participação no comitê gestor do Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para a Gestão em Regulação (PRO-REG) - Publicação de um Texto de Discussão SEAE sobre Análise de Impacto Regulatório 	<ul style="list-style-type: none"> - Estudos e propostas de política 	<p>2º. Semestre de 2010</p> <p>1º. Semestre de 2010</p>

	<p>Participação em eventos referentes ao PRO-REG e melhoria regulatória em geral, entre outros:</p> <p>Reuniões do Working Party 2 on Competition and Regulation</p> <p>Reuniões do Group on Regulatory Policy – OCDE</p> <p>Reuniões do IRR – International Regulatory Reform Network</p>		<p>Indeterminado</p> <p>Indeterminado</p> <p>Indeterminado</p> <p>2º semestre de 2010</p>
Advocacia da Concorrência	<p>Telecom</p> <p>- Atividades referentes ao acompanhamento regulatório do setor (principalmente consultas públicas emanadas do cronograma estipulado pelo Plano Geral de Atualização Regulatória – PGR), englobando:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Revisão dos Contratos de Concessão • Regulamentação do STFC • Elaboração do Plano Geral de Metas de Competição – PGMC • Regulamentação do Plano Geral de Autorizações do SMP • Disponibilização de radiofrequências para a massificação de acessos em Banda Larga • Regulamentação dos Serviços para ampliação da oferta e da competição • Regulamentação de Desagregação de 	- Pareceres Analíticos de Normas Regulatórias	Indeterminado

	<p>Elementos de Redes de Telecomunicações</p> <ul style="list-style-type: none">• Implementação otimizada do modelo de custos, incluindo acesso em banda larga• Regulamentação de uso de radiofrequências de forma a permitir uma utilização mais eficiente por parte das prestadoras de Serviços de Telecomunicações• Regulamentação e Planejamento de Outorgas para os serviços de TV por assinatura• Regulamentação do Serviço Móvel Global por Satélite – SMGS• Regulamentação de Poder de Mercado Significativo (PMS).• Regulamentação para Fomento à Pesquisa, Desenvolvimento e Produção de Tecnologia Nacional em Telecomunicações• Revisão dos procedimentos administrativos e organizacionais da Anatel• Eliminar a necessidade de as empresas autorizadas solicitarem anuência prévia da ANATEL para alterações contratuais de menor relevância• Utilização de meios das redes móveis e satelitais para aumento da cobertura das redes de acesso, inclusive banda larga, em áreas rurais ou de fronteira• Regulamentação do SCM• Revisão do Plano Geral de Metas de		
--	--	--	--

	<p>Universalização</p> <ul style="list-style-type: none"> • Separação Funcional, Separação Empresarial e Separação Estrutural • Realização de estudos e adoção de medidas para a proteção da infraestrutura nacional de telecomunicações contra falhas e ataques de guerra cibernética <p>Mídia</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento de normas e regulamentos propostos em consulta pública pela Agência Nacional do Cinema 	Pareceres Analíticos de Normas Regulatórias	Indeterminado
Acompanhamento Setorial	<p>Telecom</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento do Índice de Serviços de Telecomunicação (IST) <p>Setor Financeiro</p> <ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento da evolução das tarifas bancárias - Acompanhamento da evolução do spread bancário 	<ul style="list-style-type: none"> - Análises do impacto sobre os índices de inflação - Boletim de Acompanhamento das Tarifas Bancárias - Boletim do Observatório de Spread Bancário 	<p>Periodicidade Anual (até julho)</p> <p>Periodicidade semestral</p> <p>Periodicidade</p>

			semestral
Acompanhamento Internacional	<ul style="list-style-type: none"> - Assinatura de convênio entre DG4/UE, CADE, SDE, BACEN e SEAE para realização de um Seminário Internacional sobre Cartões de Pagamento - Acompanhamento do Grupo de Políticas Regulatórias da OCDE - Acompanhamento do Comitê de Concorrência da OCDE 	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de um fórum internacional no Brasil - Participações em fórum internacional, rede de contatos 	<ul style="list-style-type: none"> - Março de 2010 Reuniões do Grupo de Políticas Regulatórias em 2010:
Análise de Atos Normativos	<ul style="list-style-type: none"> - Análise de Projetos de Lei em Telecomunicações, Mídia, Correios e Setor Financeiro - Análise de Projetos 	Pareceres Analíticos de Normas Regulatórias	Indeterminado
Outros	<p>Políticas de Fomento:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Participação no grupo de criação do Programa Nacional de Banda Larga - Participação no grupo de criação da Rede Nacional de Televisão Pública Digital - Participação do grupo de criação do Programa de Expansão do Parque Exibidor Cinematográfico - Iniciar Grupo de Estudos sobre Ligações entre Políticas Públicas de Concorrência e Inovação 	Votos e Pareceres Analíticos de Normas Regulatórias	<ul style="list-style-type: none"> 1º Semestre de 2010 Abril de 2010 1º Semestre de 2010 1º Semestre de 2010



Coordenação: COGSA

**Coordenador responsável: Leandro
Fonseca da Silva**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Acompanhamento Econômico
Relatório de Acompanhamento

Atualização: 31/12/2009

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo
Advocacia da Concorrência	Diretrizes para negociação entre operadoras de planos de saúde e prestadores de serviços médicos	Nota Técnica	Março/2010
Regulação	Análise do reajuste de medicamentos	Nota Técnica	Março/2010
Regulação	Análise do reajuste de planos de saúde	Nota Técnica	Junho/2010
Regulação	Elaboração de proposta de revisão do modelo de reajuste dos planos de saúde	Nota Técnica	Julho/2010
Regulação	Análise de Impacto Regulatório da liberação da participação de capital externo em hospitais	Nota Técnica	Julho/2010
Regulação	Elaboração de proposta de mecanismo de capitalização no setor de saúde suplementar	Nota Técnica	Agosto/2010

Advocacia da Concorrência	Mapeamento da concentração de mercado no setor de saúde suplementar	Nota Técnica	Setembro/2010
Advocacia da Concorrência	Mapeamento do mercado relevante dos canais de distribuição de medicamentos	Nota Técnica	Setembro/2010
Regulação	Análise de Impacto Regulatório da regulação de preços de medicamentos	Nota Técnica	Outubro/2010
Advocacia da Concorrência	Estudo sobre impactos concorrenciais da regulação de profissões na prestação de serviços médicos	Nota Técnica	Dezembro/2010
Acompanhamento Setorial	Acompanhamento dos indicadores de preços da área de saúde	Nota Informativa	Trimestral
Análise de Atos Normativos	Pareceres de Projetos de Lei	Parecer	N/A



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria de Acompanhamento Econômico
Relatório de Acompanhamento

Coordenação: COGTL

**Coordenador responsável: Celso
Almeida Barbosa**

Atualização: 31/12/2009

Área de Atuação	Objeto	Produto Final	Prazo
Regulação	Ferrovias: Análise sobre desverticalização do setor	Nota informativa sobre Regras Regulatórias	Dezembro de 2010
Regulação	Ferrovias: Avaliação das obras do PAC	Notas Informativas sobre o andamento das obras em ferrovias no âmbito do PAC.	Dezembro de 2010
Regulação	Ferrovias: Avaliação das propostas de licitação para trem de alta velocidade - TAV	Notas Informativas sobre o andamento do processo de licitação do TAV entre Campinas e Rio de Janeiro	Dezembro de 2010
Regulação	Portuário	Notas Informativas sobre o andamento das obras de dragagem no âmbito do PAC.	Dezembro de 2010
Regulação	Portuário	Notas Informativas sobre o andamento das obras em portos no âmbito do PAC.	Dezembro de 2010
Regulação	Aéreo: Alteração do CBA	Notas técnicas contendo propostas de atualização do Código Brasileiro de Aeronáutica.	Dezembro de 2010

Regulação	Aéreo: Infra-Estrutura Aeroportuária	Notas técnicas com avaliação das obras do PAC	Dezembro de 2010
Regulação	Aéreo: Análise das minutas de resolução da ANAC	Pareceres sobre Regras Regulatórias	Dezembro de 2010
Regulação	TRIIP: Análise das minutas de resolução da ANTT	Pareceres sobre Regras Regulatórias	Dezembro de 2010
Regulação	TRIIP: Novas licitações das linhas de TRIIP	Parecer sobre o plano de outorga de licitação de linhas do setor	Dezembro de 2010
Regulação	Transporte Aquaviário	Nota técnica com avaliação das obras do PAC	Dezembro de 2010
Regulação	Aquaviário: Análise das minutas de resolução da ANTAQ	Pareceres sobre Regras Regulatórias	Dezembro de 2010
Regulação	Concessões Rodoviárias: 3º Lote	Nota técnica sobre estudo de viabilidade econômico-financeira, minutas de edital e de contrato.	Dezembro de 2010
Regulação	Concessões Rodoviárias: Análise das minutas de resolução da ANTT	Pareceres sobre Regras Regulatórias	Dezembro de 2010

**ANEXO III – DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO
CORPORATIVO**

Tabela 9 – Cartão de Crédito Corporativo 2007, 2008 e 2009

DEMONSTRATIVO DE GASTOS COM CARTÃO CORPORATIVO NO EXERCÍCIO DE 2007						
Limite de utilização total da UG, anual: R\$ 8.400,00						
NOME DO SUPRIDO:		SELMA ANTONIA DOS SANTOS LUIZ			Limite anual: R\$ 4.200,00	
Natureza dos Gastos: 3.3.90-30 / Material de Consumo				Limite Bimestral: R\$ 400,00		
3.3.90-39 / Serv. Terc. P. Juridica				Limite Bimestral: R\$ 300,00		
DATA	CARTÃO SAQUE	EMPRESA	Nº NOTA FISCAL	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
31/01/07	SAQUE	INST. BRAS. DE INFORM. EM CIENCIA E TECNOLOGIA	239	PUBLICAÇÃO DO RELATORIO DE ATIVIDADES 2005, INST. BRAS. DE INFORM. EM CIENCIA E TECNOLOGIA - IBICT	01 Ass.	R\$ 30,00
31/01/07	SAQUE	INST. BRAS. DE INFORM. EM CIENCIA E TECNOLOGIA	242	PUBLICAÇÃO DO RELATORIO DE ATIVIDADES 2005, INST. BRAS. DE INFORM. EM CIENCIA E TECNOLOGIA - IBICT	01 Ass.	R\$ 30,00
22/03/07	SAQUE	ETIGRAF ETIQUETA GRÁFICA LTDA	509	COFEÇÃO DE ETIQUETAS EM PAPEL LARANJA FLUORESCENTE, MEDINDO 4,5x1,3cm, CANTOS ARREDONDADOS, IMPRESSÃO PRETA	1.000 Un.	R\$ 210,00
23/03/07	CARTÃO	LAV & LEV	36	LAVAGEM DE CORTINAS	06 Un.	R\$ 200,00
23/05/07	CARTÃO	SUPER LOJA DA CONSTRUÇÃO SÓ REPAROS	334296H	WD 40 SPRAY 300ML	01 Un.	R\$ 14,50
23/05/07	CARTÃO	FERRAGENS PROGRESSO LTDA	2319	LINHA DE NYLON, 90x100MT	01 Un.	R\$ 11,00
25/05/07	SAQUE	TELEBINA COMERCIO E SERVIÇOS ELETRONICOS LTDA-ME	548	CONCERTO EM FONTE PLATONICS 9V	01 Un.	R\$ 28,00
29/06/07	SAQUE	TELEBINA COMERCIO E SERVIÇOS ELETRONICOS LTDA-ME	586	CONCERTO EM FONTE PLATONICS 9V	01 Un.	R\$ 25,00
14/08/07	SAQUE	BANDEIRA MÉDICO-HOSPITALAR LTDA	398	CONCERTO EM UMIDIFICADORES ML SONICLEAR	04 Un.	R\$ 190,00
21/09/07	SAQUE	FUNDAÇÃO MIGUEL CERVANTES A A P	TR=0304	PUBLICAÇÃO DO PRÊMIO SEAE DE MONOGRAFIAS EM DEFESA DA CONCORRÊNCIA E REGULAÇÃO ECONÔMICA	01 Ass.	R\$ 168,00
11/12/07	SAQUE	CONTROLE NET TECNOLOGIA LTDA	28621	FONTE DE ALIMENTAÇÃO PARA HDD (456667)	02 Un.	R\$ 360,00
					TOTAL	R\$ 1.266,50
Obs.: Justificamos que as aquisições dos serviços e materiais de consumo executados com recursos do Cartão Cooperativo (Suprimento de Fundos) listados acima foram despesas estritamente necessárias e que na época das suas aquisições não podiam ser atendidas pelo setor de compras da COGRL/SPOA.						

DEMONSTRATIVO DE GASTOS COM CARTÃO CORPORATIVO NO EXERCÍCIO DE 2007						
Limite de utilização total da UG, anual: R\$ 8.400,00						
NOME DO SUPRIDO:		MARIA ANGELA MOREIRA CARNAVAL			Limite anual: R\$ 4.200,00	
Natureza dos Gastos: 3.3.90-30 / Material de Consumo				Limite Bimestral: R\$ 400,00		
3.3.90-39 / Serv. Terc. P. Jurídica				Limite Bimestral: R\$ 300,00		
DATA	CARTÃO SAQUE	EMPRESA	Nº NOTA FISCAL	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
27/02/07	CARTÃO	DIGIFAX ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA	9166	BOBINA DE FAX / BROTHER 575	04 Un.	R\$ 140,00
28/03/07	CARTÃO	KALUNGA COM. E IND. GRÁFICA LTDA	23561	COLA BRANCA 90gr BIC	02 Cx.	R\$ 22,50
24/05/07	SAQUE	GRÁFICA SUPREMA LTDA	14766	IMPRESSÕES EM ALTO RELEVO SECO EM FOLHAS A4 PARA CERTIFICADOS DE PRÊMIOS E SORTEIOS	350 Un.	R\$ 280,00
					TOTAL	R\$ 442,50
Obs.: Justificamos que, no ano de 2007, as aquisições dos serviços e materiais de consumo executados com recursos do Cartão Cooperativo (Suprimento de Fundos) listados acima foram despesas estritamente necessárias e que na época das suas aquisições não podiam ser atendidas pelo setor de compras da COGRL/SPOA.						
DEMONSTRATIVO DE GASTOS COM CARTÃO CORPORATIVO NO EXERCÍCIO DE 2008						
Limite de utilização total da UG, anual: R\$ 8.400,00						
NOME DO SUPRIDO:		SELMA ANTONIA DOS SANTOS LUIZ			Limite anual: R\$ 4.200,00	
Natureza dos Gastos: 3.3.90-30 / Material de Consumo				Limite Bimestral: R\$ 400,00		
3.3.90-39 / Serv. Terc. P. Jurídica				Limite Bimestral: R\$ 300,00		
DATA	CARTÃO SAQUE	EMPRESA	Nº NOTA FISCAL	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
27/05/2008	CARTÃO	FUJIOKA ELETRO IMAGEM S.A	56921	FITA SONY 3 MC-60B VIRGEM	10 Un.	R\$ 58,00
28/05/2008	CARTÃO	LM FOTO DIGITAL LTDA- EPP	1827	FITA SONY 3 MC-60B VIRGEM	10 Un.	R\$ 42,00
18/06/2008	SAQUE	FUNDAÇÃO MIGUEL DE CERVANTES	32674	NUMERO DE ISBN	01 Un.	R\$ 28,00
				CÓDIGO DE BARRAS	01 Un.	
26/06/2008	SAQUE	JOSÉ EUSTAQUIO DA SILVA & CIA LTDA-ME	2152	CONCERTO EM CAFETEIRA COM TROCA DE RESISTENCIA E LIMPEZA INTERNA	01 Un.	R\$ 150,00
					TOTAL	R\$ 278,00
Obs.: Justificamos que, no ano de 2008, as aquisições dos serviços e materiais de consumo executados com recursos do Cartão Cooperativo (Suprimento de Fundos) listados acima foram despesas estritamente necessárias e que na época das suas aquisições não podiam ser atendidas pelo setor de compras da COGRL/SPOA.						

DEMONSTRATIVO DE GASTOS COM CARTÃO CORPORATIVO NO EXERCÍCIO DE 2009						
Limite de utilização total da UG, anual: R\$ 8.400,00						
NOME DO SUPRIDO:		SELMA ANTONIA DOS SANTOS LUIZ			Limite anual: R\$ 4.200,00	
Natureza dos Gastos: 3.3.90-30 / Material de Consumo					Limite Bimestral: R\$ 400,00	
3.3.90-39 / Serv. Terc. P. Juridica					Limite Bimestral: R\$ 300,00	
DATA	CARTÃO SAQUE	EMPRESA	Nº NOTA FISCAL	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
19/03/09	CARTÃO	PIONEIRA DA BORRACHA LTDA	63435/1	FERVEDOR STAR Nº 16	02 Un.	105,83
19/03/09	CARTÃO	HIPERFRIO REFRIGERAÇÃO LTDA	1101	BORRACHA DA PORTA DE FRIGOBAR	01 Un.	10,00
07/10/09	SAQUE	FUNDAÇÃO MIGUEL CERVANTES A A P	52562	PUBLICAÇÃO DO III PRÊMIO SEAE 2008	01 Un.	30,00
04/11/09	CARTÃO	PAPELARIA ABC LTDA	178689/01	ENVELOPE FILIMAIL 120G 155X225 VERGE BRANCO	01 PCT	39,80
04/11/09	CARTÃO	ZAPP PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA	4675	ETIQUETA PIMACO TP 16 TRANSPARENTE	02 Un.	10,20
					TOTAL	R\$ 195,83
<p>Obs.: Justificamos que, no ano de 2009, as aquisições dos serviços e materiais de consumo executados com recursos do Cartão Corporativo (Suprimento de Fundos) listados acima foram despesas estritamente necessárias e que na época das suas aquisições não podiam ser atendidas pelo setor de compras da COGRL/SPOA.</p>						

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DO CONTADOR

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Considerando o teor do artigo 37 da Lei nº. 10.180/2001, determinando que a documentação comprobatória da execução orçamentária, financeira e patrimonial das unidades da Administração Federal permanecerá na respectiva unidade, à disposição dos órgãos e das unidades de controle interno e externo nas condições e nos prazos estabelecidos pelo Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal;

Considerando o teor do parágrafo único do artigo 6º do Decreto nº 3.589/2000, dispondo que o processo de Conformidade Contábil no SIAFI consiste em verificar se os lançamentos efetuados pela unidade gestora foram feitos em observância às normas vigentes, à tabela de eventos do SIAFI e à respectiva conformidade documental da unidade gestora;

Considerando a ausência de providências concretas por parte da Secretaria de Gestão do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, no que se refere ao provisionamento de recursos humanos e ao fortalecimento da estrutura organizacional das setoriais contábeis, conforme determinação contida no Acórdão TCU nº 2.351/2006 – Plenário;

Considerando o teor da Nota Técnica nº 018/COGEF/SPOA/SE/MF, de 14.11.2006, por meio da qual a Coordenação de Análise Contábil da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda registra suas dificuldades em exercer a função de Setorial Contábil do MF em razão de sua deficiente estrutura organizacional e funcional, agravadas pela introdução da Conformidade Contábil de Órgão Superior pela Secretaria do Tesouro Nacional e das exigências do Tribunal de Contas da União constantes dos Acórdãos nºs 2.016 e 2.351/2006; 415 e 639/2007.

Declaro que os Demonstrativos Contábeis, constantes do Sistema SIAFI, previstos na Lei nº 4.320/1964 da Secretaria de Acompanhamento Econômico reflete a execução orçamentária, financeira e patrimonial realizada pelos responsáveis da unidade jurisdicionada que apresenta contas no exercício de 2008.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 16 de fevereiro de 2009



PAULO ROBERTO CAMPOS MOREIRA
CRC – DF nº 011.634/0-9